

Lucas Santana Delgado
Márcio Evaristo Beltrão
Maurício Loubet
(organizadores)

o orgulho produzindo conhecimento

P737

Pluralidade: o orgulho produzindo conhecimento [recurso eletrônico] /
Lucas Santana Delgado, Marcio Evaristo Beltrão, Maurício Loubet.
Cuiabá-MT: Guará Editora, 2026.

ISBN 978-65-84310-15-5

1. População LGBTQIAPN+. 2. Pluralidade. 3. Homofobia.
4. Libras. 5. Urbanismo Queer. 6. Análise do discurso crítica.
7. Ensino da língua inglesa. I. Delgado, Lucas Santana. II. Beltrão,
Marcio Evaristo. III. Loubet, Maurício.

CDU 316.32

Ficha catalográfica elaborada por Douglas Rios (Bibliotecário – CRB1/1610)

pluralidade

o orgulho produzindo conhecimento

Lucas Santana Delgado

Márcio Evaristo Beltrão

Maurício Loubet

(organizadores)

Copyright © do texto 2026: Dos autores

Copyright © da edição 2026: Guará Editora

Coordenação Editorial: Guará Editora

Revisão: Dr. Antonio Henrique Coutelo de Moraes

Editoração: Gatil Comunicação & Marketing

Conselho Editorial

Dr. Jackson Antônio Lamounier Camargos Resende (UFMT)

Dr. Leandro Dênis Battirola (UFMT)

Dra. Taciana Mirna Sambrano (UFMT/IFMT)

Dra. Alexcina Oliveira Cirne (Unicap)

Dra. Jussivania de Carvalho Vieira Batista Pereira (UFMT/Seduc MT)

Dra. Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro (UniGoiás/ Seduc GO)

Dr. Jonatan Costa Gomes (ICEC)

Dra. Érica do Socorro Barbosa Reis (UFPA)

Dr. Tulio Adriano M. Alves Gontijo (UFJ)

Dra. Solange Maria de Barros (UFMT)

Dra. Caroline Oliveira Santos de Araújo (UNIVAG)

Dra. Sônia Marta de Oliveira (PUC Minas/ SGO-PBH)

Dra. Rosaline Rocha Lunardi (UFMT)

Dr. Fábio Henrique Baia (UniRV)

Dra. Hélia Vannucchi de Almeida Santos (UFMT)

Ma. Jessica da Graça Bastos Borges (UFMT)

Dra. Izabelly Correia dos Santos Brayner (UPE)

Ms. Douglas de Farias Rios (UNIVAG)

Dr. Lucas Eduardo Marques-Santos (UFCAT)

Dra. Caroline Pereira de Oliveira (UFMT)



GUARÁ EDITORA

www.guaraeditora.com.br/

contato@guaraeditora.com.br

WhatsApp (64) 99604-0121

APRESENTAÇÃO

As sociedades são produzidas pelas narrativas que constroem sobre si mesmas. Durante séculos, contudo, as experiências de pessoas LGBTQIAPN+ foram frequentemente silenciadas, invisibilizadas ou interpretadas a partir de perspectivas externas, marcadas por preconceitos, estigmatizações e diferentes formas de controle social. Em contraposição a esse processo, o movimento LGBTQIAPN+ consolidou-se como um importante protagonista na disputa por reconhecimento, direitos e cidadania, além de produzir saberes sobre suas próprias experiências. Afinal, reivindicar o direito à palavra é, igualmente, reivindicar o direito de produzir conhecimento.

A produção científica ocupa lugar estratégico nesse processo. Ao investigar as múltiplas dimensões que atravessam as vivências da população LGBTQIAPN+, a pesquisa amplia horizontes interpretativos, questiona discursos naturalizados e contribui para a construção de uma sociedade mais democrática e comprometida com a dignidade humana. Produzir conhecimento, nesse contexto, não se limita à descrição de fenômenos sociais; trata-se de um exercício crítico de compreensão das relações de poder, dos mecanismos de exclusão, das formas de resistência e das transformações históricas que constituem as experiências das dissidências de gênero e sexualidade. A ciência, portanto, também se estabelece como um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes vozes reivindicam legitimidade para narrar suas histórias, interpretar suas realidades e projetar novos horizontes de existência.

Essa perspectiva torna-se ainda mais relevante diante de um cenário em que, embora importantes avanços tenham sido conquistados nas últimas décadas, persistem desigualdades, violências e tentativas de deslegitimar tanto os direitos quanto os saberes produzidos sobre a população LGBTQIAPN+. Nesse contexto, fortalecer a pesquisa significa fortalecer o debate público qualificado, fomentar a circulação de diferentes perspectivas teóricas e meto-

dológicas e reafirmar o papel da universidade e das instituições de pesquisa como espaços comprometidos com a produção de conhecimentos socialmente relevantes. Ao reconhecer a pluralidade de experiências que compõem as identidades e vivências LGBTQIAPN+, amplia-se também a compreensão da própria sociedade, cuja complexidade somente pode ser apreendida quando múltiplas vozes encontram condições de participação e expressão.

É nesse horizonte que se insere *Pluralidade: o orgulho produzindo conhecimento*. A presente coletânea reúne pesquisas e relatos de experiência que, a partir de diferentes áreas do conhecimento e referenciais teóricos, convergem no propósito de ampliar as reflexões sobre as múltiplas dimensões da população LGBTQIAPN+. A diversidade de objetos investigados, de percursos metodológicos e de olhares analíticos que caracteriza esta obra não representa apenas uma reunião de textos sobre uma temática comum; constitui, sobretudo, a expressão da riqueza epistemológica de um campo de estudos que se fortalece justamente pela pluralidade de perspectivas que o compõem. Ao congregiar diferentes experiências de pesquisa, este livro reafirma que produzir conhecimento é também produzir reconhecimento, memória, diálogo e possibilidades de transformação social.

O capítulo *A epidemia de homofobia no Brasil: o alarmante número de mortes de homossexuais no país que mais mata gays no mundo*, de Bruno Rodrigues Ferreira, inaugura esta coletânea ao propor uma reflexão sobre os discursos e as práticas que sustentam a violência contra a população LGBTQIAPN+ no contexto brasileiro. A partir da articulação entre acontecimentos políticos, debates legislativos, dados estatísticos e documentos oficiais, o autor analisa como o avanço de discursos conservadores, especialmente aqueles fundamentados na chamada “ideologia de gênero”, contribuiu para intensificar processos de estigmatização, censura e negação de direitos. Ao problematizar a relação entre fundamentalismo religioso, políticas públicas e violência homofóbica, o texto evidencia que a persistência de elevados índices de agressões e homicídios contra pessoas LGBTQIAPN+ não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como expressão de estruturas sociais e discursivas que legitimam diferentes formas de exclusão. Com isso, o capítulo convida o leitor a refletir criticamente sobre os desafios ainda presentes na garantia dos direitos humanos e na construção de uma sociedade efetivamente comprometida com a diversidade, a justiça social e a proteção da vida.

No segundo capítulo, intitulado *Sinais em disputa: identidade, humor e autoria nos sinais LGBTQIAPN+ em Libras*, Angelo Rosa Collioni, Sandro Rodrigues da Fonseca e Vinícius Martins Flores discutem a relação entre

linguagem, identidade e pertencimento a partir dos sinais utilizados para nomear identidades LGBTQIAPN+ em Libras. Ancorados na experiência dos autores como pesquisadores tradutores e intérpretes de Libras, o texto toma como ponto de partida os desafios enfrentados durante a interpretação da 27ª Parada Livre de Porto Alegre para problematizar questões que ultrapassam a dimensão estritamente linguística. Ao dialogar com referenciais da Sociolinguística, dos Estudos Surdos, da Teoria Queer e da Filosofia da Linguagem, o capítulo analisa as disputas em torno da criação, da circulação e da legitimação dos sinais, evidenciando que tais escolhas também envolvem identidade, representatividade, autoridade comunitária e reconhecimento social. Com isso, os autores oferecem uma importante reflexão sobre a Libras como espaço de produção de sentidos e de afirmação das múltiplas experiências da população LGBTQIAPN+ surda.

Por sua vez, em *Por uma investigação urbana dissidente: experiências a partir das reflexões de um pesquisador queer*, Yuri Nascimento Paes da Costa propõe uma reflexão sobre as possibilidades de construção de uma investigação urbana dissidente, tomando como ponto de partida sua trajetória como pesquisador queer no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Fundamentado em referenciais do pós-estruturalismo, da Geografia Crítica e do Urbanismo Queer, o autor problematiza concepções tradicionais de cidade e planejamento urbano, defendendo uma perspectiva que reconhece os corpos, os afetos e as experiências cotidianas como elementos centrais para a produção do conhecimento sobre os espaços urbanos. A partir de três pesquisas desenvolvidas em Recife, Brasília e La Rioja, o capítulo evidencia como as relações entre cidade, gênero e sexualidade podem revelar dinâmicas de poder, pertencimento, resistência e produção de territorialidades dissidentes. Ao articular teoria e experiência, o texto amplia o debate sobre as formas de investigar a cidade, reafirmando a importância de abordagens comprometidas com a diversidade e com a pluralidade das experiências humanas.

Em *Entre palcos, sinais e bandeiras: a trajetória extensionista do GETTLibras na formação de TILS para contextos LGBTQIAPN+*, Vinícius Martins Flores apresenta a experiência extensionista do GETTLibras como uma iniciativa voltada à formação de Tradutores e Intérpretes de Libras para atuação em contextos relacionados à diversidade sexual e de gênero. A partir da trajetória do grupo, o autor evidencia como demandas concretas de acessibilidade linguística, produção terminológica e representatividade impulsionaram ações que articularam ensino, pesquisa e extensão de maneira indissociável. Sustentado por referenciais sobre extensão universitária, formação profissional e ética do cuidado, o capítulo demonstra que a extensão

constitui um espaço privilegiado de aprendizagem dialógica, no qual universidade e comunidade constroem conhecimentos de forma colaborativa. Ao refletir sobre esse percurso, o texto reafirma a importância de processos formativos comprometidos com a inclusão, a diversidade e a responsabilidade social.

O quinto capítulo da obra, *Corpos que deslocam: uma análise de relato autobiográfico docente dissidente*, de **Antonio Henrique Coutelo de Moraes**, apresenta uma análise, fundamentada na Análise do Discurso Crítica, de um relato autobiográfico que problematiza as experiências de um professor universitário gay, nordestino e neurodivergente no contexto do ensino superior brasileiro. Ao investigar como marcadores sociais da diferença, como sexualidade, regionalidade e neurodivergência, atravessam a constituição da identidade docente, o autor evidencia os mecanismos discursivos que regulam corpos, comportamentos e formas de pertencimento no espaço acadêmico. A partir de uma perspectiva que compreende a linguagem como prática social, o capítulo revela como relações de poder se manifestam em interações cotidianas, produzindo processos de exclusão, mas também de resistência e ressignificação. Mais do que denunciar experiências de vulnerabilização, o texto reafirma a docência como prática ética e política, comprometida com a inclusão, a valorização das diferenças e a construção de uma universidade mais plural, democrática e socialmente comprometida.

No sexto capítulo da obra, *Letramentos críticos decoloniais em aula de língua inglesa sobre a temática LGBTQIAPN+*, **Noemi Lopes da Silva e Maurício Loubet** discutem as potencialidades do ensino de língua inglesa como espaço de problematização das questões de gênero e sexualidade, articulando os pressupostos dos letramentos críticos, da perspectiva decolonial e da teoria da performatividade de gênero. Com base em uma experiência desenvolvida no contexto do ensino médio técnico, os autores analisam as reflexões produzidas por estudantes diante de uma proposta pedagógica voltada à temática LGBTQIAPN+, evidenciando como a linguagem pode favorecer a desconstrução de discursos naturalizados e a emergência de posicionamentos críticos acerca das relações de poder que atravessam a diversidade. Ao reafirmar o ensino de línguas como uma prática social comprometida com a justiça social, o capítulo oferece importantes contribuições para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, críticas e sensíveis às múltiplas formas de existência que constituem o ambiente escolar contemporâneo.

A estética, a linguagem e a arte constituem importantes espaços de disputa simbólica na construção de narrativas sobre as dissidências de gênero e sexualidade. É a partir dessa compreensão que o capítulo *Entre o exagero*

e o silêncio: estética camp e arte ativista LGBTQIAPN+, de **Larissa Ribeiro Albertini e Maurício Loubet**, investiga como a estética camp se configura como uma linguagem de resistência e de afirmação política na produção artística LGBTQIAPN+. Por meio da análise de imagens produzidas no contexto do ativismo, os autores discutem de que maneira elementos como o exagero, a teatralidade, a ironia e o artifício deixam de desempenhar uma função meramente estética para se constituírem como estratégias de enfrentamento aos processos históricos de silenciamento e invisibilização das existências dissidentes. Ao articular arte, política e ativismo, o texto amplia as reflexões sobre o potencial transformador das expressões visuais na produção de visibilidade, reconhecimento e contestação das normas que regulam corpos, identidades e formas de existência.

O capítulo *O orgulho LGBTQIAPN+: resistência, cidadania e interseccionalidades no contexto contemporâneo*, de **Guilherme Rodrigues Viana e Márcio Evaristo Beltrão**, encerra esta coletânea ao retomar o conceito de orgulho como uma construção histórica, política e social profundamente vinculada às lutas por reconhecimento, cidadania e direitos da população LGBTQIAPN+. A partir de um percurso que articula acontecimentos históricos, referenciais dos estudos de gênero e sexualidade e discussões sobre interseccionalidade, os autores evidenciam que o orgulho ultrapassa seu caráter comemorativo para constituir-se como expressão coletiva de resistência diante das múltiplas formas de exclusão que ainda atravessam as experiências de sujeitos dissidentes. Ao refletir sobre as relações entre identidade, gênero, sexualidade, raça e democracia, o texto reafirma a necessidade de fortalecer práticas sociais, educacionais e políticas comprometidas com a promoção dos direitos humanos e com a valorização da diversidade. Como capítulo de encerramento da obra, oferece uma síntese das reflexões desenvolvidas ao longo da coletânea e convida o leitor a reconhecer que a produção do conhecimento também integra o contínuo processo de construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Ao reunir pesquisas e relatos de experiência provenientes de diferentes áreas do conhecimento, esta coletânea reafirma que a produção científica constitui um espaço privilegiado para compreender as múltiplas dimensões que atravessam as vivências da população LGBTQIAPN+. Embora os capítulos dialoguem com objetos, metodologias e referenciais teóricos distintos, todos compartilham o compromisso de problematizar discursos, questionar desigualdades e ampliar os horizontes de reflexão acerca da diversidade sexual e de gênero. Essa pluralidade de perspectivas evidencia não apenas a complexidade do campo de estudos, mas também a riqueza das diferentes formas de produzir conhecimento sobre e com as existências dissidentes.

Esperamos que as reflexões aqui apresentadas contribuam para fortalecer o debate acadêmico, subsidiar práticas profissionais e estimular novas investigações comprometidas com a promoção dos direitos humanos, da justiça social e da cidadania. Em tempos em que discursos de intolerância e tentativas de silenciamento ainda desafiam os avanços conquistados, reafirmar a centralidade da pesquisa científica representa também um compromisso ético com a valorização da diversidade e com a construção de uma sociedade mais democrática. Que *Pluralidade: o orgulho produzindo conhecimento* inspire novas perguntas, fomenta diálogos e reforce a convicção de que produzir conhecimento é, igualmente, produzir reconhecimento, memória, resistência e transformação.

Dr. Márcio Evaristo Beltrão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1. A EPIDEMIA DE HOMOFOBIA NO BRASIL - O ALARMANTE NÚMERO DE MORTES DE HOMOSSEXUAIS NO PAÍS QUE MAIS MATA GAYS NO MUNDO	12
<i>Bruno Rodrigues Ferreira</i>	
2. SINAIS EM DISPUTA - IDENTIDADE, HUMOR E AUTORIA NOS SINAIS LGBTQIAPN+ EM LIBRAS	21
<i>Angelo Rosa Collioni</i> <i>Sandro Rodrigues da Fonseca</i> <i>Vinicius Martins Flores</i>	
3. POR UMA INVESTIGAÇÃO URBANA DISSIDENTE - EXPERIÊNCIAS A PARTIR DAS REFLEXÕES DE UM PESQUISADOR QUEER.	38
<i>Yuri Nascimento Paes da Costa</i>	
4. ENTRE PALCOS, SINAIS E BANDEIRAS - A TRAJETÓRIA EXTENSIONISTA DO GETTLIBRAS NA FORMAÇÃO DE TILS PARA CONTEXTOS LGBTQIAPN+	48
<i>Vinicius Martins Flores</i>	
5. CORPOS QUE DESLOCAM - UMA ANÁLISE DE RELATO AUTOBIOGRÁFICO DOCENTE DISSIDENTE	69
<i>Antonio Henrique Coutelo de Moraes</i>	
6. LETRAMENTOS CRÍTICOS DECOLONIAIS EM AULA DE LÍNGUA INGLESA SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIAPN+	84
<i>Noemi Lopes da Silva</i> <i>Maurício Loubet</i>	
7. ENTRE O EXAGERO E O SILÊNCIO- ESTÉTICA CAMP E ARTE ATIVISTA LGBTQIAPN+	98
<i>Larissa Ribeiro Albertini</i> <i>Maurício Loubet</i>	
8. O ORGULHO LGBTQIAPN+ - RESISTÊNCIA, CIDADANIA E INTERSECCIONALIDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO	109
<i>Guilherme Rodrigues Viana</i> <i>Márcio Evaristo Beltrão</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES	118

1

A EPIDEMIA DE HOMOFOBIA NO BRASIL

O ALARMANTE NÚMERO DE MORTES DE HOMOSSEXUAIS NO PAÍS QUE MAIS MATA GAYS NO MUNDO

Bruno Rodrigues Ferreira

A bancada evangélica, desde 2014, quando aprovou o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), suprimindo o termo “gênero”, tem usado uma expressão para justificar sua homofobia e fundamentar a censura a conteúdos ligados a gênero e sexualidade: “ideologia de gênero”. São inúmeros os casos narrados pela mídia de perseguições e legislações propostas sobre o tema.

Ainda em 2014, na aprovação do Plano Nacional de Educação, a bancada evangélica conseguiu vetar a discussão de gênero ao retirar do plano uma das metas que previa “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (Brasil, 2014).

A famosa “ideologia de gênero” tem sido disseminada pelo país e se tornou a principal inimiga de muitos conservadores. De acordo com Reis e Eggert (2017), o conservadorismo propôs até mesmo que a população homossexual estaria tentando perverter sexualmente as crianças, destruindo, assim, os lares das “pessoas de bem”.

Nesse sentido, foi proposto o Projeto de Lei do Senado nº 193/2016 (Brasil, 2016) com o título de “Escola sem Partido”, que, apesar do tema genérico, tinha como principal eixo a proibição do ensino da “ideologia de gênero” nas escolas brasileiras. O projeto foi arquivado depois da repercussão negativa, porém outros semelhantes continuam sendo apresentados.

Nem mesmo o posicionamento contrário do Ministério Público Federal, que alegou a inconstitucionalidade da proposta por meio de uma Nota Técnica (Ministério Público Federal, 2016), foi capaz de aplacar a luta dos fundamen-

talistas contra o ensino de gênero. Além disso, diversos Conselhos Federais e Regionais de diferentes profissões se posicionaram contra tal propositura.

Essa perseguição e censura a temáticas ligadas ao estudo de gênero, mesmo quando não associadas diretamente à homossexualidade, pelo simples fato do uso da palavra “gênero”, têm gerado preocupação e posicionamentos contrários de diversas classes profissionais, visto que tal postura atenta diretamente contra os direitos humanos fundamentais (Ministério Público Federal, 2016).

Aqui, cabe destacar a fala de Lévi-Strauss, que afirma que “o leque das culturas humanas é tão vasto, tão variado (e de fácil manipulação) que, sem dificuldades, encontramos argumentos que sustentam toda e qualquer hipótese” (Lévi-Strauss *apud* Ceccarelli, 2008). Isso evidencia que grupos fundamentalistas sempre encontrarão argumentos para corroborar seus preconceitos.

De acordo com dados governamentais, entre 2015 e 2016, foram registradas quase quatro mil denúncias no canal Disque 100 relacionadas à violação de direitos humanos da população LGBT (Brasil, 2016). Em 2025, dez anos depois, as denúncias subiram para 9.338, totalizando 53.511 violações de direitos associadas (Brasil, 2025).

Em 2016, o Brasil chegou a ser destaque em uma reportagem no prestigiado jornal americano *The New York Times*, que afirmava que o país estava enfrentando uma epidemia de violência anti-LGBT, ressaltando que um homossexual era morto a cada 28 horas. O país lidera o ranking dos que mais matam a população LGBT no mundo em números absolutos (Jacobs, 2016). O artigo também destacava a forte participação da bancada evangélica no fortalecimento do discurso anti-LGBT no Brasil.

Quando voltamos os olhos para a violência sofrida pela população LGBT, cabe ressaltar que, no Brasil, não há um registro oficial unificado por parte do Governo Federal ou dos Estados sobre mortes e violências sofridas pela população LGBT. O Disque 100 (Brasil, 2016) permanece como uma das poucas fontes federais de registro de denúncias de agressões contra esse grupo.

Porém, cabe ressaltar que um avanço significativo aconteceu quando o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu, em 2019, os crimes de homofobia e transfobia como crimes de racismo, ao reconhecer a omissão do Poder Legislativo sobre o tema. Esse entendimento tem validade até que o Congresso Nacional vote e aprove lei específica sobre a temática (STJ, 2019).

A única instituição que realiza uma tabulação sistemática de dados relacionados a mortes de LGBTs é a ONG Grupo Gay da Bahia (GGB), que reúne informações sobre a mortalidade dessa população no Brasil há mais de 30 anos, divulgando relatórios anuais com os dados levantados (Grupo Gay da Bahia, 2019).

Como não existem dados governamentais precisos sobre mortes por LGBTfobia no Brasil, as informações utilizadas para a confecção deste texto provêm de levantamentos realizados por ONGs e outras instituições de pesquisa. São levados em conta levantamentos como os infográficos produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (DAPP, 2017), entre outros. Parte dessas informações também provêm de relatórios históricos do Disque 100 (Brasil, 2012), órgão federal criado para receber denúncias sobre violações de direitos praticadas, principalmente, contra minorias.

Quando falamos de mortes no país, é preciso se levar em conta que as taxas gerais de homicídio no Brasil são historicamente tão altas que chegaram a ser comparadas com as da Inglaterra na Idade Média (Chesnaïs, 1999). Os acidentes de trânsito deixaram de ser o fator principal de mortes violentas em São Paulo, por exemplo, sendo superados pelos homicídios, que se tornaram o tipo de violência mais relevante, ocupando 60% dos óbitos por causas externas ocorridos no município no início da década de 2000 (Gawryszewski, 2002). Quando se analisa a violência de um ponto de vista abrangente, percebe-se que as taxas de mortalidade por causas externas cresceram cerca de 50% do fim dos anos 1970 para a primeira metade da década de 1990 (Simões, 2002).

Para compreender a especificidade das mortes de homossexuais, é necessário utilizar uma abordagem epidemiológica, que busca caracterizar o perfil das vítimas e as circunstâncias do evento em casos de causas externas. Isso garante que programas postos em prática para a sua prevenção sejam adequados à população mais vulnerável (Jorge; Gotlieb, 2000).

Uma das fontes de informação para a produção deste texto foi a pesquisa *Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral* (Bulgarelli; Fontgaland, 2019), que realizou, por meio de metodologias quantitativas e qualitativas, o levantamento sobre violências sofridas pela população LGBT durante o processo eleitoral de 2018.

No *Dossiê LGBT+: 2018* (Governo do Rio de Janeiro, 2018), aponta-se que uma grande dificuldade das estatísticas envolvendo essa população é a subnotificação de registros, que ocorre em virtude de múltiplos fatores. No âmbito da segurança pública, especificamente, pode-se citar:

- (i) medo ou vergonha da vítima em expor sua identidade de gênero e/ou sua orientação sexual;
- (ii) crença de que a denúncia não será de fato registrada devido à inexistência de mecanismos legais específicos de proteção à população LGBT+;
- (iii) medo da vítima de ser revitimizada pelos operadores de segurança;
- (iv) desconhecimento da vítima para identificar atos específicos como LGBTfóbicos; e
- (v) uma gama de fatores que não impactam apenas a população LGBT+, mas que, dados os costumes e crenças da sociedade, possivelmente afetam de maneira mais proeminente as minorias sociais (Governo do Rio de Janeiro, 2018).

Ainda sobre violência contra LGBTs, o Grupo Gay da Bahia possui a publicação mais antiga e sistemática do país, realizada desde 1980 em âmbito nacional. Todos os anos, essa ONG reúne em um relatório as vítimas LGBT+ de homicídio, juntamente com um perfil detalhado sobre o local do crime, a profissão da vítima, sua orientação sexual e identidade de gênero. O relatório é baseado em informações veiculadas na imprensa, o que significa que os crimes não são necessariamente motivados por LGBTfobia em sua origem jurídica confirmada, mas que as vítimas pertenciam a esse grupo social (Governo do Rio de Janeiro, 2018).

Em 2017, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) lançou o seu primeiro relatório sobre o homicídio de travestis e transexuais no Brasil. Similarmente, aos dados do Grupo Gay da Bahia, a ANTRA também faz uso de notícias veiculadas na imprensa, contando com uma rede de apoio em vários municípios para melhorar a notificação das mortes violentas de pessoas trans. Este é o único relatório que realiza a diferenciação entre mortes puníveis juridicamente e outras ainda não passíveis de determinação jurídica imediata (Governo do Rio de Janeiro, 2018).

Por fim, são usados dados do *Atlas da Violência* para fazer um paralelo entre as taxas de mortes de homossexuais e as taxas de homicídios gerais no Brasil (IPEA, 2018), cujo primeiro dado a ser levado em conta mostra que, em 2016, o Brasil alcançou a marca histórica de 62.517 homicídios. Ao traduzirmos esse dado em uma taxa por 100.000 habitantes, chega-se ao número de 30,3 mortes, o que equivale a quase 30 vezes a taxa da Europa (IPEA, 2018). Em 2024, último ano com dados consolidados pelo IPEA (2026), o número

de homicídios gerais no país caiu para 42.590, representando uma tendência de queda que vem se mantendo desde 2018.

Partindo para os dados específicos sobre a violência contra a população LGBT, faz-se necessário reforçar que, no Brasil, não é realizada uma contabilização oficial sistemática por parte do Estado sobre crimes motivados por homofobia. As informações publicadas pela FGV em 2017 (organizadas a partir de dados anteriores do Disque 100) apresentam alguns dados significativos sobre os registros feitos entre 2011 e 2017. Mais de 12 mil denúncias foram registradas no período, em sua maioria relacionadas à discriminação e a violências psicológicas e físicas. Outro dado alarmante é que menos de 3% dessas denúncias chegaram a ser efetivamente averiguadas (DAPP, 2017).

A pesquisa *Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral* trouxe outra informação relevante, mostrando que mais da metade dos entrevistados já sofreu algum tipo de violência e que quase 90% dessas agressões ocorrem na rua ou em espaços públicos, seguidos por estabelecimentos comerciais e serviços públicos (Bulgarelli; Fontgaland, 2019).

De 2005 até 2016, o Grupo Gay da Bahia calculou um total de 2.842 homicídios contra a população LGBT. De acordo com a ONG, as mortes de LGBTs por motivos presumivelmente homofóbicos mais que dobraram entre 2006 e 2017, atingindo quase 500 mortes no último ano do período. Embora uma redução tenha sido percebida nos últimos levantamentos, sendo registradas 257 mortes violentas de pessoas LGBT+ em 2023, o número ainda é alarmante: equivale a uma morte a cada 34 horas, mantendo o Brasil no topo desse índice no planeta (Grupo Gay da Bahia, 2023).

Gays e travestis são os principais alvos de homicídios. As principais causas de morte são armas de fogo e armas brancas, evidenciando o caráter cruel das ocorrências. Em 2017, houve um aumento de 30% nos homicídios de LGBTs em relação ao ano anterior, passando de 343 para 445 casos (Grupo Gay da Bahia, 2019).

Diante dos dados apresentados, é difícil inferir o tamanho exato da população LGBT no Brasil para estabelecer uma taxa exata de homicídios por LGBTfobia ao longo dos anos, já que o IBGE não inclui o recorte de orientação sexual e identidade de gênero de forma abrangente no Censo Demográfico nacional. De acordo com estimativas citadas pelo GGB, projeta-se que existam no Brasil cerca de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de pessoas trans (0,5%). Com base nessa estimativa populacional, a taxa calculada foi de 2,22 mortes de pessoas LGBT para cada

100 mil habitantes pertencentes ao grupo no ano de 2017 (Grupo Gay da Bahia, 2019).

Considerando as informações analisadas, é possível apontar que o Brasil, apesar das reduções recentes no número absoluto de mortes de pessoas LGBTQ+ (Grupo Gay da Bahia, 2023), ainda figura como o país que mais mata homossexuais e trans no mundo. Existe ainda o risco de os números reais serem consideravelmente maiores devido à metodologia do Grupo Gay da Bahia, que coleta dados majoritariamente na mídia e por redes de contatos, deixando crimes de menor repercussão fora das estatísticas. Além disso, muitos assassinatos acabam sendo tipificados de forma genérica pelas forças de segurança (como homicídio comum, latrocínio ou crimes passionais), o que mascara a motivação homofóbica.

Aqui, é preciso lançar uma crítica formal aos Governos que não apresentam ferramentas oficiais de monitoramento desses tipos de crimes nem políticas de proteção efetiva a essa população. Quando os números indicam que a quase totalidade das agressões acontece em vias públicas, comércios ou serviços públicos, fica evidente o déficit de proteção do Estado.

Outra informação relevante é que o número de mortes de LGBTQs, apesar de apresentar altos índices nas regiões Norte e Nordeste, não segue estritamente o mesmo padrão de crescimento e variação dos homicídios da população geral (IPEA, 2026). A Região Sudeste, por exemplo, apresenta altos números absolutos de mortes de LGBTQs por ser a mais populosa do país, mas esse cenário também é atravessado pelo fato de grandes centros urbanos terem se tornado polos de discursos conservadores e pautas anti-LGBT.

Torna-se imperativo estabelecer ferramentas mais eficazes de monitoramento, indo além do Disque 100, ao qual grande parte da população vulnerável sequer tem acesso fácil. Uma medida importante seria acrescentar a motivação por LGBTQfobia aos sistemas de notificação compulsória de violências nos serviços de saúde (SINAN), visto que esta proteção e a mitigação da violência são também papéis da Saúde Coletiva. Ao tratar os homicídios sob a ótica da Saúde Pública, entende-se que eles oneram o sistema de saúde e exigem ações de prevenção que ainda não vêm acontecendo a contento.

Além disso, convém que sejam monitoradas as mortes por homofobia, sobretudo depois da equiparação do crime de homofobia ao Racismo, permitindo assim levantar informações fidedignas que possam nortear políticas públicas mais eficazes na proteção e defesa dessa população, garantindo a redução do número de mortes.

Por fim, é preciso que a população se conscientize sobre a escolha de políticos que defendam pautas progressistas, e por consequência populações vulneráveis como a população LGBT. Não é mais aceitável que o Brasil continue figurando no topo da lista de países que mais matam pessoas LGBT no mundo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, Seção 1, p. 8, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos**. Brasília, DF: MDHC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2025>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Balanço disque 100, 2016**. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/disque100/balancos-e-denuncias/balanco-disque-100-2016-apresentacao-completa/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Relatório sobre violência homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos, [2012?]. p. 4-127. Disponível em: <http://www.rcdh.es.gov.br/sites/default/files/RELATORIO%20VIOLENCIA%20HOMOFOBICA%20ANO%202012.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei Escola Sem Partido**: tramitação. Brasília, DF, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/L13005.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral de 2019. **Violencialgbt**, jun. 2019. Disponível em: http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

CARRARA, Sérgio; AGUIÃO, Sílvia; LOPES, Paulo Victor Leite; TOTA, Martinho. Retrato da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017. 272 p. (Coleção Documentos, v. 26).

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, Natal, ano 2, ago. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003477011999000100002&script=sci_arttext. Acesso em: 19 jun. 2026.

CHESNAIS, Jean Claude. A violência no Brasil: causas e recomendações políticas para a sua prevenção. **Ciências e Saúde Coletiva**, v. 4, n. 1, p. 53-69, 1999.

DAPP, FGV. **Dados públicos sobre violência homofóbica no Brasil: 28 anos de combate ao preconceito**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2017.

DUARTE, Elisabeth Carmen; SCHNEIDER, Maria Cristina; SOUSA, Rômulo Paes; RAMALHO, Walter Massa; SARDINHA, Luciana Monteiro Vasconcelos; SILVA JÚNIOR, Jarbas Barbosa da; SALGADO, Carlos Castillo. **Epidemiologia das desigualdades em saúde no Brasil: um estudo exploratório**. Brasília, DF: Organização Panamericana de Saúde, 2002.

GAWRYSZEWSKI, Vilma Pinheiro. **Homicídios no Município de São Paulo: perfil e subsídios para um Sistema de Vigilância Epidemiológica**. 2002. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOVERNO DO RIO DE JANEIRO. **Dossiê LGBT+**: 2018. Rio de Janeiro: Governo do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/8528204/4225954/DossieLGBT1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – Relatório 2017**. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2018/01/relatorio-2017-1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – Relatório 2018**. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2019/01/relatorio-2018-1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil – Relatório 2023**. Salvador: GGB, 2023. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

IPEA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

IPEA. **Atlas da Violência 2026**. Rio de Janeiro: IPEA, 2026. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2026/05/atlas-violencia-2026-relatorio-completo.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

JACOBS, Andrew. Brazil Is Confronting an Epidemic of Anti-Gay Violence. **The New York Times**, Jul. 2016. Disponível em: https://www.nytimes.com/2016/07/06/world/americas/brazil-anti-gay-violence.html?_r=0. Acesso em: 19 jun. 2026.

JORGE, Maria Helena Prado De Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson. **As condições de saúde no Brasil: retrospecto de 1979 a 1995**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

JORGE, Maria Helena Prado De Mello; GOTLIEB, Sabina Léa Davidson; LAURENTI, Rui. **A Saúde no Brasil**. Brasília, DF: Organização Panamericana de Saúde, 2001.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão**. Nota técnica nº 01/2016. Brasília, DF: MPF, 2016. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/temas-de-atuacao/educacao/saiba-mais/proposicoes-legislativas/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017.

SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. **Perfis de saúde e de mortalidade no Brasil: uma análise de seus condicionantes em grupos populacionais específicos**. Brasília, DF: Organização Panamericana de Saúde, 2002.

STJ. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **ADO 26/DF**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/tesesADO26.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2026.

2

SINAIS EM DISPUTA

IDENTIDADE, HUMOR E AUTORIA NOS SINAIS LGBTQIAPN+ EM LIBRAS

Angelo Rosa Collioni

Sandro Rodrigues da Fonseca

Vinícius Martins Flores

INTRODUÇÃO

Na 27ª Parada Livre de Porto Alegre, realizada em 8 de dezembro de 2024, no Parque da Redenção, nove Tradutores e Intérpretes de Libras (TILs) vinculados ao GETTLibras/UFRGS atuaram durante cerca de dez horas para assegurar acessibilidade linguística à comunidade surda. Entre as decisões linguísticas tomadas pela equipe, estavam as escolhas sobre a interpretação de termos associados ao léxico identitário e cultural LGBTQIAPN+, como “passada”, “poc”, “glamour”, “arrasou”, “babado”, “close”, “bicha” e “sapatão”.

Esses termos se relacionam ao Pajubá, repertório lexical afro-brasileiro historicamente associado a grupos LGBTQIAPN+ e mobilizado como prática de identificação, pertencimento e circulação cultural (Andrade *et al.*, 2018; Anjos; Ramos; Tabayara, 2024; Pereira; Gomes; Costa, 2025). Nesse contexto, traduzir tal vocabulário para Libras não constitui uma operação técnica neutra, pois a interpretação envolve escolhas sobre representação linguística, visibilidade social e mediação cultural da experiência surda (Young; Napier; Oram, 2019; Severino; Carneiro, 2021). Quando estão em jogo sinais ligados a identidades vividas, nomear e validar não se separa da autoridade comunitária nem do protagonismo surdo, e remete diretamente para a disputa sobre quem pode legitimar formas linguísticas (Cooper; Nguyễn, 2015; De Meulder *et al.*, 2019; Rech; Sell, 2024; Thomas, 2013).

Este capítulo parte da experiência direta dos autores como pesquisadores e TILs e se organiza em torno de três questões centrais: (1) os sinais LGBTQIAPN+ em Libras comunicam apenas humor ou também identidade?; (2) como se configura a tensão entre a padronização acadêmica e a diversidade de uso comunitário?; e (3) quem detém, ou deveria deter, a autoridade para criar e validar sinais que nomeiam identidades LGBTQIAPN+? Para enfrentar essas perguntas, o capítulo articula contribuições da Sociolinguística, dos Estudos Surdos, da Teoria *Queer* e da Filosofia da Linguagem.

O PAJUBÁ COMO REPERTÓRIO IDENTITÁRIO: DO DIALETO À LÍNGUA DE RESISTÊNCIA

O Pajubá, também registrado como Bajubá, Pajubim, Bahiês ou Calão, pode ser compreendido como um repertório lexical afro-brasileiro constituído por vocábulos oriundos, sobretudo, de línguas africanas, com destaque para o iorubá, e incorporado a práticas de sociabilidade de grupos LGBTQIAPN+ no Brasil (Andrade *et al.*, 2018; Nascimento; Mariano; Santos, 2021; Riva, 2024). Em sua circulação histórica, esse vocabulário esteve associado a travestis, mulheres trans, homens gays e outros sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade em espaços urbanos marcados por vigilância, violência e exclusão social (Kulick, 1998; Gomes Junior, 2021; Pereira; Gomes; Costa, 2025). Nesses contextos, o Pajubá funcionou como forma de comunicação interna, identificação coletiva e proteção diante do controle policial e do estigma social (Andrade *et al.*, 2018; Gomes Junior, 2021; Nascimento; Mariano; Santos, 2021).

Com o avanço dos movimentos sociais LGBTQIAPN+ e a ampliação da circulação pública de expressões oriundas desse repertório, o Pajubá passou a ocupar também espaços midiáticos, educacionais, literários e culturais, sem perder sua relação com memórias de resistência e pertencimento (Silva; Silva Júnior, 2021; Barboza; Lima; Pereira, 2024; Favero, 2020; Pereira; Gomes; Costa, 2025). Termos como “arrasou”, “babado”, “passada” e “poc” ganharam circulação mais ampla, primeiro em comunidades LGBTQIAPN+ e, depois, em usos sociais mais difusos, inclusive por sujeitos que não necessariamente compartilham as experiências históricas que produziram esse léxico (Vieira, 2022; Anjos; Ramos; Tabayara, 2024; Riva, 2024). Esse deslocamento produz uma tensão entre visibilidade e esvaziamento político, pois repertórios linguísticos vinculados a grupos marginalizados podem ser incorporados ao consumo cultural sem que as condições sociais de sua produção sejam reconhecidas (Warner, 2000; Duggan, 2004).

A interpretação em Libras se torna, então, mais complexa. Se o Pajubá carrega camadas de sentido ligadas à proteção, à identidade, ao humor e à resistência, a criação ou seleção de sinais equivalentes em Libras exige atenção a essas dimensões. Não se trata apenas de encontrar um correspondente lexical, mas de considerar que cada escolha tradutória pode deslocar sentidos, reforçar pertencimentos, apagar trajetórias ou produzir novas formas de circulação entre pessoas surdas LGBTQIAPN+.

HUMOR OU IDENTIDADE? A CARGA SEMIÓTICA DOS SINAIS LGBTQIAPN+

Na oficina realizada pelo GETTLibras na UFRGS em outubro de 2025, uma das perguntas que mais mobilizou o debate foi: “esses sinais comunicam apenas humor ou também identidade?”. A questão, embora formulada de modo simples, toca um ponto relevante para a análise sociolinguística e semiótica dos sinais LGBTQIAPN+ em Libras.

Tomar humor e identidade como categorias excludentes é um equívoco analítico. Em comunidades LGBTQIAPN+, formas humorísticas de dizer, sinalizar e performar podem funcionar como estratégias de pertencimento, crítica social e elaboração coletiva da diferença. O humor não elimina, assim, a dimensão identitária do sinal. Ao contrário, pode intensificá-la, pois certos usos linguísticos produzem efeitos sociais no próprio ato de enunciação, sobretudo quando mobilizam marcas de gênero, sexualidade, corpo e pertencimento comunitário (Allington, 2021; Butler, 2021; Kakoliris, 2025).

Um sinal como arrasou, empregado em contexto de celebração de uma performance bem-sucedida, não deve ser compreendido apenas como registro de aprovação. Ele pode funcionar como gesto de reconhecimento e como marca de pertencimento, valorizando modos não normativos de presença pública. Nessa perspectiva, o sinal não se limita a uma avaliação positiva: participa da produção situada de sentidos sobre gênero, sexualidade e comunidade (Butler, 2021; Nayak; Kehily, 2006).

Da mesma forma, “poc”, gíria que nomeia homens gays jovens, e passada, usada para designar uma situação cômica, surpreendente ou emocionalmente marcada, carregam especificidades contextuais que tornam insuficiente qualquer tradução literal. A interpretação adequada exige conhecimento do contexto de enunciação, da relação entre os interlocutores, do momento do evento e da carga afetiva mobilizada. Em um evento como a Parada Livre, em que humor, celebração, denúncia e militância se alternam no palco, o intérprete precisa modular esses sentidos em tempo real, considerando que as práticas sinalizadas são também atravessadas por repertórios

culturais e sociolinguísticos da comunidade surda (De Meulder *et al.*, 2019; Kusters, 2019; Rodrigues; Almeida-Silva, 2017).

Essa exigência coloca em questão modelos de formação e atuação de intérpretes que privilegiam apenas a equivalência semântica e a correção gramatical, sem considerar suficientemente as demandas pragmáticas, culturais e situacionais da interpretação. A atuação em contextos LGBTQIAPN+ exige do TIL mais do que domínio linguístico: exige avaliar as demandas comunicativas, as escolhas possíveis e os efeitos sociais da interpretação, incluindo os riscos de apagamento ou distorção de sentidos identitários (Dean; Pollard, 2001; Dean; Pollard, 2011; Lacerda, 2010; Rodrigues; Beer, 2015).

PADRONIZAÇÃO ACADÊMICA VERSUS USO COMUNITÁRIO: UMA TENSÃO PRODUTIVA

Um dos principais desafios enfrentados pelo GETTLibras ao sistematizar sinais LGBTQIAPN+ em Libras é a tensão entre dois movimentos: a tendência acadêmica à padronização e à estabilização lexical, de um lado, e a tendência comunitária à variação, à reinvenção e à contextualização, de outro. Essa tensão não é exclusiva das línguas de sinais, pois atravessa processos mais amplos de padronização linguística, lexicografia e política linguística. No entanto, ela adquire contornos específicos quando o vocabulário em questão nomeia identidades pessoais e experiências sociais investidas de valor subjetivo, político e comunitário (Adam, 2015; Ayres-Bennett, 2021; Lane; Costa; De Korne, 2018; Quadros; Rathmann, 2021).

A sociolinguística permite compreender que a variação não é ruído, mas informação sobre os usos sociais da língua. No caso da Libras, a variação regional, geracional e comunitária dos sinais deve ser tratada como dado relevante, e não como desvio em relação a uma forma supostamente mais correta. Isso é tanto mais relevante porque as línguas de sinais foram historicamente submetidas a processos de invisibilização, menor prestígio institucional e disputa por reconhecimento linguístico (Rodrigues; Almeida-Silva, 2017; Reagan, 2022; Silva, 2025; Stumpf; Quadros, 2022).

No vocabulário LGBTQIAPN+, essa variação se torna ainda mais sensível. A produção de sinais para termos como transgênero, não binário ou pansexual está em circulação e pode variar entre cidades, grupos étnicos e comunidades com diferentes vínculos com a militância LGBTQIAPN+. Nesse campo, a busca por um sinal único deve ser tratada com cautela, pois a padronização pode produzir efeitos de apagamento quando transforma uma variante situada em norma geral. A documentação linguística deve registrar usos, contextos e disputas, sem substituir a vitalidade comunitária por uma prescrição externa (De Meulder *et al.*, 2019; Quadros *et al.*, 2020; Quadros; Sousa, 2021).

A tentativa de fixar um glossário único e autoritativo envolve dois riscos. O primeiro é congelar a língua em um momento específico de sua circulação, apagando variantes usadas e valorizadas por diferentes grupos. O segundo é privilegiar variantes associadas a sujeitos com maior acesso ao ambiente universitário, à militância institucionalizada ou a espaços de maior capital cultural, em detrimento de formas produzidas em comunidades periféricas, menos escolarizadas ou menos visíveis. A literatura sobre padronização mostra que a escolha de uma forma como padrão raramente é neutra, pois envolve relações de autoridade, prestígio e subordinação linguística (Milroy, 2001; Hanks, 2005; Eichmann, 2009; Curzan *et al.*, 2023; Walsh, 2021).

A resposta construída pelo GETTLibras, ao propor um glossário colaborativo que registra variantes, indica contextos de uso e reconhece a autoria coletiva, assume essa tensão como parte do próprio processo de documentação. O glossário não a elimina, mas a torna produtiva. Em vez de fixar uma versão única, funciona como arquivo em atualização, documentando a língua em uso e reconhecendo que os sinais LGBTQIAPN+ em Libras são atravessados por disputas de nomeação, pertencimento e legitimidade comunitária.

A QUESTÃO DA AUTORIA: QUEM TEM O DIREITO DE CRIAR SINAIS DE IDENTIDADE?

A questão mais delicada que emerge do trabalho do GETTLibras é a da autoria: quem tem legitimidade para criar, propor, registrar ou validar sinais que nomeiam identidades LGBTQIAPN+? A pergunta desdobra-se em outras: sinais criados por ouvintes aliados têm o mesmo estatuto que sinais criados por pessoas surdas? Sinais criados por pessoas surdas cisgêneras e heterossexuais têm o mesmo estatuto que sinais criados por pessoas surdas LGBTQIAPN+? Como lidar com sinais propostos em espaços acadêmicos que depois passam a circular na comunidade, ou com sinais criados em usos comunitários que posteriormente são registrados por pesquisadores?

Essas perguntas mostram que a autoria, no caso das línguas de sinais, não pode ser tratada apenas como atribuição individual. A criação de sinais ocorre frequentemente em processos coletivos, situados e atravessados pelo uso. Um sinal pode surgir em uma interação cotidiana, ser retomado por outras pessoas, sofrer ajustes fonológicos, morfológicos ou semânticos e, só depois, ser sistematizado em materiais didáticos, glossários ou pesquisas. Estudos sobre criação e validação de sinais em Libras indicam que esse processo exige atenção à forma linguística, ao contexto de circulação e à participação dos sujeitos que usarão esses sinais em suas práticas comunicativas (Araújo *et al.*, 2025; Praça, 2025; Rech; Sell, 2020).

No caso dos sinais LGBTQIAPN+, a questão da autoria torna-se ainda mais sensível porque os sinais não nomeiam apenas conceitos abstratos. Eles nomeiam experiências vividas, posições sociais e formas de pertencimento. Por isso, a legitimidade de um sinal não depende apenas de sua adequação linguística, mas também de sua aceitação comunitária e de sua relação com os sujeitos nomeados. A literatura sobre identidade surda mostra que a Libras participa da constituição de vínculos culturais, subjetivos e comunitários, e não pode ser reduzida a um código técnico de comunicação (Nóbrega *et al.*, 2012; Santos; Molon, 2014; Vargas, 2020; Santos, 2021).

Essa discussão também exige considerar que a comunidade surda não é homogênea. Há diferenças regionais, geracionais, educacionais, raciais, de classe, de gênero e de sexualidade que atravessam os usos da Libras. A variação sociolinguística, portanto, não deve ser lida como falha ou instabilidade, mas como expressão das condições sociais de circulação da língua. Sinais criados em determinados grupos podem não ter o mesmo valor, a mesma aceitação ou a mesma carga identitária em outros contextos (Silva, 2014; Palfreyman, 2020; Oliveira; Stella, 2025).

Dessas considerações, decorre um princípio metodológico para o trabalho do GETTLibras: a sistematização de sinais LGBTQIAPN+ deve priorizar a participação de pessoas surdas LGBTQIAPN+ nos processos de criação, seleção, discussão e validação. Isso não significa excluir a contribuição de ouvintes, intérpretes, pesquisadores ou pessoas surdas não LGBTQIAPN+. Significa reconhecer que esses sujeitos devem atuar como colaboradores, mediadores e documentadores, e não como instâncias soberanas de nomeação. A escuta não é apenas uma postura ética geral, mas uma exigência metodológica para evitar que o glossário reproduza assimetrias de poder já presentes no campo linguístico e educacional (Santos, 2025; Silva *et al.*, 2025).

Esse princípio também responde ao risco de que sinais sobre identidades LGBTQIAPN+ sejam formulados a partir de olhares externos, moralizantes ou patologizantes. Estudos recentes mostram que discursos homofóbicos podem circular em sinais da Libras e que intérpretes não heteronormativos enfrentam questões específicas em sua atuação discursiva e profissional (Oliveira; Stella, 2025; Santos, 2025). Assim, a pergunta sobre autoria não é apenas “quem criou o sinal?”, mas também “a partir de qual posição social esse sinal foi criado?”, “quem o reconhece como legítimo?” e “quais efeitos ele produz sobre as pessoas nomeadas?”.

Nessa perspectiva, o glossário colaborativo do GETTLibras deve ser compreendido menos como um instrumento de fixação normativa e mais como um dispositivo de documentação crítica. Seu papel não é decretar a forma

definitiva dos sinais LGBTQIAPN+ em Libras, mas registrar variantes, explicitar contextos de uso, indicar autoria quando ela for conhecida, reconhecer processos coletivos de circulação e abrir espaço para revisão comunitária contínua. A autoria, portanto, não é apagada, mas redistribuída: deixa de ser propriedade individual isolada e passa a ser compreendida como responsabilidade coletiva diante das pessoas e identidades que os sinais nomeiam.

IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA INTERPRETATIVA E PARA A FORMAÇÃO DE TILS

As três tensões analisadas nas seções anteriores, humor e identidade, padronização e variação, autoria externa e autoria comunitária, têm implicações diretas para a prática interpretativa e para a formação de TILs que atuam em contextos LGBTQIAPN+.

Em termos práticos, o intérprete que atua em uma Parada do Orgulho precisa tomar decisões em tempo real sobre qual sinal utilizar para termos que podem apresentar duas ou mais variantes regionais, geracionais ou comunitárias. Essas decisões não são apenas lexicais. Elas envolvem avaliação contextual, memória de trabalho, controle da simultaneidade, antecipação de sentidos e leitura da recepção do público surdo. Nesse tipo de situação, o TIL precisa lidar com sinais que podem ter sido criados em contextos distintos, por sujeitos surdos LGBTQIAPN+, por coletivos militantes ou por pesquisadores, e que podem ser percebidos como identificadores, inadequados ou ofensivos, a depender de quem os utiliza, de como circulam e de quais histórias carregam (Gile, 1995; Gile, 2021; Ferreira; Schwieter, 2022; Setton; Dawrant, 2016).

Por isso, a solução não pode ser puramente individual. Não é razoável exigir que cada intérprete construa sozinho o conhecimento cultural necessário para atuar nesse campo. A resposta precisa ser estrutural e coletiva: criação de espaços prévios de preparação, como os encontros do GETTLibras, construção de glossários colaborativos e vivos, participação de pessoas surdas LGBTQIAPN+ na validação dos sinais e incorporação, na formação acadêmica de TILs, de conteúdos sobre identidades LGBTQIAPN+, história do movimento, vocabulário do Pajubá e posicionamento ético na interpretação. A literatura sobre interpretação em línguas de sinais mostra que a qualidade da atuação depende de colaboração, conhecimento situado, escuta das preferências dos usuários surdos e formação voltada às demandas reais da prática profissional (Hauser; Finch; Hauser, 2008; Napier; Barker, 2004; Napier, 2015; Lacerda, 2010).

Esse argumento dialoga com uma discussão mais ampla sobre o papel político do intérprete. A neutralidade, quando entendida como ausência de interferência, não descreve adequadamente a prática interpretativa. Em interações mediadas por intérpretes, os sentidos são construídos de modo relacional, e as escolhas linguísticas do profissional participam da organização da interação, da visibilidade dos sujeitos e da circulação de determinadas formas de nomeação (Metzger, 1999; Janzen; Shaffer, 2008; Janzen; Shaffer, 2013; Roy; Metzger, 2014).

No caso dos sinais LGBTQIAPN+ em Libras, essa questão é ainda mais delicada. Quando o intérprete escolhe um sinal para nomear uma identidade, ele participa, mesmo sem intenção explícita, de uma disputa sobre quem pode nomear, quais variantes ganham visibilidade e quais formas permanecem à margem. Reconhecer essa participação não transforma o TIL em militante partidário, mas o constitui como profissional responsável pelas consequências éticas, sociais e políticas de suas escolhas linguísticas (McKee; Nilsson, 2022; Weininger, 2022; Santos, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sinais “passada”, “poc”, “glamour”, “arrasou”, “babado”, “close”, “bicha” e “sapatão” não devem ser compreendidos apenas como unidades lexicais a serem transpostas de uma língua para outra. No contexto analisado, esses sinais concentram histórias de pertencimento, resistência, humor, identificação coletiva e disputa por reconhecimento. Tratá-los como simples itens vocabulares implicaria reduzir sua carga semiótica e ignorar os processos sociais que os constituem.

Ao longo deste capítulo, argumentou-se que os sinais LGBTQIAPN+ em Libras envolvem, simultaneamente, questões linguísticas, políticas e éticas. São questões linguísticas porque dizem respeito à variação, à estabilização lexical, à pragmática e aos efeitos de sentido produzidos em contextos específicos de uso. São questões políticas porque envolvem disputas sobre quem pode nomear, registrar, validar e difundir sinais relacionados a identidades historicamente marginalizadas. São questões éticas porque exigem responsabilidade diante das pessoas e comunidades que não apenas são nomeadas por esses sinais, mas também devem participar de sua criação, circulação e revisão.

A experiência do GETTLibras indica que a construção de sinais LGBTQIAPN+ em Libras não pode ser conduzida apenas por critérios acadêmicos de padronização, nem pode prescindir de processos coletivos de documentação

e sistematização. O desafio está em construir formas de registro que respeitem a variação, reconheçam a autoria comunitária e mantenham abertura para revisão. Glossários colaborativos não devem funcionar como instrumentos de fixação normativa, mas como arquivos em atualização, capazes de registrar usos, variantes, contextos e disputas.

As análises desenvolvidas neste capítulo também apontam implicações para a formação e a atuação de TILs. Interpretar o vocabulário LGBTQIAPN+ em Libras exige mais do que domínio lexical. Exige competência pragmática, sensibilidade sociolinguística, conhecimento histórico-cultural e capacidade de tomar decisões situadas. Em eventos como a Parada Livre de Porto Alegre, o intérprete lida com enunciados marcados por humor, militância, afeto, crítica social e pertencimento. Cada escolha tradutória pode ampliar a visibilidade de uma identidade, deslocar sentidos ou apagar nuances relevantes.

Por essa razão, a centralidade das pessoas surdas LGBTQIAPN+ deve orientar os processos de criação, validação e circulação desses sinais. Isso não significa excluir intérpretes, pesquisadores, pessoas ouvintes ou aliados do trabalho coletivo. Significa reconhecer que sua função deve ser a de colaboração, escuta, mediação e documentação, e não a de autoridade soberana sobre formas linguísticas que nomeiam experiências vividas por outros sujeitos.

Conclui-se, portanto, que os sinais LGBTQIAPN+ em Libras constituem um campo em movimento, atravessado por variação, autoria coletiva, disputas de legitimidade e responsabilidades éticas. O trabalho do GETTLibras, ao propor um glossário colaborativo e atento aos usos comunitários, contribui para esse processo ao registrar não apenas sinais, mas também as condições sociais, políticas e culturais de sua produção. Mais do que buscar uma forma única e definitiva, trata-se de sustentar um processo contínuo de escuta, documentação e revisão, no qual a língua seja reconhecida em sua vitalidade e em sua relação direta com as pessoas que a produzem.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a elaboração deste trabalho, os autores utilizaram a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa ChatGPT, da empresa OpenAI, com o objetivo de auxiliar na revisão textual, na adequação do estilo acadêmico, na melhoria da coesão, da fluidez e da clareza argumentativa do texto. A IA não foi utilizada para a geração ou análise de dados originais, nem para a elaboração autônoma das interpretações apresentadas. Os autores assumem total responsabilidade pelo conteúdo final, pela veracidade das informações, pelas análises desenvolvidas, pelas referências utilizadas e pela versão final deste documento.

REFERÊNCIAS

- ADAM, Robert. Standardization of sign languages. **Sign Language Studies**, Washington, v. 15, n. 4, p. 432-445, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sls.2015.0015>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- ALLINGTON, Daniel. Speech acts and performative utterances. In: LYNCH, Deidre Shauna (ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Literature**. Oxford: Oxford University Press, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190201098.013.120>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- ANDRADE, Karylleila Santos; GONÇALVES, Sheila de Carvalho P.; PORTO, Filipe; ANDRADE, Luciana C. e Silva. Bajubá: linguagem de grupo LGBTT como representação sócio-histórica e cultural. **DESAFIOS: Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, Palmas, v. 5, n. 4, p. 36-46, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20873/uft.23593652201854p36>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- ANJOS, Danilo Nascimento dos; RAMOS, João Batista Santiago; TABAYARA, Tiago José da Silva. “Gonging the patterns and closing up with pajubá”: transformations, (des)construction of identity and common linguistic use of the pajubá dialect in Brazil. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 2, e3386, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv16n2-054>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- ARAÚJO, Germana G.; LIMA, Raquel; RODRIGUES, Bruna; PRUDENTE, Vinícius. Design e acessibilidade comunicacional no espaço museal: metodologia de criação de sinais em Libras. **Blucher Design Proceedings**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 62-72, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.5151/cidi2025-1087496>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- AYRES-BENNETT, Wendy. Modelling language standardization. In: AYRES-BENNETT, Wendy; BELLAMY, John (ed.). **The Cambridge Handbook of Language Standardization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 27-64. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108559249.002>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- BARBOZA, Ádrian Ferreira; LIMA, Marcus Antônio Assis; PEREIRA, André Luis Mitidieri. A neça de Amara Moira: uma voz pajubeyra. **Fólio: Revista de Letras**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 2, p. 24-44, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/folio.v15i2.15314>. Acesso em: 19 jun. 2026.
- BUTLER, Judith. Burning acts, injurious speech. In: BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. London: Routledge, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003146759-2>. Acesso em: 19 jun. 2026.

COOPER, Audrey C.; NGUYỄN, Trần Thủy Tiên. Signed language community-researcher collaboration in Việt Nam: challenging language ideologies, creating social change. **Journal of Linguistic Anthropology**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 105-127, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jola.12081>. Acesso em: 19 jun. 2026.

CURZAN, Anne; QUEEN, Robin M.; VANEYK, Kristin; WEISSLER, Rachel Elizabeth. Language standardization & linguistic subordination. **Daedalus**, Cambridge, v. 152, n. 3, p. 18-35, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1162/daed_a_02015. Acesso em: 19 jun. 2026.

DE MEULDER, Maartje; KUSTERS, Annelies; MORIARTY, Erin; MURRAY, Joseph J. Describe, don't prescribe: the practice and politics of translanguaging in the context of deaf signers. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, [S. l.], v. 40, n. 10, p. 892-906, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01434632.2019.1592181>. Acesso em: 19 jun. 2026.

DEAN, Robyn K.; POLLARD, Robert Q. Application of demand-control theory to sign language interpreting: implications for stress and interpreter training. **The Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v. 6, n. 1, p. 1-14, jan. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/deafed/6.1.1>. Acesso em: 19 jun. 2026.

DEAN, Robyn K.; POLLARD, Robert Q. Context-based ethical reasoning in interpreting: a demand control schema perspective. **The Interpreter and Translator Trainer**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 155-182, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13556509.2011.10798816>. Acesso em: 19 jun. 2026.

DUGGAN, Lisa. **The twilight of equality?: neoliberalism, cultural politics, and the attack on democracy**. Boston: Beacon Press, 2004. Disponível em: https://openlibrary.org/works/OL3748538W/The_Twilight_of_Equality. Acesso em: 19 jun. 2026.

EICHMANN, Hanna. Planning sign languages: promoting hearing hegemony? Conceptualizing sign language standardization. **Current Issues in Language Planning**, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 293-307, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14664200903116287>. Acesso em: 19 jun. 2026.

FAVERO, Sofia. Por uma ética pajubariana: a potência epistemológica das travestis intelectuais. **Equatorial: Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 7, n. 12, p. 1-22, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12id18520>. Acesso em: 19 jun. 2026.

FERREIRA, Aline; SCHWIETER, John W. Cognitive approaches to interpreting studies. In: ZANETTIN, Federico; RUNDLE, Christopher (ed.). **The Routledge Handbook of**

Translation and Methodology. London: Routledge, 2022. p. 340-355. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315158945-25>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GILE, Daniel. **Basic concepts and models for interpreter and translator training.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/btl.8.1st>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GILE, Daniel. The Effort Models of Interpreting as a didactic construct. In: MUÑOZ MARTÍN, Ricardo; SUN, Sanjun; LI, Defeng (ed.). **Advances in Cognitive Translation Studies.** Singapore: Springer, 2021. p. 139-160. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-981-16-2070-6_7. Acesso em: 19 jun. 2026.

GOMES JUNIOR, João. O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 300-314, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.3895/cgt.v14n43.12174>. Acesso em: 19 jun. 2026.

HANKS, William F. Pierre Bourdieu and the practices of language. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, v. 34, p. 67-83, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.33.070203.143907>. Acesso em: 19 jun. 2026.

HAUSER, Peter C.; FINCH, Karen L.; HAUSER, Angela B. (ed.). **Deaf professionals and designated interpreters: a new paradigm.** Washington, DC: Gallaudet University Press, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv2rcnnxg>. Acesso em: 19 jun. 2026.

JANZEN, Terry; SHAFFER, Barbara. Intersubjectivity in interpreted interactions: the interpreter's role in co-constructing meaning. In: ZLATEV, Jordan; RACINE, Timothy P.; SINHA, Chris; ITKONEN, Esa (ed.). **The shared mind: perspectives on intersubjectivity.** Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2008. p. 333-355. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/celcr.12.18jan>. Acesso em: 19 jun. 2026.

JANZEN, Terry; SHAFFER, Barbara. The interpreter's stance in intersubjective discourse. In: MEURANT, Laurence; SINTE, Aurélie; VAN HERREWEGHE, Mieke; VERMEERBERGEN, Myriam (ed.). **Sign language research, uses and practices: crossing views on theoretical and applied sign language linguistics.** Berlin: De Gruyter Mouton, 2013. p. 63-84. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9781614511472.63>. Acesso em: 19 jun. 2026.

KAKOLIRIS, Gerasimos. Judith Butler on gender performativity. **Dia-noesis: A Journal of Philosophy**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 57-74, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12681/dia.41735>. Acesso em: 19 jun. 2026.

KULICK, Don. **Travesti: sex, gender, and culture among Brazilian transgendered prostitutes**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

KUSTERS, Annelies. Deaf and hearing signers' multimodal and translingual practices: editorial. **Applied Linguistics Review**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/applirev-2017-0086>. Acesso em: 19 jun. 2026.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 36, p. 133-153, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i36.1604>. Acesso em: 19 jun. 2026.

LANE, Pia; COSTA, James; DE KORNE, Haley (ed.). **Standardizing minority languages: competing ideologies of authority and authenticity in the global periphery**. London: Routledge, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315647722>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MCKEE, Rachel Locker; NILSSON, Anna-Lena. Interpreters as agents of language planning. **Translation and Interpreting Studies**, Amsterdam, v. 17, n. 3, p. 429-454, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/tis.21041.mck>. Acesso em: 19 jun. 2026.

METZGER, Melanie. **Sign language interpreting: deconstructing the myth of neutrality**. Washington, DC: Gallaudet University Press, 1999. Disponível em: <https://gupress.gallaudet.edu/Books/S/Sign-Language-Interpreting>. Acesso em: 19 jun. 2026.

MILROY, James. Language ideologies and the consequences of standardization. **Journal of Sociolinguistics**, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 530-555, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1467-9481.00163>. Acesso em: 19 jun. 2026.

NAPIER, Jemina. Collaborative strategies for deaf professionals and interpreters in producing quality voice-over. In: EFSLI ANNUAL CONFERENCE, 1., 2014, Antwerp. **Comunicação apresentada**. Antwerp: efsli, 2015. Disponível em: <https://researchportal.hw.ac.uk/en/publications/collaborative-strategies-for-deaf-professionals-and-interpreters->. Acesso em: 19 jun. 2026.

NAPIER, Jemina; BARKER, Roz. Accessing university education: perceptions, preferences, and expectations for interpreting by deaf students. **The Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, Oxford, v. 9, n. 2, p. 228-238, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/deafed/enh024>. Acesso em: 19 jun. 2026.

NASCIMENTO, Vanessa Mirele dos Santos; MARIANO, Nazarete Andrade; SANTOS, Cosme Batista dos. Dialeto Pajubá: marca identitária da comunidade LGBTQIA+. **Grau**

Zero: Revista de Crítica Cultural, Alagoinhas, v. 9, n. 2, p. 67-95, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30620/gz.v9n2.p67>. Acesso em: 19 jun. 2026.

NAYAK, Anoop; KEHILY, Mary Jane. Gender undone: subversion, regulation and embodiment in the work of Judith Butler. **British Journal of Sociology of Education**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 459-472, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01425690600803038>. Acesso em: 19 jun. 2026.

NÓBREGA, Juliana Donato; ANDRADE, Andréa Batista de; PONTES, Ricardo José Soares; BOSI, Maria Lúcia Magalhães; MACHADO, Márcia Maria Tavares. Identidade surda e intervenções em saúde na perspectiva de uma comunidade usuária de língua de sinais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 671-679, mar. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300013>. Acesso em: 19 jun. 2026.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Matias de; STELLA, Paulo Rogério. Entre mãos e sentidos: circulação de discursos homofóbicos em sinais da Libras. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 19, e019032, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/DLv19a2025-32>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PALFREYMAN, Nick. Social meanings of linguistic variation in BISINDO (Indonesian Sign Language). **Asia-Pacific Language Variation**, Amsterdam, v. 6, n. 1, p. 89-118, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/aplv.00008.pal>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PEREIRA, Kaya Araújo; GOMES, Vanise; COSTA, Thaís de Araújo da. Uma análise discursiva do pajubá em entrevistas do fim da década de 1980. **Revista Gênero**, Niterói, v. 26, n. 1, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/qxfad566>. Acesso em: 19 jun. 2026.

PLAÇA, Jaqueline Santos Vargas. Criação e validação de sinais em Libras para os conceitos de massa, força e aceleração no ensino de física. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, [S. l.], v. 18, n. 3, e16630, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/revconv.18n.3-334>. Acesso em: 19 jun. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de; LEITE, Tarcísio de Arantes; LOHN, Juliana Tasca; SCHMITT, Deonísio; PEGO, Carolina. Brazilian Sign Language documentation. In: QUADROS, Ronice Müller de (ed.). **Brazilian Sign Language Studies**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2020. p. 9-32. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9781501507878-002>. Acesso em: 19 jun. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de; RATHMANN, Christian. Sign language standardization. In: AYRES-BENNETT, Wendy; BELLAMY, John (ed.). **The Cambridge Handbook of**

Language Standardization. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 765-788. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108559249.030>. Acesso em: 19 jun. 2026.

QUADROS, Ronice Müller de; SOUSA, Alexandre Melo de. Brazilian Sign Language corpus: Acre Libras Inventory. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 805-828, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17851/2237-2083.29.2.805-828>. Acesso em: 19 jun. 2026.

REAGAN, Timothy. Language planning and language policies for sign languages: an emerging civil rights movement. **Sociolinguistica**, [S. l.], v. 36, n. 1-2, p. 169-182, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/soci-2022-0010>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira. Os sinais de nome atribuídos no contexto acadêmico: uma abordagem antroponomástica. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 67-82, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/odal.v1i2.25446>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RECH, Gabriele Cristine; SELL, Fabíola Sucupira Ferreira. The process of naming hearing individuals belonging to deaf communities using Brazilian Sign Language (Libras). **Onoma**, [S. l.], v. 59, p. 115-134, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.34158/ONOMA.59/2024/6>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RIVA, Huélinton Cassiano. Desvendando o léxico do Pajubá, a gíria do grupo dos LGBTQIAPN+ do Brasil. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 21, n. 2, e2876, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n2-113>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RODRIGUES, Angélica; ALMEIDA-SILVA, Anderson. Reflexões sociolinguísticas sobre a Libras (Língua Brasileira de Sinais). **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 686-698, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21165/el.v46i2.1673>. Acesso em: 19 jun. 2026.

RODRIGUES, Carlos Henrique; BEER, Hanna. Os estudos da tradução e da interpretação de línguas de sinais: novo campo disciplinar emergente? **Cadernos de Tradução**, Florianópolis, v. 35, n. esp. 2, p. 17-45, out. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2015v35nesp2p17>. Acesso em: 19 jun. 2026.

ROY, Cynthia B.; METZGER, Melanie. Researching signed language interpreting through a sociolinguistic lens. **Translation & Interpreting**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 158-176, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.12807/ti.106201.2014.a09>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANTOS, Miriam Ramos dos. A relação entre aquisição tardia da Libras como L1 por pessoa surda e construção de identidade(s) surda(s) na pós-modernidade. **Building the Way: Revista do Curso de Letras da UEG**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31668/buildingtheway.v11i2.12428>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANTOS, Saionara Figueiredo. Discursos de intérpretes de Libras não heteronormativos: uma análise crítica sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional. **Revista Linguística**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.31513/linguistica.2025.v21n2a68193>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SANTOS, Saionara Figueiredo; MOLON, Susana Inês. Comunidade surda e Língua Brasileira de Sinais nos relatos de uma professora surda. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 8, n. 2, p. 304-320, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/19827199800>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SETTON, Robin; DAWRANT, Andrew. Simultaneous interpreting (SI). In: SETTON, Robin; DAWRANT, Andrew. **Conference interpreting: a complete course**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 253-314. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/btl.120.08ch8>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SEVERINO, Rafael da Mata; CARNEIRO, Teresa Dias. Considerações sobre a perspectiva histórica acerca da tradução português-libras em instituições brasileiras. **Letras & Letras**, Uberlândia, v. 37, n. 2, p. 461-482, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/LL63-v37n2-2021-23>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, André Luiz Souza da; SILVA JÚNIOR, Leônidas José da. O pajubá no ENEM: preconceito e diversidade linguística. In: NÓBREGA, Paulo Vinícius Ávila; MANGUEIRA, José Vilian (org.). **Estudos sobre línguas e literaturas na educação básica**. 1. ed. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021. p. 238-268. Disponível em: <https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2021.394.238-268>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, Diego Barbosa da. Uma Libras ou muitas Libras?: apontamentos sociolinguísticos sobre línguas de sinais no Brasil. **Domínios de Lingu@gem, Uberlândia**, v. 19, e019009, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/DLv19a2025-9>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, Erliandro Felix; FRANCIONI, William Velozo; PAULA, Wellington Santos de; SANTOS, Miquéias Ambrósio dos; JOERKE, Gabriel Antônio Ogaya; SCHMIDT, Jelson Budal; GOMIDES, Paula Aparecida Diniz. Libras e educação de surdos: disputas e relações de poder no mercado linguístico. **Interfaces Científicas: Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 12, n. 3, p. 22-36, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3801.2025v12n3p22-36>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SILVA, Simone Gonçalves de Lima. Variação sociolinguística: estudo de caso na Língua Brasileira de Sinais. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 15, n. 31, 2014. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/10554>. Acesso em: 19 jun. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; QUADROS, Ronice Müller de. Beyond language policies: Deaf protagonism, Brazilian Sign Language and Deaf education. **Hrvatska revija za rehabilitacijska istraživanja**, Zagreb, v. 58, número especial, p. 279-299, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.31299/hrri.58.si.15>. Acesso em: 19 jun. 2026.

THOMAS, David J. **Not a hearing loss, a deaf gain**: power, self-naming, and the Deaf community. 2013. Tese (Doctor of Philosophy) – Old Dominion University, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.25777/dxa3-d691>. Acesso em: 19 jun. 2026.

VARGAS, Maria Lourdes. A importância da língua de sinais para a formação da identidade na cultura surda. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 5, n. 10, p. 29-54, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31517/rsa.v5i10.378>. Acesso em: 19 jun. 2026.

VIEIRA, Eduardo Alves. O uso de gírias e expressões LGBTQIA+ por mulheres cis-heterossexuais. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 23, n. 2, p. 20-42, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/les.v23i2.42475>. Acesso em: 19 jun. 2026.

WALSH, Olivia. Introduction: in the shadow of the standard. Standard language ideology and attitudes towards “non-standard” varieties and usages. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, [S. l.], v. 42, n. 9, p. 773-782, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01434632.2020.1813146>. Acesso em: 19 jun. 2026.

WARNER, Michael. **The trouble with normal**: sex, politics, and the ethics of Queer life. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2000. Disponível em: https://books.google.com/books/about/The_Trouble_with_Normal.html?id=PBfw-LhEWjUC. Acesso em: 19 jun. 2026.

WEININGER, Markus Johannes. Qualidade de interpretação e mudanças no papel de intérpretes de Libras: normas, ética, identidade, autopercepção, formação. **Tradução em Revista**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 43-65, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.TradRev.59667>. Acesso em: 19 jun. 2026.

YOUNG, Alys; NAPIER, Jemina; ORAM, Rosemary. The translated deaf self, ontological (in)security and deaf culture. **The Translator**, [S. l.], v. 25, n. 4, p. 349-368, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13556509.2020.1734165>. Acesso em: 19 jun. 2026.

3

POR UMA INVESTIGAÇÃO URBANA DISSIDENTE

EXPERIÊNCIAS A PARTIR DAS REFLEXÕES
DE UM PESQUISADOR QUEER.

Yuri Nascimento Paes da Costa

INTRODUÇÃO

O campo de investigação sobre as cidades tem passado por transformações significativas desde a segunda metade da década de 1960, período em que o pós-estruturalismo ganhou espaço no pensamento filosófico ocidental, sobretudo a partir de obras pioneiras como *Gramatologia* (Derrida, 2004), *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 2012) e *O Anti-Édipo* (Deleuze; Guattari, 2010).

Nesses textos, é possível identificar uma virada epistemológica responsável por diluir as categorias rígidas de análise até então utilizadas nas pesquisas urbanas — as quais se mostravam excessivamente focadas em processos, métodos, forma e função, heranças metodológicas da tradição da Arquitetura e do Urbanismo Modernos que ecoam fortemente até os dias de hoje.

A escolha desse trio de autores se justifica pelo fato de que cada um, a sua maneira, fundamentou o Urbanismo Pós-Moderno e a Geografia Crítica, servindo de base para desdobramentos contemporâneos cruciais, tais como o Urbanismo Feminista e de Gênero, o Urbanismo Decolonial e o Urbanismo *Queer* — sendo este último, o lugar de fala a partir do qual este capítulo se constrói.

Em Derrida (2004), percebemos que a crítica ao *logocentrismo* e ao *fono-centrismo* pode ser perfeitamente transposta para o campo urbano: a cidade, tal como outras áreas do saber, é cotidianamente atravessada pelo império do pensamento racional (materializado, por exemplo, em desenhos baseados

em planos cartesianos) e por uma linguagem espacial rígida. Autores como Kevin Lynch (2011) se ocuparam, nos últimos anos, em decodificar os signos que legam legibilidade à cidade e que orientam, consequentemente, o comportamento humano sob uma lógica de controle e previsibilidade.

Já em Foucault (2012), observamos a consolidação de um rompimento com as visões lineares e universalizantes da história e da ciência. Ao introduzir a descontinuidade, a ruptura e a análise dos discursos como práticas que ativamente constroem a realidade, o filósofo nos oferece ferramentas para que os estudos urbanos abandonem a busca por uma suposta “evolução natural” ou pelo progresso linear das cidades. Sob essa lente foucaultiana, as narrativas oficiais foram contestadas e lidas a contrapelo, trazendo à superfície marcos históricos e saberes subjugados que foram sistematicamente silenciados pela historiografia tradicional do urbanismo.

Deleuze e Guattari (2010), por sua vez, implodem as tentativas de enquadramento da vida e dos corpos em moldes identitários e familiares rígidos, propondo que o desejo não seja lido como uma falta, mas como uma força produtiva e revolucionária. Quando deslocamos essa reflexão para o espaço público, compreendemos que a cidade não pode mais ser observada apenas a partir do ponto vista técnico, ou seja, a partir de relatórios de arquitetos, urbanistas, geógrafos, engenheiros, que utilizam bases cartográficas e vistas aéreas para interpretar as cidades, sem se aproximar delas e de seus usuários. Para Deleuze e Guattari (2010), é preciso pensar além das linhas duras do planejamento estatal ou pela lógica de acumulação do capital, é preciso observar o *rizoma* cidade a partir, também, dos pulsos nos fluxos subterrâneos, nas esquivas cotidianas e nas conexões imprevistas.

É dentro dessa chave epistemológica, do experienciar a cidade do chão, do corpo-pesquisador implicado politicamente com o território, que situarei este capítulo. Para materializar o pensamento, irei tecer reflexões sobre três estudos desenvolvidos por mim, em diferentes etapas da minha trajetória como pesquisador *queer*, nos últimos cinco anos, dentro das interfaces entre arquitetura, urbanismo, gênero e sexualidade, sobretudo com enfoque especial na comunidade sexo-gênero dissidente.

O primeiro estudo foi realizado no âmbito da minha graduação em Arquitetura e Urbanismo, quando realizei um mapeamento de lugares de pegação homoerótica no Centro Histórico da Cidade do Recife. O segundo estudo, uma experiência similar, mais recente, realizada no Plano Piloto de Brasília em 2025. Já o terceiro estudo a ser refletido foi fruto do mestrado em Arquitetura e Urbanismo, na Universidade de Brasília, quando investiguei

um programa de habitação federal da Argentina intitulado *Habitar en Igualdad* dedicado à construção de vinte e cinco moradias para mulheres cisgêneras em situação de violência doméstica e população LGBTQIAPN+.

A escolha de Recife, Brasília e La Rioja não decorre de uma estratégia comparativa previamente estabelecida, tampouco da busca por casos exemplares tomados como objetos distantes de observação. Ao contrário, os três territórios foram selecionados porque constituem espaços de experiência, vínculo e implicação pessoal minha. Recife corresponde ao território onde cresci e onde surgiram minhas primeiras inquietações sobre cidade, sexualidade e dissidência, sobretudo dentro do início do percurso acadêmico em Arquitetura e Urbanismo. Brasília constitui o território de minha experiência cotidiana contemporânea, lugar onde novas questões emergiram a partir da observação das tensões entre urbanismo modernista, desejo e uso do espaço público. Já La Rioja tornou-se um campo de investigação por meio de um processo mais lento de aproximação, consolidado a partir das experiências da dissertação de mestrado e do contato com os atores sociais e políticos engajados na experiência do programa *Habitar en Igualdad*.

O CASO LA RIOJA: GÊNERO E SEXUALIDADE HABITANDO NA IGUALDADE

A província de La Rioja, no noroeste da Argentina, não é um lugar que se esperaria encontrar no mapa das políticas habitacionais inovadoras. Com pouco mais de trezentos mil habitantes, economia ancorada na agroindústria e no funcionalismo público, e uma cultura fortemente marcada pelo catolicismo e pelo conservadorismo de costumes, La Rioja figura entre as quatro províncias mais pobres do país (Costa, 2025). E, no entanto, foi justamente ali que nasceu o primeiro bairro público destinado a mulheres cisgêneras vítimas de violência doméstica e à população LGBTQIA+ da Argentina, sendo este, resultado de uma luta que durou quase quinze anos e que reuniu atores improváveis sob o mesmo propósito: o direito à moradia.

O programa *Habitar en Igualdad*, que foi o início de tudo, foi criado em 2021 pelo governo de Alberto Fernández a partir de uma resolução conjunta entre o *Ministerio del Desarrollo Territorial y Hábitat* e o *Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad*. O *Habitar en Igualdad* se tornou, assim, a primeira iniciativa habitacional nacional totalmente subsidiada pelo Estado a incluir gênero e diversidade sexual como critérios estruturantes de elegibilidade e desenho espacial, com objetivos que iam da promoção de perspectiva de gênero nas políticas de moradia digna à elaboração de critérios interministeriais de priorização para pessoas em situação de violência de gênero (Argentina, 2021; Costa; Lima, 2025). É válido mencionar que o programa

não surgiu do vazio burocrático: é produto de uma série de transformações institucionais que inclui a *Ley de Matrimonio Igualitario* (2010) e a *Ley de Identidad de Género* (2012), normas que passaram a nomear e dar existência jurídica a sujeitos que o Estado antes simplesmente ignorava. Para Butler (2015), é precisamente esse processo de reconhecimento, ou de seu recuo, que se define quais vidas são enquadradas como passíveis de proteção e de existência política, neste sentido, ao incluir esses sujeitos como grupo prioritário em um programa habitacional a Argentina conseguiu, momentaneamente, (re)enquadrar essas vidas antes lidas como não-choráveis.

Dentro da minha experiência com o acompanhamento das vinte e cinco unidades habitacionais em La Rioja, considero que o mais instigante seja o encontro entre o coletivo de mulheres transexuais, travestis e trabalhadoras do sexo Chicas Trans Autoconvocadas e a deputada federal Hilda Aguirre — conhecida localmente como *La Beba* (Costa, 2025). Aguirre construiu sua trajetória política sob o signo da defesa da educação, das crianças e das mulheres, com um posicionamento pessoal abertamente católico e conservador. Em 2010, votou contra o casamento igualitário no Congresso argentino. Seria difícil imaginar uma personagem menos provável para se tornar a principal articuladora de um programa habitacional voltado à dissidência.

O que aconteceu entre esse voto e o *Habitar en Igualdad* foi um processo lento de deslocamento de perspectiva provocado pela amizade com Solange Luna, liderança do coletivo trans, e pela proximidade cotidiana com as *compañeras* de La Rioja. Ver de perto a violência que atravessava aquelas trajetórias (a expulsão de casa na adolescência, o trabalho sexual como única via de subsistência, o aluguel partilhado entre quatro ou cinco pessoas em cômodos precários) transformou, segundo a própria deputada, sua compreensão do que significa o feminismo: uma luta impossível de sustentar sem a inclusão de todas as mulheres, incluindo aquelas que desobedecem às normas de gênero impostas pela família consanguínea e pela sociedade (Costa, 2025). Foi pela proximidade com Solange Luna e pela mediação da Fundación Vamos a Andar (FUNDAVA), criada por Aguirre em 2008, que a deputada abordou o então ministro Jorge Ferraresi e a subsecretária María Higonet, levando à criação do programa e ao uso de La Rioja como experiência-piloto (Costa; Lima, 2025).

O financiamento das obras veio do *Fondo Nacional de la Vivienda* (FONAVI), único instrumento federal efetivamente mobilizado, com os recursos repassados diretamente à FUNDAVA. O Governo de La Rioja disponibilizou equipe técnica da *Administración Provincial de Vivienda* para as obras e o Centro de Referência de Assistência Social para as oficinas participativas.

O terreno, inicialmente conquistado pelo coletivo em 2012 em área periférica da cidade, foi realocado em 2020 para uma localização mais próxima do centro e conectada ao tecido urbano consolidado, a pedido do próprio ministro Ferraresi, justamente para evitar a segregação espacial que ameaçava o projeto original (Costa, 2025).

Outro elemento muito interessante na experiência em La Rioja foi o projeto arquitetônico das unidades habitacionais, a cargo do arquiteto Luis Alberto Peralta contratado pela FUNDAVA. O projeto foi resultado de reuniões participativas que incorporaram desejos concretos das futuras moradoras: estacionamento para motocicletas, meio de locomoção predominante entre as trabalhadoras sexuais trans; pé-direito elevado para o clima extremo riojano; sistema de aquecimento solar da água; e espaços comunitários destinados a centros de capacitação profissional e pequeno comércio gerido pelos próprios moradores (Costa; Lima, 2025).

No desenho das unidades, a separação hierárquica entre cômodos foi deliberadamente evitada: quartos com dimensões iguais, banheiro compartilhado, cozinha integrada à sala e uma abertura que dissolve a fronteira entre interior e exterior. Características que me fizeram lembrar os estudos de Colomina (1994), que debate sobre como arquitetura não é apenas uma plataforma que acomoda o sujeito observador, mas sim um mecanismo de observação que o produz e o enquadra. Lida sob essa chave de pensamento, a recusa de reproduzir hierarquias espaciais em La Rioja foi também uma declaração sobre que tipo de sujeito o espaço pretende abrigar.

A partir do acompanhamento dessa experiência, compreendo que o valor fundamental de La Rioja reside na sua capacidade de tensionar e transformar as próprias bases do planejamento urbano convencional. A aliança improvável entre *La Beba* e Solange Luna ilustra que a produção do espaço democrático se faz na fricção e no deslocamento de perspectivas, forçando o Estado a reconhecer juridicamente e espacialmente as vidas lidas como não-choráveis (Butler, 2015). Ao relocar o projeto para o tecido urbano consolidado e eliminar as barreiras internas da casa, o conjunto desafiou tanto a segregação macroterritorial quanto a domesticação cisheteronormativa que historicamente moldou a arquitetura doméstica.

O CASO RECIFE E BRASÍLIA: DISSIDENTES DO GÊNERO E SEXO QUE (RE)ESCREVEM A CIDADE NORMATIVA

Duas pesquisas, dois territórios, um mesmo incômodo: a cidade que o urbanismo oficial descreve não é a cidade que se vive. Em *A Teia Queer* (Costa, 2024), percorri os bairros do Centro Histórico do Recife como pesquisador *queer* disposto a escutar o que mapas e relatórios técnicos sobre o Centro Histórico do Recife silenciam. Já no artigo (no prelo) *Corpos Falantes no Plano Desejante* (Costa; Marques; Rocha, 2025), repeti o gesto de imersão corporal no campo de estudo (dessa vez no Plano Piloto de Brasília) percorrendo espaços públicos e semi-públicos (parques, matagais e banheiros públicos) onde a pegação homoerótica inscreve sobre o funcionalismo modernista sentidos múltiplos não imaginados pelo urbanismo moderno.

É importante destacar que, nestes dois estudos, o envolvimento do corpo-pesquisador foi parte fundamental e não um desvio metodológico: foi a condição de possibilidade para alcançar o que os protocolos técnicos do urbanismo não alcançam. Para tanto, recorri à deriva (Debord, 1958) e a um método em construção denominado de *caso-experiência* (Costa; Lima; Lima, 2025), onde a implicação política, o perigo e o risco de estar onde o pesquisador normalmente não está são também formas de produzir conhecimento situado. A união destes dois métodos me levou além de uma observação distante, precisei caminhar, permanecer, escutar, sentir e experimentar os territórios investigados. Em Recife, a observação permitiu, por exemplo, identificar uma extensa rede de espaços de sociabilidade, resistência e desobediência sexual que permanecia invisível aos registros institucionais. Em Brasília, a imersão direta nos percursos da pegação revelou a existência de uma dimensão urbana que denominei escala desejante, produzida por encontros, códigos e sociabilidades que subvertem os usos previstos pelo planejamento modernista.

Embora diferentes em seus recortes, ambas as pesquisas demonstram que a cidade não é um objeto acabado, mas um texto continuamente reescrito por seus usuários. Conforme argumenta Babo (1998), os deslocamentos cotidianos produzem formas de escrita urbana que desafiam narrativas únicas e estabilizadas da cidade. Nesse sentido, os espaços da pegação podem ser compreendidos como práticas de reinscrição territorial capazes de introduzir novos significados em lugares previamente definidos por lógicas patrimoniais, funcionais ou normativas.

Percebi, também, que a pegação reescreve a função dos espaços da cidade. Por exemplo, o banheiro de terminal rodoviário, o estacionamento

de parque tombado, a praça esvaziada de centro histórico colonial deixam de ser espaços de controle e passam a ser, mesmo que momentaneamente, territórios de intimidade, de novas socialidades e subversão. Essas práticas confirmam a percepção de Berlant e Warner (1998) de que o sexo em público produz formas alternativas de pertencimento e comunidade, questionando a centralidade da heteronormatividade na organização da vida urbana. Ao mesmo tempo, revelam aquilo que Foucault (2013) denominou heterotopias: espaços reais que suspendem, ainda que temporariamente, as regras dominantes e permitem outras formas de existência.

A aproximação entre os dois casos também evidencia que a pegação não produz apenas novas espacialidades; ela reescreve corpos, gêneros e sexualidades. Como argumenta Preciado (2014), o corpo é um texto permanentemente atravessado por tecnologias de poder e por possibilidades de reinvenção. Nos territórios investigados, homens negociam masculinidades, desejos e afetos para além dos roteiros prescritos pela matriz cisheterossexual. Trata-se de um processo que não apenas desafia normas de gênero, mas produz aquilo que Preciado (2011) identifica como micropolíticas dissidentes capazes de tensionar os dispositivos que regulam os corpos e os prazeres.

Ao analisar esses fenômenos, ambas as pesquisas também sugerem a necessidade de ampliar os horizontes metodológicos do urbanismo. As cidades contemporâneas são atravessadas por experiências que escapam às categorias herdadas da tradição moderna. Se o planejamento urbano foi historicamente estruturado para reconhecer funções, fluxos e formas, ele ainda encontra dificuldades para compreender desejos, afetos, sexualidades e experiências corporificadas que produzem o espaço de maneira igualmente concreta.

O campo me ensinou que a cidade só se deixa ler integralmente quando o pesquisador aceita habitar sua instabilidade. Os relatórios técnicos não mapeiam a *Teia Queer* no Centro Histórico de Recife; os planos de preservação de Brasília não reconhecem a escala desejante criada a partir da pegação homoerótica. Reduzir, assim, o urbano a funções e traçados é perder, como diria Barthes (2001), sua dimensão erótica, ou seja, sua capacidade de apreender sentidos através de encontros casuais e reais. Estas pesquisas propõem que o campo de investigação da arquitetura e urbanismo precise ser tensionado para identificar fenômenos que escapam à racionalidade: a cidade é também o que se faz nas matas dos parques públicos e nas praças esvaziadas dos centros históricos, sobretudo onde corpos dissidentes, ao (re)escreverem seus desejos sobre o traçado normativo, democratizam o espaço urbano com a única ferramenta que sempre tiveram: o próprio corpo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo foi, fundamentalmente, um exercício de assumir as fraturas e as potências que emergem quando o corpo-pesquisador *queer* aceita habitar a instabilidade do campo de pesquisa urbana. Ao lançar um olhar retrospectivo sobre achados de campo sobre o Centro Histórico do Recife, o Plano Piloto de Brasília e a experiência do *Habitar en Igualdad* de La Rioja, compreendo que essas investigações constituem uma recusa deliberada e metodológica de aceitar a cidade como um objeto técnico, estático e domesticado. O capítulo também acaba sendo um testemunho de como há caminhos possíveis para um pensamento mais sensível, politicamente implicado com os cenários urbanos complexos do Sul Global, especialmente em cidades da América Latina onde corpos sexo-gênero dissidentes são submetidos a condições precárias diferenciadas de vida.

Nesse sentido, concluo que as experiências de corpo-pesquisador da pegação homoerótica em Recife e Brasília ajudaram a demonstrar que o traçado normativo e os planos cartesianos do planejamento oficial são cotidianamente borrados por dimensões eróticas (Barthes, 2001) e lúdicas que (re)existem nas cidades. Onde os manuais de preservação e os relatórios técnicos enxergam apenas banheiros públicos, estacionamentos de parques tombados ou praças coloniais esvaziadas, a imersão corporal e a deriva revelaram heterotopias vibrantes (Debord, 1958; Foucault, 2013). Nesses espaços, o sexo em público e a negociação de novas masculinidades operam como micropolíticas dissidentes que suspendem as regras dominantes e (re)escrevem a função da própria infraestrutura urbana (Berlant; Warner, 1998).

De outro lado, o acompanhamento das vinte e cinco unidades habitacionais do programa *Habitar en Igualdad*, em La Rioja, expandiu essa reflexão do espaço público para a escala doméstica, evidenciando como as lentes do gênero e da sexualidade são capazes de tensionar o próprio desenho da política pública.

A aliança improvável entre as *Chicas Trans Autoconvocadas* e a deputada Hilda Aguirre materializou uma arquitetura que se recusou a reproduzir as hierarquias espaciais e a domesticação da família nuclear burguesa, convertendo o *habitat* em um mecanismo de enquadramento político para vidas historicamente lidas como não-choráveis (Butler, 2015). Todavia, a realidade física desse laboratório riojano também me serve como um alerta metodológico e político: as fissuras que abrimos no Estado são perenemente ameaçadas por recuos institucionais e descontinuidades orçamentárias, exigindo que a nossa inserção urbana seja defendida tanto na prancheta do arquiteto quanto na sustentação material do território consolidado.

Concluo, portanto, que propor uma investigação urbana dissidente exige deslocar o pesquisador do lugar confortável da neutralidade e do distanciamento geográfico. Significa assumir o risco, o perigo e a implicação política como condições de possibilidade para produzir um conhecimento situado (Costa; Lima; Lima, 2025). As *teias queer* e as redes de afeto e sobrevivência que mapeei nestes anos não constam nos cadastros municipais porque o urbanismo oficial ainda carece de ferramentas para decodificar o desejo e a dissidência. Que este trabalho funcione, então, como um convite e um manifesto para o campo da Arquitetura e do Urbanismo: para apreendermos a cidade em sua totalidade democrática, precisamos descer dos mirantes técnicos, habitar o rés do chão e reconhecer que os corpos sexo-gênero dissidentes estão, há muito tempo, reinventando o espaço público e privado com a única ferramenta que sempre tiveram: a insurgência de sua própria existência.

REFERÊNCIAS

ARGENTINA. Congreso de la Nación. Ley n. 26.618 (Ley de Matrimonio Igualitario), de 15 de julio de 2010. **Boletín Oficial de la República Argentina**, Buenos Aires, 22 jul. 2010.

ARGENTINA. Congreso de la Nación. Ley n. 26.743 (Ley de Identidad de Género), de 9 de mayo de 2012. **Boletín Oficial de la República Argentina**, Buenos Aires, 24 mayo 2012.

ARGENTINA. **Resolución nº 4 de 12 maio de 2021**. Cria o Programa Interministerial Habitar en Igualdad. Buenos Aires: Ministerio de Desarrollo Territorial y Hábitat e Ministerio de las Mujeres, Géneros y Diversidad, 2021.

BABO, Maria Augusta. Algumas considerações prévias sobre a cidade como espaço escritível. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa, n. 11, p. 287-298, 1998.

BARTHES, Roland. Semiologia e urbanismo. In: BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 114-128.

BERLANT, Lauren; WARNER, Michael. Sex in public. **Critical Inquiry**, Inverno, v. 24, 1998.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COLOMINA, Beatriz. **Privacy and Publicity: Modern Architecture as Mass Media**. Cambridge: MIT Press, 1994.

CORTÊS, José Miguel G. **Políticas do Espaço: Arquitetura, Gênero e Controle Social**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da. A Teia Queer: espaços de sociabilidade, subversividades e resistência no Centro Histórico do Recife. **arq.urb**, n. 39, abr.-dez. 2024.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da. **Políticas de habitação e a perspectiva do gênero: limites e possibilidades a partir da experiência do *Habitar en Igualdad***. 2025. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2025.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da; LIMA, Eduardo Rocha; LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. Caso-experiência: desafios metodológicos na metrópole contemporânea. **V!RUS Journal**, vol. 01, n. 30, 2025.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da; LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. Housing from diversity: the challenges and possibilities of *Habitar en Igualdad*. **EIAL – Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**, v. 36, n. 2, p. 31-62, 2025.

COSTA, Yuri Nascimento Paes da; LIMA, Eduardo Rocha; MARQUES, Silvia Badim. **Corpos Falantes no Plano Desejante: uma cartografia da pegação no Plano Piloto (Brasília)**. [No prelo], 2025.

DEBORD, Guy. **Teoria da deriva**. Internacional situacionista. v. 1. Paris: Manifesto da Internacional situacionista, 1958.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 Edições, 2014.

4

ENTRE PALCOS, SINAIS E BANDEIRAS

A TRAJETÓRIA EXTENSIONISTA DO GETTLIBRAS NA FORMAÇÃO DE TILS PARA CONTEXTOS LGBTQIAPN+

Vinicius Martins Flores

INTRODUÇÃO

Há perguntas que não cabem em um plano de aula. O GETTLibras, Grupo de Estudos de Tradução e Terminologia em Língua Brasileira de Sinais, nasceu de uma delas, formulada em um corredor do Instituto de Letras da UFRGS, entre uma aula e outra: por que nenhum dos nossos estudantes sabe o que fazer quando chega a uma Parada LGBTQIAPN+ e precisa interpretar? A resposta imediata era simples: o currículo não previa esse cenário. A resposta construída pelo grupo, ao longo de oito anos, foi mais ampla: a extensão universitária pode ser o espaço em que essa lacuna aparece, é enfrentada e se transforma em aprendizagem.

Este capítulo acompanha essa trajetória. O grupo começou, em outubro de 2017, com o mapeamento de sinais religiosos em um grupo de estudos e, sem planejamento prévio para esse desdobramento, passou a encontrar outras urgências: a ausência de TILS, Tradutores e Intérpretes de Libras, nas Paradas LGBTQIAPN+; a falta de sinais consolidados para termos ligados à identidade de gênero e à sexualidade; e a distância entre as demandas da comunidade surda LGBTQIAPN+ e aquilo que a formação universitária costuma oferecer. Cada urgência gerou uma ação. Cada ação produziu aprendizagem. Em muitos casos, essa aprendizagem também se converteu em pesquisa.

O capítulo não se limita a relatar eventos interpretados, seminários organizados ou sinais registrados. O interesse principal é compreender o que essa experiência ensina sobre a formação de TILS, sobre o papel da universidade em diálogo com as comunidades que a cercam e sobre a representatividade

de estudantes e sujeitos surdos LGBTQIAPN+. Também, interessa observar o que acontece quando estudantes que não pertencem a essa comunidade passam a atuar em contextos que antes lhes eram pouco visíveis.

A pergunta que atravessa o capítulo é a mesma que acompanha o grupo desde sua origem: como formar tradutores e intérpretes de Libras capazes de atuar com competência linguística, sensibilidade ética e responsabilidade política em contextos LGBTQIAPN+, se esses contextos permanecem pouco presentes nos currículos? O GETTLibras não oferece uma resposta definitiva. O que apresenta são oito anos de tentativas, erros, ajustes e aprendizados que apontam uma direção: a extensão universitária não é complemento periférico da formação. Ela participa da formação.

Essa trajetória só se compreende a partir da concepção de extensão que orienta o grupo. Não se trata da extensão entendida apenas como prestação de serviços à comunidade, modelo que Ribeiro (2011) identifica como limitado por um caráter assistencialista e domesticador. Trata-se da extensão como práxis emancipatória, isto é, como ação deliberada que se constitui na realidade concreta e transforma tanto a comunidade atendida quanto os sujeitos que atuam nela (Silva; Kochhann, 2018). Moraes, Martins e Lima (2025) aprofundam essa perspectiva ao conceber a extensão como processo dialógico e contra-hegemônico, de inspiração freireana, no qual o saber científico e o saber popular não se organizam em hierarquia rígida, mas entram em relação.

É nessa perspectiva que o GETTLibras se reconhece. O grupo não se entende como uma instância que simplesmente “ajuda” a comunidade surda LGBTQIAPN+. Sua atuação parte de outro princípio: a universidade aprende com essa comunidade ao mesmo tempo que responde a demandas de acessibilidade, formação e produção terminológica. Wahlbrinck (2016) nomeia essa postura como ética do cuidado, um ethos que desloca o descuido para o cuidado e constitui o estudante como agente humanizador em sua prática. Na formação de TILS, essa dimensão não funciona como adorno ético; ela interfere diretamente no modo como o futuro profissional compreende a língua, o outro e sua responsabilidade na mediação comunicacional.

A curricularização da extensão, tornada obrigatória pelo Plano Nacional de Educação ao reservar no mínimo 10% dos créditos da graduação para ações extensionistas (Silva; Kochhann, 2018), abriu uma possibilidade, mas também um risco. Como alerta Fávero, citado por Silva e Kochhann (2018), não basta normatizar a extensão nem cumprir percentuais: é preciso garantir dimensão acadêmica e impacto formativo. O GETTLibras não nasceu da curriculariza-

ção. Nasceu antes dela, a partir da percepção de uma lacuna que a sala de aula não conseguiria preencher sozinha. Essa origem permite compreender o grupo como uma experiência de extensão vinculada a uma demanda concreta, e não apenas como resposta administrativa a uma exigência curricular.

A FORMAÇÃO DE TILS NO BRASIL: DA COMUNIDADE À UNIVERSIDADE

Para entender o lugar ocupado pelo GETTLibras, convém situar o campo em que ele se insere. A formação de Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) no Brasil não começa na universidade. Ela se constitui, inicialmente, em igrejas, associações de surdos, espaços familiares e redes comunitárias nas quais alguém aprendia a sinalizar porque precisava se comunicar com uma pessoa surda (Santos, 2010). Martins e Nascimento (2015) descrevem esse percurso ao discutir a figura do intérprete comunitário, que atuava por afeto, necessidade e vínculo social, muitas vezes sem formação sistemática, remuneração regular ou estatuto profissional definido.

Esse quadro começa a mudar com o reconhecimento legal da Libras pela Lei nº 10.436/2002, que atribui à língua um estatuto linguístico oficial. O Decreto nº 5.626/2005 aprofunda esse processo ao regulamentar sua implementação nos sistemas educacional e de saúde e ao definir exigências relacionadas à formação de intérpretes. Em seguida, a Lei nº 12.319/2010 consolida, naquele momento, uma etapa importante da institucionalização da área ao regulamentar a profissão de TILS.

Essa institucionalização, no entanto, produz uma tensão que Martins e Nascimento (2015) identificam com clareza: ao se profissionalizar e se academicizar, a formação do TILS corre o risco de se afastar da comunidade surda, isto é, do sujeito com quem e para quem o intérprete trabalha. A entrada da formação na universidade representa avanço, mas também exige cuidado para que o percurso formativo não apague a origem comunitária da atuação interpretativa.

Essa tensão fica mais visível quando se observa o que esse arcabouço legal produziu. As três normas reconheceram a Libras como língua, definiram exigências de formação, impulsionaram a criação de cursos de graduação e regulamentaram a profissão de TILS, com suas atribuições e requisitos mínimos de atuação. Contudo, Lima Júnior *et al.* (2024), em pesquisa documental sobre a constituição social e filosófica da profissão, mostram que a regulamentação criou um estatuto profissional sem, necessariamente, garantir as condições formativas para sustentá-lo. Os currículos permaneceram generalistas, as demandas por especialização em áreas como saúde, direito e ciências

continuaram sem resposta suficiente, e a distância entre o que a lei exige e o que as instituições oferecem consolidou-se como problema estrutural.

Em 2023, a Lei nº 14.704 aprofundou as exigências ao estabelecer que o exercício da profissão passa a requerer diploma de bacharelado ou, na ausência dele, cursos de extensão ou especialização com carga horária mínima de 360 horas. Ferreira (2025) analisa esse novo marco e aponta uma contradição relevante para o debate sobre formação: a legislação exige maior qualificação formal, mas os cursos de graduação ainda carregam, segundo o autor, marcas de ouvintismo, entendido como uma orientação que privilegia o ponto de vista ouvinte e reduz o protagonismo surdo na formação de quem atuará com a comunidade surda. A lei define o requisito; a estrutura curricular, nem sempre, cria as condições para que a competência profissional se desenvolva.

Nessa distância entre a norma legal e a formação efetivamente oferecida, a extensão universitária encontra um de seus papéis mais concretos. Belém e Costa (2023) descrevem projetos extensionistas como espaços ágeis de formação prática, capazes de responder a demandas que a burocracia curricular da graduação nem sempre alcança em tempo hábil. A extensão não substitui o bacharelado, mas pode completá-lo onde ele se mostra insuficiente. No caso do GETTLibras, essa função não surgiu como escolha estratégica previamente desenhada. Ela apareceu como consequência de atuar em um campo no qual a legislação avançava mais rapidamente que os currículos.

A UFRGS inaugurou, em 2016, o Bacharelado em Letras com ênfase em Tradução e Interpretação de Libras-Português, sendo, até esta publicação, a única universidade federal gaúcha a oferecer essa formação em nível de graduação. Desde o início, o curso enfrentou um desafio próximo ao descrito por Martins e Nascimento (2015): formar estudantes com trajetórias muito diversas, desenvolvendo não apenas competência linguística, mas também sensibilidade cultural, ética e social para atuar com comunidades minoritárias.

Rodrigues (2018) oferece um enquadramento teórico para essa discussão ao propor o conceito de competência tradutória intermodal, específico para a tradução entre línguas de modalidades distintas, como o Português e a Libras. Diferentemente das competências tradutórias pensadas para pares de línguas orais, a tradução intermodal envolve processos cognitivos, linguísticos e corporais próprios. A proficiência nas duas línguas é necessária, mas não suficiente. Saber Libras e saber Português não faz, por si só, alguém intérprete. É preciso desenvolver a capacidade de transitar entre modos distintos de organizar o pensamento, o corpo, o espaço e o discurso. Como argumenta Rodrigues (2018), essa competência apresenta especificidades que a formação universitária ainda começa a compreender.

O problema é que os currículos dos cursos de graduação nem sempre refletem essa complexidade. Almeida (2024), ao analisar Projetos Político-Pedagógicos de cursos de formação em tradução e interpretação de Libras no Brasil, constata lacunas nas propostas didáticas: há pouco espaço para prática supervisionada em situações reais, contato com variações linguísticas da comunidade surda e formação ética e política do intérprete. Anater e Passos (2010), ao reconstruírem a história da formação de intérpretes de Libras no Brasil, já indicavam que o campo profissional se constituiu a partir da prática comunitária e que os cursos formais precisaram incorporar essa dimensão vivencial, embora nem sempre soubessem como fazê-lo. Pereira e Fronza (2010) acrescentam que os testes de proficiência utilizados para avaliar intérpretes frequentemente confundem fluência gramatical com competência comunicativa, deixando em segundo plano dimensões sociolinguísticas, discursivas e estratégicas exigidas em contextos reais de atuação.

É justamente nesse intervalo entre o que os currículos ensinam e o que a prática exige que a extensão universitária mais tem a contribuir. O GETTLibras nasce nesse ponto: como resposta formativa, extensionista e comunitária a demandas que a estrutura curricular regular ainda não conseguia contemplar plenamente.

A ORIGEM DO GETTLIBRAS: DE UMA PERGUNTA INCÔMODA A UM PROGRAMA DE EXTENSÃO

Em outubro de 2017, um grupo de estudantes e docentes do Instituto de Letras da UFRGS passou a se reunir, fora do horário de aula, para discutir uma questão pouco presente nos currículos de tradução: quando um TILS atua em um espaço religioso, como uma missa, um culto evangélico ou uma reunião espírita, e precisa interpretar termos como “graça”, “salvação” ou “batismo”, que sinal deve usar? Esse sinal carrega o mesmo conceito teológico do termo em Português?

A pergunta parecia técnica, mas logo mostrou uma dimensão mais ampla. A primeira ação de extensão registrada, sob o código 35301 no sistema da UFRGS, documentou 476 horas de trabalho ao longo de 2017 e 2018. Nesse período, foram realizadas visitas a dez espaços religiosos de cinco denominações diferentes e a um grupo ateu, além do levantamento de 86 termos/sinais e da organização do I Seminário Regional de Terminologia em Libras num Contexto Religioso, realizado em abril de 2018. O principal aprendizado desse período não se limitou aos dados registrados nos relatórios finais. O grupo passou a perceber que a pesquisa terminológica em Libras

envolve escolhas linguísticas, disputas de sentido, relações de poder e formas de representação.

Tuxi e Felten (2019) argumentam que a terminologia em línguas de sinais não pode ser tratada como simples tradução de termos do Português para a Libras. Essa perspectiva apagaria o fato de que a comunidade surda possui processos próprios de criação e negociação lexical, ancorados em sua experiência visual e em sua história cultural. A terminografia em Libras exige, portanto, escuta da comunidade antes de qualquer tentativa de registro. Na mesma linha, Batista *et al.* (2026) defendem que a produção de materiais bilíngues e léxicos especializados deve ser compreendida como política linguística, e não apenas como tarefa técnica. Trata-se de decidir quem pode nomear, validar e difundir os termos que descrevem determinados mundos sociais.

Schmitt *et al.* (2026) aprofundam essa questão ao mostrar que, mesmo dentro da Libras, há variação lexical significativa nos registros acadêmicos e técnico-científicos. Termos usados em Porto Alegre podem diferir daqueles usados em São Paulo ou Brasília. Essa variação não é um erro a ser corrigido, mas uma propriedade natural da língua, que o TILS precisa reconhecer e manejar. Lima *et al.* (2024), por sua vez, investigam estratégias adotadas por tradutores e intérpretes de Libras diante de termos técnicos sem equivalente consolidado e mostram que, na ausência de glossários sistematizados, o imprevisto e a insegurança aparecem com frequência na atuação profissional.

Esse aprendizado foi decisivo para os rumos posteriores do GETTLibras. O grupo não estava apenas pesquisando palavras. Estava aprendendo que cada sinal carrega uma história, circula em uma comunidade e participa de disputas de sentido que o TILS precisa conhecer antes de atuar.

Em 2018, enquanto os estudos sobre terminologia religiosa continuavam, outra ausência começou a aparecer nas reuniões. Alguns participantes do grupo, muitos deles LGBTQIAPN+, passaram a relatar que as Paradas LGBTQIAPN+ de Porto Alegre não contavam com equipes de TILS. Quando havia interpretação, muitas vezes ela recaía sobre uma única pessoa, responsável por atuar durante horas. Os discursos políticos permaneciam inacessíveis para quem não ouvia. A música não chegava a quem não escutava. A pessoa surda LGBTQIAPN+ ficava, nesses espaços, submetida a uma dupla exclusão: pela surdez e pela identidade dissidente.

A resposta do grupo não foi esperar que essa demanda aparecesse formalmente em um edital ou em uma solicitação institucional. Em novembro de 2018, estudantes do GETTLibras atuaram na Parada Livre de Porto Alegre,

interpretando para a comunidade surda LGBTQIAPN+ presente. Em paralelo ao grupo de estudos, nasceu o programa de extensão Assessoria Linguística e Tradução, Novas Experiências em Acessibilidade Comunicacional/UFRGS, registrado sob o código 36829. A partir dele, o conhecimento acumulado pelo grupo passou a se transformar em serviço de acessibilidade comunicacional para a comunidade.

LINHA DO TEMPO: OITO ANOS DE PRESENÇA

A história do GETTLibras não segue uma linha reta. Ela se organiza por sobreposições: ações que se ramificam enquanto outras ainda estão em andamento, pessoas que entram e saem, contextos que se transformam, como a pandemia, as plataformas digitais e as novas demandas dos movimentos sociais. Mais do que uma cronologia exaustiva, apresenta-se aqui uma leitura por fases. Cada uma delas teve um desafio central e deixou aprendizados que foram retomados, ajustados e ampliados nas etapas seguintes.

2017-2018: O COMEÇO RELIGIOSO E A PRIMEIRA VIRADA

O grupo nasce com um perfil acadêmico e modesto. O foco inicial, a terminologia religiosa, parecia distante das questões LGBTQIAPN+ que marcariam os anos posteriores. No entanto, esse período deixou uma base: o hábito da pesquisa coletiva, a metodologia de coleta de sinais com consultores surdos e a prática de registrar e sistematizar experiências. O I Seminário Regional de Terminologia em Libras num Contexto Religioso, realizado em abril de 2018, foi a primeira ocasião em que estudantes assumiram coletivamente a organização de um evento, envolvendo comissão organizadora, interpretação, curadoria de palestrantes e condução das plenárias. A extensão, nesse momento, deixou de ser apenas etapa posterior à pesquisa. Ela passou a constituir o próprio espaço de produção do conhecimento.

2018-2019: A PARADA, O FUNK E A FORMAÇÃO QUE NÃO ESTAVA NO MANUAL

A primeira interpretação simultânea da Parada Livre de Porto Alegre, em novembro de 2018, foi um marco. No entanto, o aprendizado mais intenso veio em julho de 2019, com a Parada de Luta LGBTI. O evento incluiu o show de Valesca Popozuda. O palco era um trio elétrico. O som estava direcionado ao público, não aos intérpretes. O repertório mudava conforme os pedidos da plateia. Uma das músicas foi cantada em espanhol, sem aviso prévio. Não havia roteiro.

Como descrevem Flores *et al.* (2020):

A experiência de interpretar de forma simultânea para Libras o Show de funk e a Parada de Luta LGBTI de Porto Alegre 2019 proporcionaram um momento extremo de ligações entre teoria e prática, pois a vivência de preparação, atuação, problemas tradutórios, organização de glossário terminológicos só reforçam a necessidade de formação para poder atuar como TILS (Flores *et al.*, 2020, p. 04).

A palavra “extremo”, nesse caso, descreve bem a situação. Silva e Barbosa (2024), ao analisarem a interpretação simultânea no programa televisivo Mundo UFG, da Universidade Federal de Goiás, identificam demandas extra-linguísticas presentes em contextos reais de atuação: pressões ambientais, como acústica inadequada, falhas técnicas e iluminação; pressões interpessoais, ligadas à relação com apresentadores, público e equipe de produção; e pressões intrapessoais, como nervosismo, autocrítica e medo de errar ao vivo. Essas demandas dificilmente aparecem em simulações controladas. A formação em sala de aula pode preparar o estudante para muitos aspectos da interpretação, mas há aprendizagens que só emergem quando o corpo entra em cena e precisa responder ao imprevisto.

Monteiro (2024), por sua vez, investiga estratégias de gerenciamento de incertezas desenvolvidas por TILS em aulas de inglês em escolas públicas, outro contexto marcado pelo imprevisível. Nesses espaços, o intérprete lida com vocabulário técnico em língua estrangeira, ritmo imposto pelo professor, variações de registro e necessidade de tomar decisões tradutórias em poucos segundos. O estudo mostra que intérpretes experientes desenvolvem metacognição sobre seus próprios processos de decisão, avaliando retrospectivamente o que funcionou e o que poderia ter sido feito de outro modo. Essa capacidade não nasce apenas da teoria. Ela se desenvolve na repetição de experiências reais, acompanhadas de reflexão estruturada.

Parente Júnior e Rodrigues (2024) estendem essa reflexão à atuação dos TILS durante a pandemia de COVID-19, período em que as demandas se multiplicaram e os contextos de atuação se tornaram ainda mais imprevisíveis. Os autores aproximam essa experiência dos Estudos da Tradução e dos Estudos do Desastre, mostrando que situações de crise revelam competências pouco previstas pela formação regular. Nesse sentido, interpretar funk sobre um trio elétrico, diante de ruído, imprevisto e ausência de roteiro, funcionou como uma espécie de laboratório de crise em escala menor. O GETTLibras criou condições para que os estudantes enfrentassem esse tipo de situação com acompanhamento, preparação e posterior reflexão coletiva.

2020-2021: A PANDEMIA COMO REINVENÇÃO INVOLUNTÁRIA

Quando as atividades presenciais foram suspensas em 2020, o GETTLibras poderia ter interrompido suas ações. Em vez disso, precisou reorganizar sua forma de atuação. Plataformas de streaming, YouTube, MConf e Streamyard abriram possibilidades que o grupo ainda não havia explorado plenamente: alcançar públicos geograficamente dispersos, incluir palestrantes surdos de outras cidades, registrar conteúdos e disponibilizá-los posteriormente. Em junho de 2020, o grupo interpretou o Festival Parada Livre em Casa, transmitido ao vivo, alcançando espectadores que dificilmente participariam de um evento presencial em Porto Alegre.

O campo da tradução e interpretação de Libras também precisou responder a esse cenário. Jesus e Ramos (2024), ao relatarem o projeto UFSCAcessível, da Universidade Federal de Santa Catarina, descrevem como equipes de tradução e interpretação de Libras reorganizaram seus processos para atuar remotamente. O trabalho passou a envolver metodologias colaborativas à distância, divisão de tarefas, revisão em dupla e uso de plataformas digitais para garantir qualidade sem presença física. A experiência mostrou que o trabalho remoto em equipe exige competências específicas: comunicação assíncrona, gestão de arquivos, coordenação de versões e confiança nos pares.

De Oliveira *et al.* (2022) relatam trajetória semelhante na UNIOESTE, onde a Central de TILS, criada antes da pandemia, precisou reinventar sua atuação durante a crise sanitária, migrando para plataformas de videoconferência e ampliando o atendimento remoto. Os autores indicam que a pandemia acelerou a profissionalização de práticas que o campo já precisava desenvolver. Em muitos casos, a extensão universitária ofereceu espaço para essa experimentação, com acompanhamento formativo e menor exposição aos riscos de um mercado que costuma exigir desempenho imediato.

Farias *et al.* (2022) e Araújo *et al.* (2021) mostram, cada um a seu modo, como projetos de extensão migraram para redes sociais e ambientes digitais nesse período. Essa mudança permitiu alcançar públicos que talvez não chegassem aos eventos presenciais, mas também evidenciou limites da comunicação em língua de sinais mediada por telas: redução do campo visual, atraso de sinal e dificuldade de manter contato visual com o público. Esses limites não são apenas técnicos. Eles também são linguísticos, porque a Libras se organiza no corpo e no espaço, e a tela reduz esse espaço de enunciação.

A pandemia também tornou mais visível uma questão que o grupo já percebia: para a comunidade surda LGBTQIAPN+, o acesso à informação não depende apenas da presença física em eventos. Depende da existência desses conteúdos em Libras. Durante o isolamento, informações sobre saúde, direitos e cuidado circularam predominantemente em língua oral e escrita, muitas vezes sem interpretação para Libras ou tradução visual. Ao manter suas ações, o GETTLibras respondeu a essa ausência e aprendeu que a extensão universitária precisa ser capaz de se adaptar quando as formas de encontro, circulação e participação social se modificam.

2022-2024: O BANCO TERMINOLÓGICO E AS PUBLICAÇÕES

A partir de 2022, o grupo formaliza uma prática que vinha sendo construída desde 2018: o Banco Terminológico de Sinais em Libras para a Comunidade Surda LGBTQIA+. O projeto, registrado sob o código 50524 no sistema da UFRGS, organiza em quatro etapas aquilo que antes ocorria de modo mais intuitivo: levantamento de sinais existentes em redes sociais e comunidades; análise e seleção com consultores surdos LGBTQIAPN+; criação de plataforma digital de acesso livre; e ações de divulgação. A metodologia deixa de depender apenas da experiência acumulada e passa a ser documentada de forma sistemática.

Em 2024, a trajetória do grupo recebeu reconhecimento acadêmico para além dos relatórios de extensão. Dois capítulos de autoria de Flores passaram a integrar a obra Estudos da Tradução e Comunidade LGBT, publicada pela Editora Devires e organizada por Silva-Reis e Flores. No mesmo ano, o projeto foi apresentado no 25º Salão de Extensão da UFRGS. Esses desdobramentos indicam o movimento central produzido pelo GETTLibras: a extensão gerou pesquisa, e a pesquisa retornou à extensão como reflexão, registro e qualificação das práticas.

A EXTENSÃO COMO ESPAÇO DE APRENDIZADO: O QUE A SALA DE AULA NÃO CONSEGUE ENSINAR

Existe um paradoxo no centro da formação de TILS: a competência que mais se exige no mercado, atuar de forma fluente em situações imprevisíveis, com alta pressão, diante de públicos reais, é exatamente aquela que a universidade tem mais dificuldade de proporcionar. A sala de aula pode oferecer teoria sobre estratégias interpretativas, pode simular situações controladas, pode discutir casos. Mas não pode replicar o que acontece quando um TILS está sobre um trio elétrico às três da tarde, interpretando funk, com 50 mil pessoas ao redor.

O GETTLibras segue, na prática, um princípio que a literatura sobre formação profissional já estabeleceu: o conhecimento se consolida na ação reflexiva, não apenas na instrução. Cada ação interpretativa do grupo é seguida de uma rodada de reflexão coletiva, o que funcionou, o que não funcionou, o que teria feito de diferente, o que descobrimos sobre a língua naquele momento. Esse ciclo de agir, observar, refletir e planejar é estruturante para o grupo, mesmo que seus participantes nem sempre o nomeiem com esse vocabulário.

Há também uma dimensão do aprendizado que raramente aparece nos relatórios de extensão: o aprendizado sobre si mesmo. Para um estudante que é LGBTQIAPN+, interpretar uma Parada é uma experiência que mobiliza não apenas competências profissionais, mas também afetos, memórias, pertencimentos. Estar sobre um palco como intérprete num evento que é, também, de sua comunidade, cria uma relação com o trabalho que a formação regular dificilmente proporciona. A motivação não é externa: é constitutiva. E isso faz diferença na qualidade do que se produz.

O aprendizado metodológico também merece registro. Diego Rafael Machado da Silva, estudante que participou do GETTLibras desde as primeiras edições da Parada, usou a experiência do grupo como base para seu Trabalho de Conclusão de Curso (2020): analisou os sinais-termos LGBTQIAPN+ produzidos por YouTubers surdos (Léo Viturino e Kitana Dreams) e os cruzou com os registros do GETTLibras na região metropolitana de Porto Alegre. A conclusão foi reveladora: de 13 termos comuns entre as três fontes, apenas 5 apresentavam sinais idênticos. A variação linguística regional era muito maior do que os materiais disponíveis on-line sugeriam, o que tem implicações diretas para qualquer intérprete que se prepare com base apenas em fontes digitais.

A extensão se revelou, assim, não apenas como espaço de aplicação de conhecimento, mas como espaço de geração de conhecimento. O TCC de Silva (2020) não teria sido possível sem os anos de coleta colaborativa do GETTLibras. A pesquisa acadêmica alimentou a extensão; a extensão alimentou a pesquisa. Essa circularidade é, em si mesma, um modelo.

A EXTENSÃO COMO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: ACESSIBILIDADE COMO POSIÇÃO

O GETTLibras não nasceu para prestar serviços. Mas rapidamente percebeu que tinha condições de fazê-lo, e que havia uma demanda que ninguém mais estava atendendo. A pergunta prática era simples: os movimentos sociais LGBTQIAPN+ de Porto Alegre têm interpretação simultânea para

Libras? A resposta era não. E diante dessa ausência, o grupo fez o que grupos de extensão com boa formação e disposição para o risco costumam fazer: ocupou o espaço.

Entre 2018 e 2024, o GETTLibras ofereceu interpretação simultânea voluntária em Paradas Livres (2018, 2019, 2022, 2023 e 2024), na Parada de Luta LGBTI (2019), no Festival Parada Livre em Casa (2020), em espetáculos teatrais, bancas acadêmicas, eventos universitários e manifestações políticas. Esse histórico representa algo mais do que um portfólio de atividades extensionistas. Representa a ocupação de um vão, o vão entre a lei que garante acessibilidade e a prática que a efetiva.

O arcabouço legal existe: a Lei nº 10.098/2000 estabelece normas gerais de acessibilidade; a Lei nº 10.436/2002 reconhece a Libras como língua; o Decreto nº 5.626/2005 regulamenta sua implementação; a Lei nº 12.319/2010 regulamenta a profissão de TILS. Mas regulamentar não é o mesmo que garantir. E garantir no papel não é o mesmo que garantir na prática. Os organizadores de eventos LGBTQIAPN+ em Porto Alegre não contratavam TILS, seja por desconhecimento da legislação, seja por ausência de recursos, seja por simplesmente não ter pensado nisso.

O serviço prestado pelo GETTLibras é, portanto, também uma denúncia. Cada vez que um grupo de estudantes aparece voluntariamente para interpretar um evento que deveria, por lei, ter acessibilidade garantida pela organização, está dizendo: isso não deveria depender da nossa boa vontade. Está dizendo que há um direito não efetivado. Está produzindo visibilidade sobre uma ausência que, de tão naturalizada, havia deixado de ser percebida como falta.

Há, por fim, uma dimensão pedagógica desse serviço: a da responsabilidade real. Em sala de aula, o erro é parte do processo e tem consequências limitadas. Num palco, diante de uma pessoa surda que depende da sua interpretação para participar de um evento político ou cultural de sua comunidade, o erro tem peso diferente. Aprender a carregar esse peso, e a transformá-lo em cuidado e não em paralisação, é algo que só se aprende fazendo. O GETTLibras criou as condições para que os estudantes fizessem.

REPRESENTATIVIDADE E PERTENCIMENTO: SOBRE QUEM FORMA E QUEM É FORMADO

Uma dimensão do GETTLibras escapa quase sempre aos relatórios de extensão. Não porque ela seja secundária, mas porque os formulários costumam privilegiar números, produtos e atividades realizadas. Trata-se da dimensão do reconhecimento: o que acontece quando um estudante LGBTQIAPN+ encontra, dentro de uma universidade federal, um espaço em que sua identidade não precisa ser apenas tolerada, mas pode orientar perguntas, práticas e formas de produção de conhecimento?

O GETTLibras nunca foi um grupo homogêneo. Desde o início, reuniu estudantes com diferentes identidades de gênero e orientações sexuais, surdos e ouvintes, vinculados a diferentes cursos e instituições, como UFRGS, UFCSPA, IFRS e ULBRA. Essa pluralidade não resultou de uma política formal de diversidade. Ela emergiu do encontro entre a temática investigada e as pessoas que se reconheceram nela. Em muitos casos, quem se interessava por pesquisar sinais-termos LGBTQIAPN+ também tinha razões pessoais, acadêmicas e políticas para esse interesse.

Para esses estudantes, o GETTLibras representou algo que poucos espaços universitários oferecem: a possibilidade de estudar questões relacionadas à própria vida. Pesquisar termos que descrevem sua identidade, interpretar eventos de sua comunidade e participar da produção de registros linguísticos sobre experiências que lhes dizem respeito colocou esses sujeitos em uma posição particular. Eles eram, ao mesmo tempo, participantes de uma comunidade e pesquisadores dessa comunidade. Essa sobreposição não precisa ser lida como conflito de interesses. Pode ser compreendida como produção de conhecimento situado, sustentada por uma autoridade epistêmica que nasce da experiência vivida e da reflexão crítica sobre ela.

Para estudantes que não são LGBTQIAPN+, o aprendizado ocorre de outro modo, mas também é significativo. Trabalhar ao lado de colegas LGBTQIAPN+, interpretar eventos dessa comunidade e aprender que existem sinais específicos para “travesti”, “homossexual” ou “identidade de gênero” amplia a compreensão sobre a dimensão social da escolha terminológica. Esses sinais variam, e essa variação importa. A escolha de um sinal não é neutra: ela pode reconhecer, deslocar ou apagar sentidos. Esse tipo de formação dificilmente se produz apenas em uma disciplina isolada. O contato com a diferença, mediado pelo trabalho concreto e pela reflexão coletiva, ajuda o futuro TILS a perceber dimensões da atuação profissional que antes poderiam passar despercebidas.

Resta ainda a perspectiva da comunidade surda LGBTQIAPN+ que recebe o serviço de interpretação. Ver um TILS em uma Parada LGBTQIAPN+ não significa apenas acessar um recurso de acessibilidade. Significa perceber que sua presença foi considerada antes do evento começar. A pessoa surda deixa de ocupar o lugar de participante imprevisto e passa a ser reconhecida como parte do próprio movimento. Quando o intérprete também é uma pessoa LGBTQIAPN+, essa identificação pode ganhar outra camada, pois indica que surdez e identidade de gênero ou orientação sexual não precisam ser vividas como pertencimentos separados. Elas podem coexistir no mesmo corpo, na mesma língua e no mesmo espaço político.

Flores (2024), ao refletir sobre o percurso do GETTLibras, coloca essa questão no centro: “como discutir questões LGBTQIAP+ na tradução e interpretação de Libras na formação de TILS, se esses contextos são invisíveis na formação regular?” A resposta construída pelo grupo é que essa invisibilidade não é natural. Ela resulta de escolhas curriculares, institucionais e políticas. Por isso, também pode ser enfrentada por outras escolhas, especialmente quando a extensão universitária cria espaços para que temas excluídos do currículo encontrem lugar na formação, na pesquisa e na prática profissional.

O BANCO TERMINOLÓGICO: QUANDO A LINGUAGEM RECONHECE QUEM EXISTE

Não ter uma palavra ou um sinal estabilizado para nomear algo não significa que esse algo não exista. Significa, porém, que ainda faltam formas socialmente reconhecidas para falar sobre ele. Quando isso acontece, quem precisa nomear determinada experiência recorre a soluções provisórias: soletrações, empréstimos, adaptações, explicações ou sinais usados apenas em grupos específicos. Para a comunidade surda LGBTQIAPN+, essa situação foi recorrente. Termos como “travesti”, “identidade de gênero”, “orientação sexual” e “homofobia” nem sempre contavam com sinais amplamente consolidados. Havia usos locais, variações regionais, empréstimos do alfabeto manual e sinais criados sem consulta direta à comunidade, o que dificultava o reconhecimento e a circulação desses termos entre surdos de diferentes cidades.

O Banco Terminológico de Sinais em Libras para a Comunidade Surda LGBTQIA+ surge como resposta a essa lacuna. Formalizado como projeto de extensão a partir de 2023, sob o código 50524 no sistema da UFRGS, o banco parte de uma metodologia centrada na participação da comunidade surda. Os sinais não são definidos de fora para dentro. Eles são levantados, discutidos, validados e, quando necessário, propostos em colaboração com pessoas surdas que se autoidentificam como LGBTQIAPN+.

Esse processo exige tempo, escuta e registro sistemático. Envolve pesquisa em redes sociais e vídeos de YouTubers surdos, como Léo Viturinno e Kitana Dreams, entrevistas com membros da comunidade, reuniões de validação com consultores surdos, registro em SignWriting, sistema de escrita de sinais estudado por Stumpf (2005), e produção de vídeos. Cada sinal registrado carrega informações sobre quem o usa, em que contexto circula, quais variações apresenta e que sentidos mobiliza.

Os dados do TCC de Silva (2020), já citados, mostraram por que esse trabalho é necessário. Entre os sinais mapeados nos conteúdos produzidos por Léo Viturinno e Kitana Dreams, referências nacionais na produção de conteúdo em Libras sobre identidade LGBTQIAPN+, e aqueles registrados pelo GETTLibras em Porto Alegre, apenas 5 dos 13 termos comuns apresentavam sinais idênticos. A variação regional era expressiva. Isso significa que um intérprete preparado exclusivamente com materiais digitais disponíveis on-line poderia usar sinais pouco reconhecidos pela comunidade surda de Porto Alegre ou, em alguns casos, sinais associados a sentidos diferentes.

Como argumenta Cavallo (2017), a interpretação simultânea oferece pouca margem para consulta durante a atuação. O intérprete precisa escolher, em poucos segundos, o sinal que considera mais adequado, e essa escolha tem efeitos sobre a compreensão do público. Quando o sinal utilizado é desconhecido ou inadequado para aquela comunidade, o problema não se reduz a um ruído comunicativo. A pessoa surda pode ser afastada da discussão justamente em um evento que deveria garantir sua participação.

O banco terminológico é, portanto, uma ferramenta de qualificação profissional e, ao mesmo tempo, uma ação político-linguística. Ele registra, organiza e difunde sinais relacionados à experiência da comunidade surda LGBTQIAPN+, reconhecendo que essa comunidade existe, produz vocabulário, negocia sentidos e merece ter sua língua estudada, registrada e respeitada.

O QUE O GETTLIBRAS ENSINA À UNIVERSIDADE E AO CAMPO

Oito anos depois do primeiro encontro, o GETTLibras não pode ser compreendido apenas como um grupo de extensão. Sua trajetória permite pensar modos de funcionamento da universidade quando ensino, pesquisa e extensão se articulam em torno de demandas sociais concretas. Essa articulação aparece em ações distintas: shows interpretados, sinais registrados, trabalhos de conclusão de curso orientados, capítulos publicados e estudantes que passaram pelo grupo com uma formação que não estava prevista integralmente nos planos curriculares.

O primeiro ensinamento diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio previsto na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art. 207), mas nem sempre efetivado na prática universitária. Ribeiro, Pontes e Silva (2017) alertam que a extensão é frequentemente compreendida, de modo limitado, como espaço de aplicação da teoria produzida na universidade. O desafio, segundo os autores, está em deslocar essa visão pragmatista para uma concepção de extensão capaz de produzir mudança, diálogo e formação. A experiência do GETTLibras mostra que essa indissociabilidade não é apenas um princípio abstrato. A pesquisa terminológica de Silva (2020) nasceu das ações extensionistas. Os capítulos publicados em 2024 foram escritos a partir da experiência acumulada pelo grupo. Da extensão, nasceu a pesquisa; a pesquisa voltou ao ensino; e o ensino passou a alimentar novas práticas extensionistas.

O segundo ensinamento se refere à diversidade na formação. Não se trata de compreender a diversidade apenas como pauta identitária, mas como dimensão constitutiva do trabalho interpretativo. Um TILS atua com comunidades surdas atravessadas por diferenças de geração, território, raça, classe, gênero, sexualidade, religião e trajetória linguística. Quando a formação não oferece contato real com essa diversidade, o futuro profissional chega ao campo de trabalho com repertório limitado para lidar com a alteridade. Ferreira (2025) nomeia parte desse problema ao identificar o ouvintismo nos currículos de graduação, entendido como uma orientação que privilegia o ponto de vista ouvinte e reduz o protagonismo surdo na formação de quem atuará com comunidades surdas.

O terceiro ensinamento envolve a representatividade como forma de produção de conhecimento. Pessoas que vivem determinada experiência social produzem perguntas, percebem problemas e reconhecem nuances que nem sempre aparecem para quem observa essa experiência de fora. Isso não torna esse conhecimento automaticamente superior, mas lhe confere uma qualidade própria. Quando o GETTLibras coloca estudantes LGBTQIAPN+ na posição de pesquisadores de temas que atravessam sua própria comunidade, reconhece o valor desse conhecimento situado. Quando forma estudantes não LGBTQIAPN+ para atuar com essa comunidade, contribui para que esse repertório circule e transforme práticas profissionais.

O último ensinamento dirige-se ao campo da tradução e da interpretação de Libras. Flores (2024) pergunta se a tradução LGBTQIAPN+ pode ser considerada uma linha de estudos. A experiência do GETTLibras indica que há demanda social, prática profissional, produção acadêmica e comunidade interessada. Nesse sentido, o campo já apresenta elementos suficientes

para ser reconhecido como espaço legítimo de investigação. O desafio é que esse reconhecimento não dependa apenas de iniciativas individuais, mas se traduza em grupos de pesquisa, linhas de pós-graduação, disciplinas optativas, projetos de extensão e publicações especializadas. A obra organizada por Silva-Reis e Flores (2024) representa um passo importante nessa direção, ao registrar que esse campo existe, produz conhecimento e demanda continuidade.

CONSIDERAÇÕES: POR UMA EXTENSÃO QUE INCOMODA

O GETTLibras nasceu de uma pergunta incômoda e, ao longo de oito anos, continuou produzindo outras. À medida que a comunidade cresceu, os contextos se transformaram e as demandas se multiplicaram, o grupo precisou rever suas práticas, ampliar seus campos de atuação e enfrentar lacunas que a formação regular ainda não contemplava. Essa capacidade de tensionar o currículo, os eventos e o próprio campo da tradução e interpretação de Libras constitui uma das contribuições mais marcantes de sua trajetória.

Nesse percurso, o grupo construiu mais do que um banco terminológico ou um histórico de eventos interpretados. Construiu uma forma de trabalho baseada em pesquisa coletiva, reflexão após a ação, sistematização da experiência e publicação do conhecimento produzido. Esse modo de atuação pode inspirar outras experiências extensionistas, não como modelo a ser copiado integralmente, mas como referência para articular ensino, pesquisa e extensão em torno de demandas comunitárias.

A extensão praticada pelo GETTLibras incomoda porque torna visível aquilo que muitos currículos deixam de fora. Incomoda eventos ao evidenciar a ausência de intérpretes onde deveria haver acessibilidade. Incomoda o campo acadêmico ao perguntar se a tradução LGBTQIAPN+ pode ser reconhecida como objeto legítimo de estudo. E incomoda a universidade ao lembrar que representatividade não diz respeito apenas a quem ocupa os espaços institucionais, mas também a quem produz conhecimento, a partir de quais experiências e para quais comunidades.

Formar tradutores e intérpretes de Libras comprometidos com a acessibilidade, com a diversidade e com a justiça exige mais do que disciplinas, ementas e simulações controladas. Exige espaços em que a teoria encontre a vida social, com seus conflitos, urgências e sujeitos concretos. A experiência do GETTLibras mostra que a formação também acontece quando estudantes saem da sala de aula não para abandonar a teoria, mas para testá-la, tensio-

ná-la e ampliá-la nos palcos, nas ruas, nos movimentos e nas comunidades em que a interpretação se torna necessária.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Durante a elaboração deste trabalho, o autor utilizou a ferramenta de Inteligência Artificial Generativa ChatGPT, da empresa OpenAI, com o objetivo de auxiliar na revisão textual, na adequação do estilo acadêmico, na melhoria da coesão, da fluidez e da clareza argumentativa do texto. A IA não foi utilizada para a geração ou análise de dados originais, nem para a elaboração autônoma das interpretações apresentadas. O autor assume total responsabilidade pelo conteúdo final, pela veracidade das informações, pelas análises desenvolvidas, pelas referências utilizadas e pela versão final deste documento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Taynara Costa de. Formação superior em tradução e interpretação de língua de sinais no Brasil: análise da proposta didática dos projetos políticos pedagógicos.

Cadernos de Tradução, v. 1, n. 51, 2024.

ANATER, Gisele Iandra Pessini; DOS PASSOS, Gabriele C. R. Tradutor e intérprete de língua de sinais: história, experiências e caminhos de formação. **Cadernos de Tradução**, v. 2, n. 26, p. 207-236, 2010.

ARAÚJO, Ana Beatriz Pereira *et al.* Do ensino presencial ao remoto: relato de experiência do Projeto Libras-ampliando o convívio social. *In*: SEMINÁRIO REGIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO CENTRO-OESTE, 5., 2021, Goiás. **Anais [...]**. Goiás: UFG, 2021. p. 87-88.

BATISTA, Jerlan Pereira et al. Linguística da Libras, educação bilíngue, cultura surda, lexicografia, políticas linguísticas, inclusão no ensino superior. **Revista Ilustração**, v. 7, n. 6, p. 1-18, 2026.

BELÉM, Laura Jane Messias; DOS SANTOS COSTA, Renata. Sobre atuação e formação de tradutores intérpretes de Libras-língua portuguesa educacional na atualidade: reflexões e atualização. **ReVEL**, v. 21, n. 20, edição especial, 2023. Disponível em: www.revel.inf.br.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436/2002. Brasília: Presidência da República, 2005.

BRASIL. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais — LIBRAS. Brasília: Presidência da República, 2010.

BRASIL. **Lei nº 14.704, de 25 de outubro de 2023.** Altera a Lei nº 12.319/2010. Brasília: Presidência da República, 2023.

CAVALLO, P. Necessidades terminológicas dos intérpretes vs. as dos tradutores. Cadernos do IL, Porto Alegre, n. 54, p. 47-65, out. 2017.

DA SILVA, Rute Santana Rams; BARBOSA, Diego Mauricio. Indícios das demandas na interpretação para Libras no programa televisivo Mundo UFG. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS, 8., 2024, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2024. p. 14.

DE LIMA JÚNIOR, José Arnor *et al.* **Pesquisa documental acerca da profissão de tradutor e intérprete de língua de sinais:** uma análise social e filosófica. [S.l.: s.n.], 2024.

DE OLIVEIRA, Verônica Rosemary *et al.* O tradutor e intérprete de Libras na UNIOESTE: Da criação da central de TILS à atuação na pandemia Covid-19. **Educere et Educare**, v. 17, n. 43, p. 444-464, 2022.

FARIAS, Cecir Barbosa de Almeida *et al.* **Utilização do instagram como meio de divulgação de um projeto de extensão para apoiar a sociedade no tratamento de COVID-19.** 2022.

FERREIRA, João Gabriel Duarte *et al.* **Tradutores, intérpretes e guia-intérpretes surdos de línguas de sinais:** a constituição de uma profissão. 2025.

FLORES, Vinicius Martins. Extensão universitária: considerando as lacunas sociais para o ensino de tradução e interpretação de Libras — LGBTQIAP+. In: SILVA-REIS, D.; FLORES, V. M. (org.). **Estudos da tradução e comunidade LGBT.** Salvador: Editora Devires, 2024. p. 357-373.

FLORES, Vinicius Martins; SILVA, Diego Rafael Machado da; COLLIONI, Angelo Rosa; ZARDO, Kemi Oshiro. Projeto GETLibras: Experiência de interpretação Português-Libras na Parada de Luta LGBTI de Porto Alegre de 2019. *In: ENAC*, 7., 2020. **Anais [...]**. [S.l.: s.n.], 2020.

JESUS, Samuel dos Santos Silva; RAMOS, Alice Stephanie Muniz Augusto. Projeto UFSCAcessível: O processo tradutório e o trabalho em equipe remota. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS*, 8., 2024, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2024. p. 13.

LIMA, Luma Carla Moraes de et al. **Estratégias para adoção de termos técnicos por tradutores e intérpretes de Libras-português**. 2024.

MARTINS, V. R. de O.; NASCIMENTO, V. Da formação comunitária à formação universitária (e vice-versa). **Cadernos de Tradução**, v. 35, n. 2, p. 78-112, 2015.

MONTEIRO, Yuri Santos *et al.* **Estratégias de interpretação e gerenciamento de incertezas de intérpretes de Libras na aula de inglês da escola pública**. 2024.

MORAES, Yukari Yamauchi; MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro; LIMA, Maria José de Oliveira. Extensão universitária como práxis emancipatória. **Serviço Social & Sociedade**, v. 148, p. e-6628444, 2025.

PARENTE JÚNIOR, Fernando de Carvalho; RODRIGUES, Carlos Henrique. Atuação do TILS na pandemia: Onde os Estudos da Tradução e os Estudos do Desastre se encontram. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUAS DE SINAIS*, 8., 2024, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2024. p. 15.

PEREIRA, Maria Cristina Pires; FRONZA, Cátia de Azevedo. Estudo sobre a proficiência linguística do intérprete de Libras. **Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia (CNLF)**, 2010.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. A extensão universitária como indicativo de responsabilidade social. **Revista Diálogos**, v. 15, n. 1, p. 81-88, 2011.

RIBEIRO, M. R. F.; PONTES, V. M. de A.; SILVA, E. A. A contribuição da extensão universitária na formação acadêmica: desafios e perspectivas. **Revista Conexão UEPG**, v. 13, n. 1, p. 52-65, 2017.

RODRIGUES, Carlos Henrique. Competência em tradução e línguas de sinais: a modalidade gestual-visual e suas implicações para uma possível competência tradutória intermodal. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 57, p. 287-318, 2018.

SANTOS, Silvana Aguiar dos. Tradução e interpretação de língua de sinais: deslocamentos nos processos de formação. **Cadernos de Tradução**, [S. l.], v. 2, n. 26, p. 145-164, 2010. DOI: 10.5007/2175-7968.2010v2n26p145. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2010v2n26p145>. Acesso em: 22 jun. 2026.

SCHMITT, Deonísio *et al.* Variação lexical em Libras no registro acadêmico: análise de termos técnico-científicos. **Revista Ilustração**, v. 7, n. 3, p. 95-109, 2026.

SILVA, D. R. M. da. A preparação para a interpretação em Libras: a partir de uma proposta de Tarefa de Reconhecimento de Tradução. TCC (Graduação em Letras — TILS) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SILVA, Kátia Curado; KOCHHANN, Andrea. Tessituras entre concepções, curricularização e avaliação da extensão universitária na formação do estudante. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 25, n. 3, p. 703-725, 2018.

SILVA-REIS, Dennys; FLORES, Vinicius Martins (org.). **Estudos da tradução e comunidade LGBT**: sobre vozes entendidas e transformistas textuais. 1. ed. Salvador, BA: Editora Devires, 2024. 392 p.

STUMPF, M. R. **Aprendizagem de escrita de língua de sinais pelo sistema SignWriting**. Tese (Doutorado em Informática na Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

TUXI, Patrícia; FELTEN, Eduardo. Terminologia, terminografia e línguas de sinais: novos rumos linguísticos. **Revista Coralina**, v. 1, n. 1, p. 134-152, 2019.

WAHLBRINCK, Ilíria França. A extensão universitária sob o viés da ética do cuidado: possibilidade de práxis emancipatória. **Horizontes**, v. 34, n. 2, p. 19-29, 2016.

5

CORPOS QUE DESLOCAM

UMA ANÁLISE DE RELATO AUTOBIOGRÁFICO DOCENTE DISSIDENTE

Antonio Henrique Coutelo de Moraes

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (ADC), um relato autobiográfico de um professor de inglês que se identifica como gay, nordestino e neurodivergente, com diagnóstico de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)¹ e Transtorno do Espectro Autista (TEA)². Inserido em uma universidade federal localizada no cerrado brasileiro, esse sujeito enuncia, em seu relato, experiências de deslocamento, negociação e resistência que interpelam normatividades institucionais, performativas, sexuais, regionais e cognitivas que atravessam a docência no ensino superior.

Ao tomar como objeto um relato autobiográfico do próprio pesquisador, este estudo parte do entendimento de que narrativas de si não constituem apenas registros individuais da experiência, mas práticas discursivas socialmente situadas, atravessadas por relações históricas e por disputas em torno da legitimidade de determinados modos de existir, ensinar e ocupar espaços institucionais. Nesse sentido, o relato não é concebido como expressão transparente da subjetividade, mas como espaço de produção de sentidos no qual identidades são continuamente negociadas, contestadas e reconstruídas.

1 O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é classificado como um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado pela presença contínua de sintomas de desatenção e/ou hiperatividade e impulsividade que comprometem o funcionamento cotidiano e o desenvolvimento da pessoa (American Psychiatric Association, 2023).

2 O Transtorno do Espectro Autista se trata de um transtorno do neurodesenvolvimento marcado por dificuldades persistentes na comunicação e nas interações sociais, além da manifestação de padrões comportamentais restritos, repetitivos e, em alguns casos, pouco flexíveis (American Psychiatric Association, 2023).

A universidade, frequentemente representada como espaço de produção de conhecimento, pluralidade e reconhecimento da diferença, também opera como instância reguladora de condutas, corpos e formas de inteligibilidade social. Ainda que marcada por discursos institucionais de diversidade e inclusão, permanece atravessada por expectativas normativas acerca daquilo que se considera uma performance docente legítima; esta frequentemente associada a ideais de neutralidade, racionalidade, produtividade, estabilidade emocional, heteronormatividade, masculinidade e neurotipicidade. Nesse contexto, sujeitos que escapam desses enquadramentos tendem a experimentar formas diversas de vigilância, desautorização simbólica e necessidade constante de justificar sua presença.

É nesse cenário que se insere o relato analisado. Ao narrar episódios cotidianos aparentemente banais — comentários, interpelações, formas de nomeação, expectativas de comportamento e mecanismos sutis de enquadramento institucional — este capítulo busca evidenciar como o poder se manifesta de modo capilar nas interações ordinárias, produzindo efeitos concretos sobre reconhecimento, pertencimento e participação. Expressões aparentemente inofensivas, como “menino” ou “pintinho amarelinho”, deixam de operar apenas como marcas linguísticas e passam a funcionar como dispositivos discursivos de infantilização, deslegitimação e reposicionamento hierárquico do sujeito docente. Tais ocorrências revelam que a linguagem não apenas descreve relações sociais, mas participa ativamente da sua produção e manutenção.

Nesse horizonte, assume-se a perspectiva da Análise do Discurso Crítica, especialmente a partir das contribuições de Fairclough (2001; 2003), para quem o discurso constitui simultaneamente forma de ação, representação e construção identitária. Ao compreender o discurso como prática social, a ADC permite investigar de que maneira textos e eventos discursivos reproduzem ou tensionam estruturas sociais mais amplas, tornando visíveis mecanismos de naturalização ideológica e de sustentação de hegemonias. Interessa-nos, portanto, observar não apenas o que é dito, mas como determinadas escolhas discursivas produzem efeitos de verdade, legitimidade e exclusão.

Além disso, este estudo dialoga com perspectivas que compreendem marcadores sociais da diferença não como categorias isoladas, mas como dimensões mutuamente implicadas na constituição das experiências sociais. Sexualidade, regionalidade, modos de funcionamento neurocognitivo e exercício profissional não aparecem aqui como atributos estáveis do sujeito, mas como posições discursivamente produzidas e continuamente negociadas em contextos institucionais específicos. A experiência narrada evidencia jus-

tamente como esses marcadores podem se articular na produção de formas particulares de vulnerabilização e, simultaneamente, de resistência.

Contudo, o relato não se reduz à denúncia das violências cotidianas. Ao longo da narrativa, emergem também práticas pedagógicas contra-hegemônicas sustentadas pela escuta, pela empatia, pela valorização das diferenças e pela recusa de modelos homogêneos de ensino e aprendizagem. A sala de aula aparece, assim, como espaço de elaboração ética e política da docência, no qual o ensino de língua inglesa é ressignificado como prática social comprometida com reconhecimento, inclusão e transformação.

Parte-se, portanto, da seguinte questão norteadora: de que modo o discurso autobiográfico deste professor constrói representações de mundo atravessadas por marcadores de diferença, revelando relações de poder, exclusões simbólicas e estratégias de resistência? Ao responder a essa questão, este trabalho busca contribuir para os debates sobre performatividade docente, inclusão no ensino superior e potencial transformador da linguagem na produção de outras formas de presença institucional.

ENTRE NORMA E DISSIDÊNCIA: PERSPECTIVAS PARA COMPREENDER A DOCÊNCIA

A docência universitária costuma ser socialmente representada como espaço de autonomia intelectual, produção de conhecimento e pluralidade de perspectivas. Entretanto, essa imagem tende a ocultar que instituições educacionais também operam como espaços de regulação de condutas, produção de subjetividades e legitimação de formas específicas de presença social. Longe de constituir apenas uma função técnica ou neutra, o exercício docente é atravessado por expectativas históricas e discursivas que definem quem pode ensinar, como deve ensinar e quais corpos são reconhecidos como legítimos ocupantes desse lugar.

Nesse sentido, compreender a docência implica deslocá-la da condição de atividade exclusivamente pedagógica para concebê-la como prática social, discursiva e política. Tal deslocamento torna visíveis mecanismos institucionais que produzem pertencimentos e exclusões, autorizando determinadas formas de existência e desautorizando outras. As experiências narradas neste estudo evidenciam precisamente esse movimento: o encontro entre um corpo docente dissidente e regimes normativos que organizam expectativas sobre competência, autoridade, comportamento, linguagem e reconhecimento institucional.

Para analisar essas dinâmicas, este trabalho articula contribuições da Análise do Discurso Crítica (ADC), da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e de perspectivas sobre performatividade e marcadores de diferença. Esse diálogo permite compreender simultaneamente como o discurso produz sentidos, como esses sentidos se materializam linguisticamente e como participam da constituição de identidades e relações de poder.

DISCURSO, IDEOLOGIA E PRODUÇÃO DE HEGEMONIAS

A Análise do Discurso Crítica, especialmente na formulação proposta por Fairclough (2001; 2003), parte do princípio de que o discurso não constitui mero reflexo da realidade social, mas uma prática social que simultaneamente produz e é produzida pelas estruturas sociais. Essa perspectiva desloca a linguagem de uma posição instrumental para compreendê-la como espaço de disputa simbólica, onde se constroem significados, identidades, relações sociais e formas de conhecimento.

Fairclough (2003) propõe um modelo tridimensional de análise composto por texto, prática discursiva e prática social. O texto corresponde às escolhas linguísticas concretas; a prática discursiva refere-se aos processos de produção, circulação e interpretação; e a prática social diz respeito às estruturas históricas e institucionais mais amplas nas quais os discursos se inserem. A articulação entre essas dimensões permite compreender como fenômenos aparentemente localizados expressam processos sociais mais amplos.

Nesse enquadramento, o conceito de ideologia assume papel central. Ideologias não são entendidas como conjuntos explícitos de crenças, mas como formas de significação que contribuem para sustentar relações de dominação ao naturalizar determinadas visões de mundo. Quando práticas institucionais fazem parecer universais certas expectativas sobre comportamento docente — como autocontrole permanente, neutralidade afetiva, racionalidade homogênea ou adequação a padrões corporais e interacionais específicos — operam processos ideológicos que transformam construções históricas em aparentes evidências.

Essa perspectiva dialoga diretamente com a noção gramsciana de hegemonia incorporada por Fairclough (2001). A hegemonia não se estabelece apenas pela coerção, mas pela produção de consenso e pela capacidade de fazer determinadas formas de organização social parecerem legítimas, naturais e desejáveis. Assim, discursos institucionais não apenas descrevem modelos de docência: eles produzem condições para que certos sujeitos sejam reconhecidos como professores e outros sejam constantemente colocados sob suspeita.

É nesse ponto que a análise do relato autobiográfico ganha potência analítica. Expressões aparentemente banais, formas recorrentes de tratamento e expectativas implícitas de conduta deixam de ser interpretadas como eventos isolados e passam a ser compreendidas como práticas discursivas que distribuem reconhecimento de forma desigual. Nomeações como “menino” ou “pintinho amarelinho”, por exemplo, podem operar como mecanismos simbólicos de infantilização e reposicionamento hierárquico, produzindo efeitos concretos sobre autoridade docente e pertencimento institucional.

Para aprofundar essa leitura, a ADC é articulada à Linguística Sistêmico-Funcional, permitindo observar como relações ideológicas e hegemônicas se materializam em escolhas linguísticas específicas.

LINGUAGEM, EXPERIÊNCIA E REPRESENTAÇÃO

Como complemento analítico à ADC, este estudo mobiliza contribuições da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), desenvolvida por Halliday e Matthiessen (2014), especialmente no âmbito da metafunção ideacional (ou representacional) da linguagem.

A LSF compreende a linguagem como recurso semiótico para construção de significados em contexto social (Halliday; Matthiessen, 2014). Diferentemente de abordagens centradas em regras abstratas, essa perspectiva enfatiza o uso da língua como prática orientada por escolhas que realizam funções sociais específicas. Toda produção linguística representa experiências, organiza relações interpessoais e constrói textos coerentes.

No escopo deste trabalho, interessa particularmente a metafunção ideacional, responsável por representar acontecimentos, participantes e circunstâncias que constituem experiências humanas. O sistema de transitividade torna-se ferramenta central para compreender como o sujeito narrador organiza discursivamente sua experiência institucional.

Por meio da análise dos processos (materiais, mentais, relacionais, verbais, comportamentais e existenciais) torna-se possível observar quem age, quem sofre ações, quem interpreta acontecimentos e quais posições subjetivas são disponibilizadas ao sujeito no texto. Essas escolhas não são neutras: representam modos específicos de compreender o mundo e de distribuir agência.

A análise da transitividade permite investigar, por exemplo, se o professor aparece predominantemente como agente de transformação, como

alvo de ações externas ou como sujeito que negocia constantemente sua permanência institucional. Também possibilita observar como determinadas experiências de exclusão são representadas linguisticamente: como eventos individuais, como problemas relacionais ou como efeitos estruturais de determinadas normas sociais.

Desse modo, a articulação entre ADC e LSF amplia o alcance interpretativo da pesquisa ao conectar microescolhas linguísticas às dinâmicas macrossociais de poder, reconhecimento e resistência.

MARCADORES DE DIFERENÇA E PERFORMATIVIDADE DOCENTE

Se o discurso participa da produção de realidades sociais, também participa da constituição dos sujeitos que nelas circulam. Nessa direção, este estudo dialoga com a noção de performatividade proposta por Butler (1990), compreendendo identidade não como essência anterior à linguagem, mas como efeito reiterado de normas e práticas sociais.

Para Butler (1990), sujeitos tornam-se inteligíveis socialmente na medida em que reiteram padrões reconhecíveis de existência. Isso significa que identidades não são simplesmente expressas; elas são produzidas por meio de atos repetidos que consolidam determinadas formas de ser como legítimas. Contudo, essa repetição nunca é completa nem definitiva, abrindo espaço para deslocamentos, fissuras e resistências.

Aplicada ao contexto educacional, essa perspectiva permite compreender a docência como performance social regulada por expectativas institucionais. O “professor ideal” não emerge naturalmente, mas como efeito de práticas reiteradas que associam competência, autoridade e legitimidade a determinadas formas de falar, agir, relacionar-se e ocupar o espaço institucional.

Nesse contexto, sujeitos cujas experiências atravessam marcadores de diferença frequentemente vivenciam tensões entre reconhecimento e inteligibilidade institucional. Para aprofundar essa discussão, mobiliza-se também a perspectiva interseccional, especialmente em Collins (2019), que compreende categorias sociais não como eixos isolados, mas como sistemas articulados de poder.

Mais do que acumular identidades, a interseccionalidade permite observar como sexualidade, regionalidade, modos de funcionamento neurocognitivo e pertencimento institucional produzem experiências específicas que não podem ser reduzidas a uma única dimensão analítica. O que está

em jogo não é apenas a soma entre ser gay, nordestino e neurodivergente, mas os modos particulares pelos quais essas posições são discursivamente construídas e institucionalmente interpretadas.

Assim, a performatividade docente emerge como categoria analítica capaz de evidenciar tanto os mecanismos de regulação quanto as possibilidades de resistência. O relato analisado sugere que práticas pedagógicas baseadas na escuta, na afetividade e na valorização das diferenças não constituem desvios da docência, mas modos alternativos de produzir presença institucional e disputar sentidos sobre ensinar, aprender e existir na universidade.

PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Esta pesquisa insere-se no campo qualitativo e interpretativista, assumindo que fenômenos sociais e experiências humanas não se apresentam como dados neutros ou transparentes, mas como construções discursivamente situadas e historicamente produzidas.

O estudo adota como corpus um relato autobiográfico produzido por um professor de língua inglesa que se identifica como gay, nordestino e neurodivergente, atuante em uma universidade pública localizada no cerrado brasileiro. O relato constitui uma narrativa retrospectiva sobre experiências vividas no espaço institucional e foi selecionado por sua potência analítica para compreender processos de produção de subjetividades, reconhecimento e resistência na docência universitária.

A escolha pelo relato autobiográfico fundamenta-se na compreensão de que narrativas de si não correspondem à recuperação objetiva de fatos vividos, mas a práticas discursivas por meio das quais sujeitos organizam experiências, produzem inteligibilidade sobre acontecimentos e constroem representações de si e do mundo (Bruner, 1991; Riessman, 2008; Delory-Momberger, 2012). Nessa perspectiva, o relato não é tratado como evidência direta da realidade, mas como evento discursivo situado que permite observar processos de significação, posicionamento identitário e negociação de sentidos. Ao narrar a própria experiência, o sujeito não apenas relata acontecimentos, mas elabora posições de sujeito, produz leituras sobre estruturas sociais e evidencia tensões entre reconhecimento e exclusão.

Para a análise do corpus, foi construído um percurso analítico em duas etapas complementares e articuladas.

Na primeira etapa, realiza-se uma análise linguística orientada pela Linguística Sistêmico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014), com foco

na metafunção ideacional e, mais especificamente, no sistema de transitividade. São identificados e categorizados os processos representacionais presentes no texto (materiais, mentais, relacionais, comportamentais, verbais e existenciais) bem como seus participantes e circunstâncias. Esse movimento busca compreender como experiências, ações, afetos e relações sociais são linguisticamente organizados e quais posições de agência são atribuídas ao sujeito narrador e aos demais atores envolvidos.

Na segunda etapa, os resultados da descrição linguística são interpretados à luz da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2001; 2003). Nessa fase, examinam-se os efeitos ideológicos das escolhas discursivas, os modos pelos quais determinadas representações são naturalizadas e as formas pelas quais o texto reproduz, negocia ou contesta relações de poder presentes no contexto universitário. A análise considera especialmente mecanismos discursivos relacionados à produção de hegemonias, à regulação de identidades e aos processos de reconhecimento ou desautorização institucional.

A análise do corpus foi organizada a partir de um percurso interpretativo orientado pela articulação entre LSF e ADC. Inicialmente, realizou-se uma leitura exploratória integral do relato autobiográfico com vistas à identificação de episódios recorrentes, regularidades discursivas, eventos de tensão institucional e formas de autorrepresentação mobilizadas pelo sujeito narrador.

Em seguida, procedeu-se à descrição linguística com base na metafunção ideacional da Linguística Sistemico-Funcional (Halliday; Matthiessen, 2014), concentrando-se especialmente no sistema de transitividade. Foram observados os tipos de processos empregados na construção da experiência narrada, os participantes envolvidos em cada evento e as circunstâncias que contextualizam as ações e relações representadas.

Posteriormente, os resultados dessa descrição foram reinterpretados à luz da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2001; 2003), buscando compreender de que maneira determinadas escolhas linguísticas produzem efeitos ideológicos, constroem posições identitárias e revelam mecanismos de reconhecimento, exclusão ou resistência no contexto institucional.

NARRAR-SE PARA EXISTIR: LEITURAS CRÍTICAS DO DISCURSO DOCENTE

A análise do relato autobiográfico evidencia que as experiências narradas não se restringem a acontecimentos individuais ou trajetórias subjetivas isoladas. Ao contrário, o texto torna visíveis processos mais amplos de regulação institucional, produção de diferenças e disputa por reconhecimento.

A narrativa organiza experiências cotidianas por meio de escolhas linguísticas que constroem posições de sujeito, distribuem agência e revelam tensões entre pertencimento e exclusão.

O CORPO QUE NÃO CABE: DESLOCAMENTOS E NORMATIVIDADES

Um dos movimentos discursivos mais recorrentes no relato consiste na construção da experiência docente como experiência de deslocamento institucional. Esse processo torna-se particularmente visível no trecho:

meu corpo (ou melhor, meu jeito de ser, falar, reagir, silenciar) nem sempre cabe onde deveria ensinar.

Do ponto de vista da Linguística Sistêmico-Funcional, observa-se a predominância de processos relacionais articulados a construções existenciais que atribuem ao sujeito uma posição de inadequação diante do espaço institucional. A formulação “não cabe” não descreve simplesmente um estado individual, ela produz uma representação relacional entre sujeito e instituição na qual o problema não é localizado explicitamente no corpo, mas no desencontro entre modos de existência e regimes normativos de reconhecimento.

A autocorreção realizada — “ou melhor, meu jeito de ser, falar, reagir, silenciar” — constitui elemento particularmente relevante. O deslocamento semântico do termo “corpo” para práticas e modos de presença sugere que a diferença não é concebida apenas como atributo físico ou biológico, mas como experiência discursivamente produzida na interação social. O corpo emerge como categoria ampliada que incorpora linguagem, afetividade, comportamento, sensorialidade e formas de participação institucional.

Essa leitura é reforçada pela sequência:

Um corpo que não performa a ‘normalidade’ esperada do professor de inglês: racional, ágil, seguro, estável, assertivo.

Nesse excerto, os processos relacionais operam pela atribuição de características socialmente valorizadas ao ideal docente. A enumeração produz um efeito de normatividade que transforma determinadas disposições em critérios tácitos de legitimidade profissional. Não se trata apenas de descrever competências, mas de produzir um modelo institucional de inteligibilidade docente.

À luz da performatividade (Butler, 1990), percebe-se que o “professor ideal” aparece como efeito reiterado de normas que associam autoridade à estabilidade emocional, controle corporal e previsibilidade comportamental. O relato evidencia que esse ideal não se apresenta como regra explícita, mas como horizonte regulador que define quem ocupa confortavelmente o lugar docente e quem precisa continuamente justificar sua presença.

Ao longo da narrativa, observa-se ainda a articulação entre diferentes marcadores de diferença. O sujeito não aparece apenas como neurodivergente, mas como alguém cuja regionalidade, sexualidade e sensorialidade são simultaneamente lidas e interpretadas pelo contexto institucional:

meu corpo (afeminado, sensível, sensorial) era lido por colegas e estudantes.

A escolha do processo relacional “era lido” desloca a experiência da esfera individual para o campo da interpretação social. O corpo não é apresentado como essência, mas como objeto de leitura coletiva. Tal formulação evidencia que experiências de exclusão emergem menos de características individuais do que dos modos pelos quais determinadas diferenças são tornadas significativas dentro de regimes institucionais específicos.

DISPOSITIVOS DISCURSIVOS DE EXCLUSÃO E VIGILÂNCIA

Se a primeira dimensão da análise evidencia a produção discursiva da inadequação, a segunda torna visíveis os mecanismos cotidianos por meio dos quais essa inadequação é continuamente reafirmada.

Um dos episódios centrais do relato aparece na passagem:

colegas docentes referiram-se a mim como ‘o menino’, ‘o pintinho amarelinho’.

Do ponto de vista da LSF, destacam-se processos verbais que organizam relações de nomeação e posicionamento social. Nomear nunca constitui ato neutro: ao selecionar determinadas formas de tratamento, sujeitos produzem classificações, distribuem lugares e regulam formas de reconhecimento.

As expressões mobilizadas possuem aparência de informalidade e proximidade afetiva; entretanto, seus efeitos discursivos ultrapassam a dimensão interpessoal. Ao substituir categorias vinculadas à autoridade profissional por imagens associadas à infância ou fragilidade, esses enunciados produzem deslocamentos simbólicos na posição institucional ocupada pelo professor.

Esse movimento torna-se ainda mais evidente quando o próprio professor interpreta o episódio:

tinham o efeito de desautorizar minha presença. Tornavam-me menor, menos professor, menos sujeito.

Nesse trecho, os processos relacionais operam como avaliação retrospectiva da experiência. A repetição da estrutura “menos” produz gradação discursiva que evidencia perdas sucessivas de legitimidade: primeiro profissional, depois subjetiva.

Sob a perspectiva da ADC, tais nomeações podem ser compreendidas como dispositivos discursivos de hegemonia que operam por meio da naturalização. A violência não se manifesta necessariamente como exclusão explícita, mas como repetição cotidiana de práticas aparentemente banais que restringem possibilidades de reconhecimento.

Essa lógica reaparece em outro excerto:

Desde o modo como gesticulo, até o tom de voz e os temas que trago às aulas, tudo pode ser lido como ‘político demais’, ‘militante demais’, ‘desnecessário’.

A recorrência do modalizador “pode” evidencia a internalização da vigilância institucional. Não se trata apenas de censura externa, mas da antecipação constante do olhar regulador. A docência passa a ser atravessada por monitoramento permanente do corpo, da linguagem e da presença.

ESCUITA, DOCÊNCIA E PRÁTICAS DE REEXISTÊNCIA

Embora o relato exponha mecanismos de exclusão e desgaste institucional, ele não se encerra na narrativa da vulnerabilização. Ao longo do texto emergem movimentos discursivos que reconfiguram a diferença como potência pedagógica.

Essa inflexão aparece no trecho:

me encontro na linguagem, no ensino e em uma escuta atenta, intensa, às dores dos outros.

Observa-se predominância de processos mentais e comportamentais que deslocam o sujeito da posição de inadequação para posições de agência e elaboração ética da experiência.

Particularmente significativo é o verbo “encontrar-se”, que reorganiza simbolicamente o percurso narrativo. Se anteriormente o sujeito “não cabia”, agora ele produz espaço de pertencimento por meio da linguagem. O ensino deixa de aparecer como simples atividade profissional e passa a constituir espaço de reconhecimento e reconstrução subjetiva.

Esse deslocamento torna-se ainda mais explícito quando o narrador afirma:

o que me faz diferente também pode ser o que me permite
escutar mais e melhor.

Discursivamente, ocorre uma rearticulação da diferença. Características anteriormente produzidas como inadequação institucional passam a ser ressignificadas como recursos éticos e pedagógicos.

Essa transformação culmina na redefinição do próprio ensino:

Ensinar inglês deixou de ser apenas ensinar um idioma.
Tornou-se uma forma de intervir nos modos como o mundo
pode ser dito, escutado e reimaginado.

A sequência mobiliza processos materiais e verbais que ampliam o alcance da prática docente. Ensinar deixa de significar transmissão de conteúdo e passa a configurar intervenção nos regimes de representação.

Nesse movimento, a sala de aula emerge como espaço contra-hegemônico de produção de outras formas de inteligibilidade social:

um ambiente onde os corpos e vozes minoritárias não sejam
toleradas, mas sim reconhecidas como centrais.

A oposição entre tolerância e reconhecimento produz deslocamento político importante. Não se reivindica apenas inclusão formal, mas transformação das condições de escuta e participação.

Ao final do relato, a docência aparece como prática de reexistência: não um espaço onde diferenças precisam ser neutralizadas para alcançar legitimidade, mas um território onde outras formas de ensinar, aprender e existir tornam-se possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar, sob a perspectiva da Análise do Discurso Crítica (Fairclough, 2001; 2003), um relato autobiográfico de um professor de língua inglesa que se identifica como gay, nordestino e neurodivergente, com diagnósticos de TDAH e TEA, atuante em uma universidade federal localizada no cerrado brasileiro. A partir da questão norteadora, buscou-se compreender como experiências de docência são discursivamente produzidas no entrelaçamento entre linguagem, identidade e instituição.

A análise evidenciou que o relato autobiográfico não opera como mera narrativa individual de experiências vividas, mas como prática discursiva situada que organiza sentidos sobre o corpo, a docência e o pertencimento institucional. Ao longo do texto, foi possível observar que a construção da experiência docente se dá em permanente tensão entre normatividades institucionais e modos dissidentes de existência, os quais se materializam em expectativas implícitas sobre o “professor ideal”, associado a regimes de racionalidade, estabilidade emocional, heteronormatividade, neurotipicidade e adequação comportamental.

Do ponto de vista analítico, a articulação entre Linguística Sistêmico-Funcional e Análise do Discurso Crítica permitiu evidenciar como tais normatividades são linguisticamente construídas e naturalizadas por meio de escolhas lexicogramaticais específicas, especialmente no sistema de transitividade. Processos relacionais, verbais e existenciais mostraram-se particularmente produtivos para a compreensão das formas de nomeação, enquadramento e posicionamento do sujeito docente, revelando como a linguagem participa ativamente da produção de hierarquias simbólicas no espaço universitário.

Os resultados também indicam que práticas discursivas aparentemente banais — como formas de tratamento, apelidos e avaliações cotidianas da performance docente — operam como dispositivos de exclusão simbólica, produzindo efeitos de infantilização, desautorização e instabilidade identitária. Tais mecanismos, embora frequentemente naturalizados no cotidiano institucional, revelam-se centrais na sustentação de regimes de poder que regulam quem pode ser reconhecido como professor e sob quais condições esse reconhecimento é possível.

Entretanto, o relato analisado também evidencia movimentos de resistência e reconfiguração desses regimes normativos. A experiência docente é ressignificada como espaço de escuta, acolhimento e produção de vínculos, no qual o ensino de língua inglesa se desloca de uma lógica instrumental para

uma prática ética e política. Nesse sentido, a sala de aula emerge como espaço de reexistência, no qual a diferença não é apenas tolerada, mas potencialmente reconhecida como constitutiva do processo educativo.

Do ponto de vista das contribuições teóricas e metodológicas, este estudo reforça a potência da Análise do Discurso Crítica em diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional para a compreensão de experiências docentes situadas, especialmente quando atravessadas por marcadores sociais da diferença. Ao mesmo tempo, amplia as discussões no campo da educação linguística crítica ao evidenciar que o ensino de línguas não se limita à dimensão técnica ou comunicativa, mas constitui também um espaço de disputa por sentidos, identidades e formas de existência.

No campo dos estudos sobre inclusão, o artigo contribui ao deslocar a noção de inclusão de uma perspectiva normativa ou compensatória para uma compreensão discursiva e relacional, na qual exclusões e reconhecimentos são produzidos cotidianamente nas interações institucionais. Assim, torna-se possível compreender que práticas inclusivas não se reduzem à presença física de sujeitos diversos na universidade, mas implicam a transformação dos regimes discursivos que regulam sua inteligibilidade.

Por fim, no âmbito dos estudos sobre docência universitária, a pesquisa evidencia que a formação e o exercício docente são atravessados por disputas simbólicas sobre legitimidade, autoridade e corporalidade. Ao dar centralidade a uma narrativa autobiográfica, o estudo reafirma a importância de escutar experiências docentes dissidentes como forma de tensionar modelos hegemônicos de professor e de universidade, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais éticas, sensíveis e democraticamente comprometidas.

Dessa forma, o artigo defende que a linguagem não apenas descreve a realidade educacional, mas participa ativamente de sua produção, sendo, portanto, um espaço privilegiado para compreender, tensionar e transformar as condições de existência no ensino superior.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR**. 5. ed. Trad. Cláudia Dornelles *et al.* Porto Alegre: Artmed, 2022.

BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. New York: Routledge, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **A pesquisa biográfica: projeto e práticas**. Natal: EDUFRN, 2012.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

HALLIDAY, Michael A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2014.

PASSEGGI, Maria da Conceição. Narrativas autobiográficas: formação, identidade e pesquisa (referência geral do campo). *In*: PASSEGGI, Maria da Conceição; SOUZA, Eliseu Clementino; VICENTINI, Paula Perin (org.). **Pesquisa (auto)biográfica: trajetórias de formação**. Natal: EDUFRN, 2011.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative methods for the human sciences**. Thousand Oaks: Sage, 2008.

6

LETRAMENTOS CRÍTICOS DECOLONIAIS EM AULA DE LÍNGUA INGLESA SOBRE A TEMÁTICA LGBTQIAPN+

Noemi Lopes da Silva

Maurício Loubet

INTRODUÇÃO

As discussões sobre gênero e sexualidade têm ocupado um espaço cada vez mais relevante nos debates educacionais contemporâneos, especialmente diante da persistência de diferentes formas de discriminação e violência direcionadas à população LGBTQIAPN+. No contexto escolar, tais questões assumem particular importância, uma vez que a escola constitui um dos espaços em que normas sociais relacionadas ao gênero e à sexualidade são constantemente reproduzidas, negociadas e, por vezes, contestadas.

No campo do ensino de línguas, os letramentos críticos têm contribuído para ampliar a compreensão da linguagem para além de sua dimensão estrutural, entendendo-a como uma prática social atravessada por relações de poder (Luke; Freebody, 1997; Janks, 2014; Menezes de Souza, 2011). Em razão desse potencial de mobilizar vocabulários, sentidos, discursos de poder e perspectivas críticas, a aula de língua inglesa pode constituir um espaço privilegiado para problematizar discursos naturalizados e promover reflexões acerca das desigualdades que atravessam diferentes grupos sociais.

Este capítulo apresenta e analisa questões discutidas em uma aula sobre a temática LGBTQIAPN+ desenvolvida no contexto de uma pesquisa de doutorado realizada com uma turma do segundo ano do ensino médio técnico do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). A análise é fundamentada em um diálogo entre os letramentos críticos, a teoria da performatividade de gênero de Butler (2019) e a perspectiva crítico-decolonial, especialmente a partir das contribuições de Lugones (2008).

Inicialmente, apresentamos o contexto da aula e os referenciais teóricos que orientaram sua elaboração. Em seguida, analisamos as discussões produzidas pelos/as estudantes durante a atividade proposta, buscando compreender de que modo suas reflexões evidenciam processos de problematização das normatividades de gênero e sexualidade e o desenvolvimento de posicionamentos críticos diante das relações de poder que atravessam essas questões.

Por fim, discutimos as potencialidades dos letramentos críticos decoloniais para a problematização de discursos relacionados ao gênero e à sexualidade no ensino de língua inglesa, refletindo sobre suas contribuições para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social e o reconhecimento da diversidade.

A AULA SOBRE QUESTÕES LGBTQIAPN+: CONTEXTO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

A aula apresentada a seguir faz parte da minha pesquisa de doutoramento, já concluída, realizada em 2023 em uma turma de segundo ano do ensino médio técnico no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), composta por 39 estudantes. A aula sobre a temática LGBTQIAPN+ foi uma das 10 aulas ministradas durante a pesquisa e teve duração de 1h30, contando com participação expressiva dos/as estudantes nas discussões e reflexões propostas.

O objetivo dessa aula foi discutir questões sobre o preconceito e a violência direcionados à comunidade LGBTQIAPN+, compreendendo tais opressões como parte dos efeitos duradouros da colonialidade do poder, do saber e do ser¹ (Quijano, 2000; Maldonado-Torres, 2007). Nessa compreensão, a colonialidade é entendida como um padrão de poder que permanece atuando mesmo após o fim do colonialismo formal, organizando hierarquias sociais, epistêmicas e ontológicas. Como aponta Lugones (2008), a colonialidade instaurou não apenas uma hierarquia racial, mas também uma lógica cisheteronormativa que legitima determinadas formas de existência e marginaliza outras. Nesse sentido, a exclusão e a violência contra corpos dissidentes de gênero e sexualidade são expressões de uma colonialidade que ainda organiza nossos modos de perceber e categorizar sujeitos.

1 De modo sintético, a colonialidade refere-se à permanência de estruturas de dominação produzidas durante o colonialismo, mesmo após o fim das administrações coloniais formais. Enquanto a colonialidade do poder está relacionada à organização hierárquica da sociedade e à classificação dos sujeitos (Quijano, 2000), a colonialidade do saber diz respeito à hierarquização dos conhecimentos e à centralidade das epistemologias eurocêtricas, e a colonialidade do ser refere-se aos processos de desumanização e negação da plena humanidade de determinados grupos sociais (Maldonado-Torres, 2007).

Assim, inserir o debate sobre a LGBTfobia no contexto escolar é essencial para provocar o deslocamento de olhares normativos e estimular nossos/as estudantes a desenvolverem um reposicionamento ético e crítico, capaz de contribuir para a transformação de imaginários sociais e para a construção de um mundo mais justo e plural (da Silva, 2025).

No presente capítulo, analisamos as discussões produzidas pelos/as estudantes a partir de um diálogo entre a perspectiva crítico-decolonial, a teoria da performatividade de gênero de Butler (2019) e os pressupostos dos letramentos críticos. Embora oriundas de campos distintos, essas abordagens compartilham o interesse em compreender como determinados discursos se tornam hegemônicos e passam a regular modos de ser, pensar e existir, produzindo hierarquias, exclusões e formas de marginalização. Além disso, oferecem subsídios para refletir sobre o papel da educação na problematização dessas normatividades e na construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social.

A partir de Butler (2019), compreendo que o gênero não constitui uma essência natural ou uma verdade anterior ao sujeito. Pelo contrário, trata-se de uma construção continuamente produzida por meio da repetição de atos, gestos, práticas e discursos que, ao longo do tempo, passam a ser percebidos como naturais. Sendo assim, os corpos não existem fora das relações discursivas que lhes atribuem sentidos; eles são constantemente produzidos, regulados e interpretados por essas relações.

Essa compreensão pode ser ampliada quando articulada à perspectiva decolonial, especialmente às reflexões de Lugones (2008), ao evidenciar que as normas de gênero e sexualidade não podem ser dissociadas da história da colonialidade. Conforme argumenta a autora, esse sistema de poder produziu não apenas classificações raciais, mas também uma lógica cisheteronormativa que passou a definir quais sujeitos e formas de existência seriam considerados legítimos. Assim, as experiências de exclusão e violência vivenciadas por pessoas LGBTQIAPN+ não podem ser compreendidas como fenômenos isolados, mas como parte de estruturas históricas que continuam organizando modos de classificação social e subjetiva.

Essa discussão também se aproxima dos pressupostos dos letramentos críticos, que entendem a linguagem como uma prática social atravessada por relações de poder (Luke; Freebody, 1997; Janks, 2014; Menezes de Souza, 2011). Nesse sentido, ler criticamente implica questionar os discursos que produzem determinadas verdades, identificando quem é legitimado por elas e quem é silenciado ou marginalizado. Mais do que buscar sentidos

supostamente estáveis nos textos, trata-se de compreender como nossas interpretações são construídas a partir de contextos socioculturais específicos e de reconhecer que diferentes leituras podem revelar distintas relações de poder (Menezes de Souza, 2011). Ao propor reflexões sobre gênero, sexualidade e LGBTfobia, a atividade buscou justamente criar condições para que os/as estudantes problematizassem discursos naturalizados e refletissem sobre os mecanismos que sustentam diferentes formas de desigualdade.

Embora os letramentos críticos ofereçam ferramentas importantes para problematizar discursos e relações de poder, o diálogo com o pensamento decolonial permite ampliar essa leitura ao evidenciar as raízes históricas e coloniais que sustentam muitas das desigualdades contemporâneas. Mais do que perspectivas simplesmente compatíveis, os letramentos críticos e o pensamento decolonial compartilham preocupações teóricas e políticas que permitem articulá-los em um mesmo projeto de leitura e intervenção social. Se os letramentos críticos já partem da ideia de que ler é um ato atravessado por relações de poder (Janks, 2014; Menezes de Souza, 2011), o pensamento decolonial acrescenta a camada mais profunda dessas relações, ao mostrar que boa parte das verdades que naturalizamos foi forjada na matriz colonial moderna (Quijano, 2000; Mignolo, 2010). É dessa convergência que se constituem os letramentos críticos decoloniais (Menezes de Souza, 2023), uma prática de leitura que não se contenta em desnaturalizar discursos e vai adiante, rastreando neles as marcas da colonialidade que seguem definindo o que pode ser dito, por quem e sobre quem.

Olhar a sala de aula por essa lente desloca o próprio sentido de ler criticamente. Não basta perguntar quem é legitimado e quem é silenciado por um discurso, pergunta que os letramentos críticos já nos ensinaram a formular (Menezes de Souza, 2011); é preciso reconhecer a geometria colonial que distribui esses lugares e separa os corpos e os saberes que contam como legítimos daqueles empurrados para a margem. Ler decolonialmente é exercitar o que Mignolo (2010) chama de desobediência epistêmica, abrindo a aula às narrativas e às existências que a modernidade/colonialidade insiste em desqualificar, num movimento que se aproxima da pedagogia decolonial proposta por Walsh (2009).

Esse arcabouço integrado responde pelo título do capítulo. Quando os/as estudantes discutem por que certos corpos LGBTQIAPN+ são mais socialmente aceitos do que outros, não estão apenas apontando preconceitos isolados, mas lendo, ainda que sem nomear desse modo, a colonialidade inscrita nos discursos sobre gênero, raça e sexualidade. Ler dessa maneira, costurando a crítica ao texto (Loubet, 2024) e a crítica à matriz colonial, é o

que aqui chamamos de letramento crítico decolonial, chave pela qual se torna possível compreender o que se passou na aula de língua inglesa.

É a partir desse diálogo entre performatividade de gênero, colonialidade e letramentos críticos que analisamos as respostas produzidas pelos/as estudantes às questões propostas na aula.

Devido ao escopo deste capítulo, escolhemos uma das atividades propostas aos estudantes, na qual eles/as deveriam discutir duas questões e, após um determinado tempo, compartilhar suas respostas com a turma. A atividade envolveu a análise de duas perguntas:

a) *Considering the individuals in the LGBT community. Are there personal traces/characteristics that make someone acceptable by the broad society?*[Considerando os indivíduos da comunidade LGBT, existem traços/características pessoais que tornam alguém aceitável para a sociedade em geral?]

b) *Can these traces/characteristics incite prejudices inside the LGBT community? How?* [Esses traços/características podem incitar preconceitos dentro da própria comunidade LGBT? Como?]

As perguntas partem de uma perspectiva crítica, segundo a qual os corpos LGBTQIAPN+ são, em certa medida, construções discursivas sociais de gênero (Butler, 2019). Nessa perspectiva, busca-se questionar de que forma esses discursos constitutivos de corpos LGBTQIAPN+ são recebidos tanto por sujeitos heteronormativos quanto pela própria comunidade LGBTQIAPN+, além de refletir sobre como podem emergir conflitos entre diferentes discursos.

Essas questões fundamentam-se na proposta de Butler (2019), que compreende que o gênero é marcado por uma certa performatividade e que o corpo não possui um ser calcado apenas numa verdade biológica e alienada de seus atos, gestos e desejos, ou seja, o gênero está ancorado no corpo e nos atos desse corpo,

em outras palavras, atos, gestos e desejos produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo

performativo sugere que ele não tem *status* ontológico separado dos vários atos que constituem sua realidade (Butler, 2019, p. 235).

Além de partir de uma perspectiva crítica sobre o gênero, pensando-o não como verdade biológica, mas como discurso, as perguntas buscam mostrar como esse discurso pode conflitar com outros discursos estabelecidos.

Com tais questionamentos, a aula buscou aproximar os/as estudantes da radicalidade do pensamento de Butler (2019), que se consolida como uma das mais importantes pensadoras deste século no campo da teoria de gênero, levando-os a refletir sobre os limites e as consequências da performatividade de cada gênero:

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos da verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. [...] Eu sugeriria, igualmente, que o travesti subverte inteiramente a distinção entre os espaços psíquicos interno e externo, e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade de gênero (Butler, 2019, p. 236).

ANÁLISE DAS DISCUSSÕES PRODUZIDAS PELOS/AS ESTUDANTES

A seguir, apresentamos a transcrição da resposta de dois grupos, bem como o comentário de um aluno que trouxe o relato da experiência de uma pessoa da comunidade LGBTQIAPN+. Trata-se de uma mulher trans que, segundo os próprios/as estudantes, está entre as que mais sofrem preconceito, tanto dentro quanto fora da comunidade.

S1: Na primeira pergunta, a gente concluiu que tem algumas características de estereotipagem. Essas características vão desde cor de pele até condição financeira ou do físico mesmo. É mais fácil um homem branco gay ser aceito do que um homem preto e pobre ser aceito, ou uma mulher, por exemplo, magra ser mais aceita do que uma mulher gorda. Da segunda pergunta, tem algumas características

que, no caso de estereótipo, fazem com que, dentro da comunidade, não serem aceitas, dentro da comunidade mesmo. Por exemplo, tem muitos estereótipos de que todo gay é muito afeminado ou toda lésbica tem que ter um jeito mais masculino, e isso faz com que gere certas rivalidades dentro da comunidade.

S2: A gente teve o mesmo pensamento e a mesma ideia do grupo anterior. Vou ler: O grupo, ao geral, pensa que dentro da própria comunidade LGBT, de forma interna, existe, sim, esse preconceito enraizado, como, por exemplo, um homem gay padrão. Ele consegue muito mais relacionamentos do que um gay mais afeminado. Esse é um preconceito enraizado dentro da própria comunidade. Quando a gente abrange e fala de forma geral, a gente quis retratar aqui que tem mulheres que têm aparência mais padrão, são mais aceitas pela sociedade e sofrem menos preconceitos do que as que são estereotipadas. Por exemplo, drag queens que são, aparentemente, vistas como drag queens sofrem muito mais preconceito do que um homossexual padrão, que não apresente trejeitos afeminados. Isso implica diretamente no preconceito e também dentro da própria comunidade.

S3: Professora, meu pai faz Psicologia e, na sala dele, tinha uma mulher trans. Ela disse para ele, uma vez, que é muito comum ela chegar numa vaga de emprego e associarem a pessoa a viver de farra, a uma vida noturna, e que, se ela entrasse no emprego, ela não ia comparecer sempre porque ela ia tá de ressaca, pois ia tá todo dia em festa, ia dormir muito porque madruga todo dia. Ela falou isso pro meu pai, que muitas pessoas têm esse preconceito.

Notamos que os/as alunos/as conseguiram identificar que sobre determinados corpos o discurso de poder incide de maneira distinta. Trata-se de uma refinada capacidade crítica de perceber que os corpos LGBTQIAPN+ entram em conflito com as normas de poder de acordo com seu maior ou menor alinhamento à heteronormatividade.

Vale destacar o modo como esses/as estudantes chegaram às suas conclusões, porque os critérios que eles/as mobilizam são, antes de tudo, visuais. Cor de pele, tipo físico, o jeito tido como afeminado, a figura da drag queen, a tal aparência padrão funciona como signos inscritos no corpo, e é lendo esses signos que a turma decide quem é ou não aceitável. Ao descreverem quais corpos são mais facilmente legitimados e quais são colocados à mar-

gem, os/as estudantes estão, na prática, lendo o corpo como um texto, o que conversa diretamente com a tese de Butler (2019) de que o gênero se produz na superfície do corpo, por meio de signos que sugerem uma essência que, no fundo, não existe.

Esse corpo, porém, nunca é lido a olho nu. Lemos os corpos por meio de grades normativas que aprendemos a manejar sem perceber, grades que definem de antemão qual pele, qual silhueta e qual gestualidade contam como padrão e quais escorregam para fora dele. Tais grades não são inocentes nem recentes, pois carregam a mesma hierarquia moderna e colonial que organiza os demais campos da vida (Quijano, 2000), e por isso olhar criticamente para elas pede a desobediência epistêmica de que fala Mignolo (2010), aquele gesto de recusar o olhar herdado e voltar-se para o que foi empurrado à margem. Ler criticamente um corpo é, no fim, fazer com ele o que os letramentos críticos propõem fazer com qualquer texto, ou seja, perguntar que olhar o legitima e que olhar o rejeita (Menezes de Souza, 2011).

Foi exatamente esse exercício que a turma realizou quando, ao apontar que um homem branco é acolhido com mais facilidade do que um homem preto e pobre, ou que um corpo magro encontra mais aceitação do que um corpo gordo, os/as estudantes não se limitaram a reconhecer um preconceito, mas desnaturalizaram o próprio olhar que distribui valor entre os corpos. Essa leitura crítica do visível soma uma camada ao que vínhamos discutindo, pois mostra que o poder de que fala Butler (2019) não atua apenas no plano do discurso verbal, mas também na superfície dos corpos, onde se decide, cotidianamente, quais existências serão legitimadas e quais serão marginalizadas.

Nesse sentido, hooks (2024) chama a atenção para as sutilezas dessa capacidade crítica ao analisar o contexto das mulheres negras lésbicas no movimento feminista:

não é de admirar então que, conforme o movimento feminista lançava suas críticas perspicazes ao patriarcado, as escritoras e pensadoras negras, lésbicas tenham sido o pioneiro grupo de mulheres negras a acrescentar sua voz à luta. [...] (A poeta Audre) Lorde complementou: “a lésbica negra tem sofrido crescentes ataques tanto de homens negros quanto de mulheres negras heterossexuais [...] A lésbica negra é uma ameaça emocional apenas para as mulheres negras cujos sentimentos de afinidade e amor com relação a outras mulheres negras são, de alguma maneira problemáticos” (hooks, 2024, p. 215-216).

As reflexões de hooks (2024) ajudam a compreender que as hierarquias percebidas pelos/as estudantes não se restringem às diferenças entre sujeitos heterossexuais e LGBTQIAPN+, mas atravessam também a própria comunidade, produzindo formas distintas de vulnerabilidade conforme a articulação entre gênero, sexualidade, raça e outros marcadores sociais.

Diante das perguntas críticas formuladas sobre o gênero, percebemos que as respostas dos/as alunos/as conseguiram elaborar um raciocínio no sentido de compreender que o sujeito não é apenas produtor de discurso, mas, antes de tudo, produto dele. Ou seja, o sujeito é, muitas vezes, determinado por discursos preexistentes e sofre as consequências de estar atrelado às estruturas de poder que esses discursos sustentam.

As respostas dos/as alunos/as aproximaram-se significativamente da proposta crítica de Butler (2019), para quem

compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. [...] A ordem de ser de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que em sua multiplicidade excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas. Além disso, a própria ordem de ser de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos: ser uma boa mãe, ser um objeto heterossexualmente desejável, ser uma trabalhadora competente, em resumo, significar uma multiplicidade de garantias em resposta a uma variedade de demandas diferentes, tudo ao mesmo tempo (Butler, 2019, p. 249-251).

A capacidade dos/as alunos/as de perceber que os sujeitos são atravessados e determinados por certos discursos, e que suas ações e performances podem tanto perpetuar quanto tensionar esses discursos, representa um amadurecimento crítico que era justamente o objetivo das questões propostas. Tal capacidade crítica permite ainda que os/as estudantes reconheçam que um sujeito pode ser atravessado por discursos de poder não apenas no que tange ao gênero, mas também a questões de ordem econômica, social, racial, entre outras. Nesse sentido, a partir de Lugones (2008), é possível compreender que essas marcas identitárias não atuam de forma isolada, mas de maneira interseccional, constituídas historicamente pela colonialidade do poder, que articulou raça, gênero e classe para organizar e hierarquizar sujeitos

e corpos dentro da lógica moderna/colonial (Quijano, 2000). Assim, o reconhecimento dessa interseccionalidade possibilita aos/às estudantes uma leitura mais complexa e crítica das relações de poder que atravessam suas experiências e contextos.

As respostas apresentadas pelos/as estudantes na atividade proposta na aula evidenciam o desenvolvimento de uma capacidade crítica que ultrapassa a mera identificação de preconceitos ou desigualdades, alcançando a compreensão de como os discursos de poder operam na constituição dos sujeitos e na legitimação de certas performances de gênero em detrimento de outras. Essa capacidade crítica, ao se voltar para as normas que regem os corpos LGBTQIAPN+ tanto na sociedade heteronormativa quanto no interior da própria comunidade, pode ser relacionada a uma perspectiva crítico decolonial, na medida em que problematiza os discursos hegemônicos que historicamente definem o que é considerado legítimo, aceitável ou civilizado, deslocando o olhar para as margens e evidenciando as hierarquias simbólicas que sustentam tais definições (Mignolo, 2010).

A condução da aula, ao dialogar com os pressupostos de Butler (2019) e ao formular questões que tensionam o caráter naturalizado do gênero, criou condições para que os/as estudantes, por meio do debate e do compartilhamento de experiências pessoais, identificassem as interseções entre discursos de poder e práticas cotidianas. As conclusões dos/as alunos/as se alinham ao que Quijano (2000) denominou de colonialidade do poder, mecanismo que naturaliza a superioridade de determinados corpos, saberes e modos de existência em detrimento de outros, operando não apenas no campo econômico ou racial, mas também na gestão discursiva dos gêneros e sexualidades.

Ao incorporar relatos pessoais e experiências de sujeitos historicamente silenciados, a proposta didática rompe com o cânone normativo e propõe aos/às estudantes o exercício de ouvir e validar epistemologias produzidas nas margens, o que aproxima a prática de uma pedagogia decolonial (Walsh, 2009). Nessa direção, Mignolo (2010) destaca a urgência de desobedecer epistemicamente aos padrões de conhecimento impostos pela modernidade/colonialidade, criando espaços para que outras narrativas e formas de existência sejam legitimadas como produtoras de saber.

A leitura das respostas dos grupos revela também que os/as estudantes começaram a perceber os efeitos perversos das normatividades de gênero não apenas na relação heteronormativa, mas no interior das próprias comunidades LGBTQIAPN+, compreendendo que tais hierarquizações resultam de uma lógica colonial de classificação social e subjetiva. Nesse sentido,

o conceito de colonialidade de gênero formulado por Lugones (2014) é fundamental para compreender como as opressões de gênero e sexualidade estão enredadas nas estruturas coloniais, racializadas e patriarcais que ainda operam nas sociedades contemporâneas.

Assim, além de uma ampliação expressiva da participação oral dos/das discentes (quase 70%, embora ainda distante de uma participação integral), é possível afirmar que, do ponto de vista qualitativo, o debate possibilitou um nítido amadurecimento crítico. Tal amadurecimento se constata na capacidade dos/as estudantes de reconhecer que os sujeitos são atravessados e determinados por discursos de poder e que suas ações e performances podem tanto perpetuar quanto tensionar essas normatividades. Como propõe hooks (2013), esse reconhecimento constitui o passo inicial para práticas de resistência e transformação, situadas na intersecção entre crítica, ética e emancipação.

O interesse demonstrado pelos/as estudantes na discussão sobre as questões LGBTQIAPN+ pode ser compreendido a partir da perspectiva de que a aprendizagem crítica se torna mais significativa quando se conecta às experiências concretas e afetivas dos sujeitos envolvidos. Como aponta hooks (2013), a sala de aula pode se constituir como um espaço de construção coletiva de saberes quando os conteúdos abordados dialogam com as realidades, os desejos e os enfrentamentos cotidianos dos/as estudantes, favorecendo um ambiente de escuta, identificação e pertencimento.

Nesse contexto, a presença de um número expressivo de estudantes pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ na turma fez com que o tema ultrapassasse o campo abstrato e se tornasse uma oportunidade para verbalizar vivências, problematizar preconceitos e refletir sobre as normas que regulam os corpos e as sexualidades. Assim, como defende Freire (2023), o processo de conscientização crítica passa, necessariamente, pela problematização da realidade imediata do/a estudante, conferindo-lhe voz e agência no debate. Ao possibilitar a abordagem de um tema sensível e relevante para parte significativa da turma, a atividade criou as condições para que os/as estudantes se sentissem implicados/as no processo formativo, exercitando a crítica a partir de seus próprios lugares sociais e subjetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou analisar uma aula sobre questões LGBTQIAPN+ desenvolvida no contexto do ensino de língua inglesa, compreendendo-a como uma possibilidade de promover reflexões críticas acerca das relações de poder que atravessam os corpos, os gêneros e as sexualidades. A partir do diálogo entre os letramentos críticos, a teoria da performatividade de gênero e a perspectiva crítico-decolonial, foi possível observar como os/as estudantes mobilizaram interpretações que ultrapassaram explicações individualizantes do preconceito, reconhecendo a atuação de discursos e estruturas sociais na produção das desigualdades.

As respostas analisadas evidenciaram a capacidade dos/as estudantes de identificar diferentes formas de hierarquização presentes tanto na sociedade em geral quanto no interior da própria comunidade LGBTQIAPN+, percebendo como marcadores de gênero, raça, classe e padrões normativos de corpo e comportamento influenciam processos de aceitação e exclusão. Tais reflexões revelam um movimento de ampliação da consciência crítica e de problematização de discursos frequentemente naturalizados.

Além dos aspectos qualitativos observados nas discussões, a expressiva participação dos/as estudantes indica a relevância de promover, no espaço escolar, debates que dialoguem com suas experiências e realidades. Ao possibilitar a reflexão sobre temas que atravessam diretamente a vida de parte significativa da turma, a atividade favoreceu o engajamento, a escuta e a construção coletiva de conhecimento.

Os resultados aqui discutidos reforçam o potencial dos letramentos críticos decoloniais para o ensino de língua inglesa, especialmente quando articulados a temas socialmente relevantes. Mais do que ensinar uma língua, trata-se de criar oportunidades para que os/as estudantes questionem discursos hegemônicos, reconheçam desigualdades historicamente produzidas e desenvolvam formas mais críticas e éticas de compreender o mundo e suas próprias experiências nele.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DA SILVA, Noemi Lopes. **Formação em língua inglesa a partir dos letramentos críticos e da perspectiva decolonial em contexto de Instituto Federal**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/14186>. Acesso em: maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 85. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

hooks, bell. **Salvação**: pessoas negras e o amor. São Paulo: Elefante, 2024.

JANKS, Hilary. Introduction. In: JANKS, Hilary; DIXON, Kerry; FERREIRA, Ana; GRANVILLE, Stella; NEWFIELD, Denise (Eds.). *Doing critical literacy: texts and activities for students and teachers*. New York and London: Routledge, 2014. p. 10-18.

LOUBET, Mauricio. **Dialogando sobre educação de surdos, (de)colonialidade e letramento visual crítico**. 2024. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/11071>. Acesso em: 7 jun. 2026.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 315-328, set./dez. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario T. Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: MACIEL, Rozana Figueiredo; ARAÚJO, Vanessa de Andrade (org.). **Formação de professores de línguas**: ampliando perspectivas. Jundiaí: Paco Editorial, 2011. p. 128-140.

MENEZES DE SOUZA, Lynn Mario T. Letramentos críticos e decoloniais: desafios e caminhos para a educação brasileira. *In*: SIGNORINI, Inês; CELANI, Maria Antonieta Alba (org.). **Letramentos críticos: debates e práticas para uma educação linguística transformadora**. Campinas: Pontes Editores, 2023. p. 157-182.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção decolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 287-324, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality of power, Eurocentrism, and Latin America. **Nepantla: Views from South**, v. 1, n. 3, p. 533-580, 2000.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p. 12-42. Disponível em: https://pt.scribd.com/document/364527370/Catherine-Walsh-Interculturalidade-Critica-e-Pedagogia-Decolonial-pdf-GRUPO-de-PESQUISA-Lucian?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: mar. 2023.

7

ENTRE O EXAGERO E O SILÊNCIO

ESTÉTICA CAMP E ARTE ATIVISTA LGBTQIAPN+

Larissa Ribeiro Albertini

Maurício Loubet

INTRODUÇÃO

Há um gesto que percorre boa parte da produção artística LGBTQIAPN+ e que só parece contraditório à primeira vista: quanto mais o mundo cobra discrição, mais certos corpos respondem com excesso. O brilho, a teatralidade e o artifício, longe de serem enfeites, funcionam como linguagem. É desse território que trata este capítulo, que toma a estética camp e o modo como ela alimenta a arte ativista de pessoas LGBTQIAPN+. O camp costuma ser descrito como uma sensibilidade do artifício e do gosto pelo exagero, e a sua relação com o queer, ainda que histórica, não é de pura sinonímia, já que, na perspectiva sontagiana, o camp não se mostra uma sensibilidade estritamente queer (Rodrigues Junior, 2024). É nessa fricção, entre o que escapa pelo exagero e o que se cala, que se apoia o título destas páginas.

Pensar o camp hoje, porém, pede que se olhe para além da fruição estética. No Brasil, uma série de práticas estético-políticas de dissidência sexual e de gênero transformou as ruas e os muros em palco. Altmayer (2024) descreve, a partir dos levantes de 2013, uma rede de ações diretas que vão dos pinkblocs ao vídeo-ativismo, manifestações em que arte e protesto se confundem e em que o corpo dissidente ocupa o espaço público como gesto de contestação. Grunvald (2019), acompanhando o coletivo de ativismo A Revolta da Lâmpada, mostra como essas intervenções tensionam a própria noção de espaço público e de cidadania. O que esses trabalhos deixam ver é um deslocamento. Aquilo que já foi sobrevivência cifrada de quem precisava se esconder reaparece, agora, como afirmação pública e deliberada.

Há, no entanto, uma lacuna. A maior parte dessa reflexão se concentra na performance, na ocupação das ruas e na cena musical. Quando o foco recai sobre a imagem, sobre o cartaz, a fotografia, a ilustração e as peças visuais que circulam no ativismo LGBTQIAPN+, o exame ainda é escasso. Falta perguntar, de modo sistemático, como o exagero camp se organiza visualmente e o que ele realiza, em termos políticos, ao enfrentar o silêncio imposto às existências dissidentes. É essa ausência que move o capítulo.

Daí a pergunta que orienta a investigação. De que maneira a estética camp opera na arte ativista LGBTQIAPN+, no vaivém entre o exagero que se faz ver e o silêncio que se quis impor? Dito de outro modo, como o excesso visual se torna linguagem de resistência e de visibilidade?

O objetivo geral é analisar como a estética camp estrutura a arte ativista LGBTQIAPN+, na tensão entre exagero e silêncio que nomeia o capítulo. Desse propósito maior desdobram-se tarefas mais concretas. A primeira é reconhecer, nas imagens reunidas para a análise, os marcadores visuais do camp, como o artifício, a teatralidade, a ironia e o gosto pelo excesso. Pretende-se, ainda, compreender de que modo esse excesso cumpre função política, e não apenas decorativa. Resta discutir o que tais imagens revelam sobre a relação entre tornar-se visível e ser empurrado ao silêncio.

Metodologicamente, a pesquisa é de natureza qualitativa e toma como corpus um conjunto de imagens da arte ativista LGBTQIAPN+. As figuras 1 e 2 foram encontradas em sites enquanto a figura 3 em uma reportagem. Em todos os casos, são obras de artistas queer que, por meio de sua arte, demonstram uma resistência contra uma atualidade homofóbica e transfóbica.

O tratamento desse material apoia-se na análise de conteúdo, aqui adaptada ao exame do visual e organizada por categorias. Optou-se por três momentos que Valle e Ferreira (2025), retomando Bardin, descrevem: a pré-análise, quando o corpus é reunido e submetido a uma primeira leitura da qual emergem as hipóteses iniciais; a exploração do material, em que as imagens se decompõem em unidades e se agrupam por regularidades; e o tratamento dos resultados, momento da inferência e da interpretação. Os mesmos autores advertem que a técnica enfrenta dificuldade ao lidar com dados não textuais, o que exige cautela ao transpor o método para a imagem. As categorias, por isso, não foram impostas de fora. Elas nasceram do encontro entre o que a teoria do *camp* permite enxergar e aquilo que as próprias imagens insistem em mostrar, e é por meio delas que se torna possível ler, ao mesmo tempo, o exagero como forma e o silêncio como aquilo que essa forma enfrenta.

O EXAGERO COMO LINGUAGEM: ESTÉTICA *CAMP* E ARTE ATIVISTA LGBTQIAPN+

Exagero, excesso e indiscrição marcam a estética camp, e são também características frequentemente associadas às pessoas LGBTQIAPN+, mesmo que o camp não seja uma exclusividade da comunidade queer. Sendo assim, qual seria a razão por trás de tal associação?

Voltando para a origem da palavra, o primeiro registro que menciona o termo camp é uma peça de teatro francesa do século XVII: “Les fourberies de Scapin” (As imposturas de Scapin), usado num sentido teatralizado (Façanha, 2019). O termo passou a ser citado como um sinônimo de ostentação, uma extravagância somente em 1909 pelo Dicionário Oxford (Rodrigues Junior, 2024). Sontag afirma que o camp é uma espécie de esteticismo e sua relação com a comunidade LGBTQIAPN+ não é de monopólio, ou seja, o *camp* não é obrigatoriamente um elemento ligado à homossexualidade, mesmo que, comumente, pessoas LGBTQ+ tenham uma forte afinidade com tal temática, visto que, segundo a autora, homossexuais são proeminentes criadores da cultura urbana, mas, se estes não tivessem mais ou menos criado o Camp, outros iriam (Sontag, 2020).

O camp sempre circulou como algo fora do mainstream, algo escondido, feito um código secreto (Façanha, 2019), logo, é previsível que, uma sensibilidade oculta, tal como essa, fosse incorporada como um tipo de linguagem estética dentro da realidade LGBTQIAPN+, em razão de esta mesma comunidade, historicamente, como uma minoria social, sempre ter sofrido uma tentativa de apagamento.

O mundo acadêmico ocidental sempre tratou o sexo e o erótico como destrutivo e ameaçador (Pinto, 2015), principalmente quando não há intenções procriativas, dessa forma, a comunidade queer foi largada às margens de um mundo construído dentro das normas cis-heteronormativas, que simplesmente a censurava totalmente qualquer expressão de gênero e sexualidade fora do considerado “normal”, condenando pessoas não cisgênero e não heterossexuais a uma vivência dentro de uma sociedade que não os acolhe, mas sim os invisibiliza. Dessa forma, surge o camp para pessoas LGBTQIAPN+ como uma forma de subverter tais padrões e recuperar uma visibilidade que um dia lhe foi retirada.

Tendo em vista esse cenário, vale ressaltar também o termo queer, que, em seus primeiros significados, antes mesmo de ser resignificado e usado para se referir à comunidade LGBTQIAPN+, era um termo traduzido como algo exagerado, ridículo e estranho (Rodrigues Junior, 2024), e ambos os termos, queer e camp, alinham-se com a ideia do excêntrico e exorbitância. Dentro

desse aspecto, o camp entra para realizar uma satirização, através da extravagância e do glamour, dos papéis de gênero impostos pela sociedade.

Dito isso, o encontro do camp e do queer acontece, por exemplo, na moda, no exagero das características binárias, da hiperfeminilidade, da androginia, do uso de penas e plumas, maquiagens chamativas, ocorre também no cinema, no teatro, Sontag mostra a androginia e o camp até mesmo na expressão de uma masculinidade extrema que chega a ser feminina ou em traços femininos em um rosto masculino. Tudo isso desafia os padrões heteronormativos sem necessariamente engessar regras.

Além do exposto, nota-se que, certas roupas e vestimentas consideradas camp também tinham um propósito de identificação através de uma simbologia oculta, isso fica evidenciado na utilização de cravos verdes nas roupas do escritor Oscar Wilde ou no monóculo utilizado pela artista Hannah Höch, ambos com intuito de expressar através da moda a homossexualidade (Rodrigues Junior, 2024).

E quem pensa que o envolvimento da comunidade queer e o camp parou na moda, se engana, o camp e a homossexualidade podem se entrelaçar também, por exemplo, em filmes exagerados com temáticas LGBTQIAPN+ ou até mesmo bares e boates, que não só possuem um ar burlesco como também por muito tempo serviram como lar para pessoas queer poderem se expressar.

Então, num cenário de censura e opressão, o camp surge em forma de arte como um novo meio de comunicação entre a comunidade LGBTQIAPN+ para que esta pudesse ressurgir e se rebelar contra um sistema que não foi feito para acolher indivíduos que não se encaixavam nas normas.

A IMAGEM SOB ANÁLISE: CATEGORIAS DO CAMP ENTRE O EXAGERO E O SILÊNCIO

A GRAMÁTICA DO EXCESSO

O camp se manifesta na arte das mais variadas formas, desde a cenografia até as vestimentas, subvertendo a lógica minimalista: o menos nunca é mais; o excesso é a regra. Isso se torna evidente, por exemplo, nas obras da multiartista Transäljen, uma mulher travesti pernambucana que trabalha com performances, música, confecção de máscaras, moda, instalações, fotografia, basicamente, possui uma carreira extensa tanto no audiovisual quanto nas artes visuais.

Sua arte reivindica os direitos de pessoas transgêneras por meio de uma estética exagerada e extravagante. Com glitter, lantejoulas, tecidos colo-

ridos, máscaras, artificialidade, pedras e muito brilho, Transälien expressa a si mesma e sua espiritualidade, ela afirma que, só de estar viva circulando nos espaços é uma forma de protesto contra uma sociedade tão transfóbica quanto a nossa.

Suas obras gritam, chamam atenção, são teatrais e escandalosas, irônicas e exageradas, e não há como não serem relacionadas com o camp. Na figura 1, o corpo aparece de frente, com os braços abertos em simetria quase litúrgica, recortado por um fecho de luz sobre um fundo negro. A superfície é puro artifício: lantejoulas douradas e azuis, miçangas, um adereço de cabeça monumental e um véu de contas que cobre todo o rosto. Esse apagamento do rosto é decisivo, porque desloca a artista da identidade individual para o arquétipo e faz do corpo travesti uma figura quase sagrada, em sintonia com a espiritualidade que ela reivindica. É o que Sontag descreve como uma existência vivida feito a encenação de um papel, em que o eu não se dá como ‘natural’, mas como pura construção. E a luz que isola o corpo no escuro encena, ela própria, a tese do capítulo: a visibilidade é arrancada do breu. Todos esses detalhes trazem uma carga de militância e ativismo queer explorando um mundo cósmico e utópico por meio da estranheza e exuberância.

Fotografia 1. Transälien posando em sua instalação.



Fonte: A TRANSÄLIEN, *COSMOVERSE*, 2022. Foto de Silvana Garzaro.

O EXCESSO COMO GESTO POLÍTICO

Mesmo sendo tratado como algo puramente estético, o camp não escapa do âmbito da política. Todo seu exagero é convertido como gesto político entre pessoas LGBTQIAPN+. A atenção obtida através da teatralidade e tensão garante visibilidade às pessoas queer, o que lhes dão espaços para serem elas mesmas, e o que seria isso se não uma forma de protesto contra um sistema que constantemente tenta apagar seus corpos dissidentes?

Quando o camp encontra o ativismo, surgem obras e artistas que usam seus trabalhos para desconstruir o que é ser cis e a heteronormatividade, tal qual uma das maiores cartunistas brasileiras vivas atualmente, Laerte Coutinho. A produção de Laerte Coutinho historicamente desfruta de grande prestígio na cena dos quadrinhos nacionais, mas foi a partir de sua transição de gênero, tornada pública em 2010, que sua obra adquiriu uma camada ainda mais evidente de ativismo visual, consolidando seu reconhecimento e centralidade no debate sobre a diversidade.

Laerte, por meio de um tom crítico e humorístico, analisa em suas charges as mais variadas vivências que exploram o dia a dia de pessoas trans em meio à sociedade dissecando, por meio do exagero, padrões que envolvem a cisgeneridade.

Por meio de linhas expressivas, cores chamativas, hachuras, personagens icônicos e polêmicos, a artista desconstrói preconceitos e celebra a diversidade. Vale notar que, na figura 2, o próprio traço é excessivo: a linha nervosa e caricata deforma os corpos em bocas escancaradas e gestos eufóricos, e a multidão se amontoa num arranjo de carnaval. Sobre o preto e branco, só as bandeiras do arco-íris irrompem em cor, como se a afirmação colorisse a cena. O recurso central, porém, é a ironia. Sontag via no camp um olhar cômico que afrouxa a seriedade moral; Laerte se apropria desse riso, mas o vira contra a condenação religiosa, transformando em absurdo a ideia de que ser queer seria pecado. É o ponto em que o que parecia só brincadeira se faz crítica, e o humor se mostra a forma política do exagero (Gama, 2014).

Figura 2. Charge em comemoração aos 40 anos do movimento LGBT+, conta história da personagem “Juju Grapete” que abandona sua própria identidade para tentar alcançar uma vida “sem pecados”



Fonte: Coutinho, 2018.

ENTRE A VISIBILIDADE E O SILÊNCIO

A luta LGBTQIAPN+ sempre existiu, contudo, foi muitas vezes invisibilizada e reprimida tanto pelas pessoas não dissidentes quanto pelas autoridades. Mesmo assim, a comunidade queer nunca se calou e resistiu e resiste à opressão até hoje. Um símbolo dessa resistência é a icônica Kaká Di Polly, uma prestigiada Drag Queen que viveu durante o período da Ditadura Militar e presenciou a ação violenta da atividade policial contra a comunidade LGBTQIAPN+.

Di Polly sofreu repressão não só do governo, mas também de sua própria família, como seu irmão, por exemplo, que a ameaçou de morte por ser “viado” (Sod, 2023). E mesmo com inúmeras pessoas se colocando contra seu modo de vida e identidade, Kaká continuou a se expressar e expor sua individualidade para o mundo, se tornando uma figura memorável e histórica.

Ser drag por si só já é uma forma de resistência através do visual e da performance que satirizam os papéis de gênero, mas Kaká Di Polly foi além disso e deixou uma marca significativa na história da comunidade LGBTQIAPN+. Na década de 1990, a primeira edição da então denominada “Parada Gay” (atual Parada LGBTQIAPN+) ganhou as ruas graças à intervenção de Kaká Di Polly. O cortejo estava previsto para ocorrer em uma via restrita, e as autoridades policiais tentavam conter a continuidade do evento. Entretanto, Kaká se jogou no chão e fingiu um desmaio, impedindo que a ação policial estragasse o momento. O ocorrido foi registrado e pode ser visto na figura 3.

Fotografia 3. Kaká Di Polly na Avenida Paulista, fingiu um desmaio e ajudou que a primeira edição da Parada LGBTQ+ em 1997 ocorresse sem repressão policial



Fonte: Acervo Kaká Di Polly.

A figura 3 condensa o eixo que dá nome à seção. De um lado, os policiais, cinzentos, fardados, enfileirados, encarnam a ordem e o silêncio imposto; de outro, os corpos das drags explodem em cor e excesso, uma delas fantasiada de Estátua da Liberdade a empunhar uma tocha de arco-íris, paródia escancarada de um ícone do poder. No centro, Kaká caída no chão. E é aqui que o camp revela sua força: o desmaio é fingido, é encenação, e é justamente essa teatralidade que trava a ação policial e garante a parada. O artifício, que parecia só estética, vira tática. A visibilidade não é concedida, é conquistada com um

gesto de excesso. Sua estética não é somente por gosto, é uma forma de luta, uma maneira de ir contra todo o silêncio imposto, é um exemplo que reivindica uma presença que foi durante anos vítima de exclusão.

CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

A trajetória analítica percorrida ao longo deste capítulo permitiu compreender que a articulação entre a estética *camp* e a arte ativista LGBTQIAPN+ não se dá por mera justaposição, mas por uma profunda necessidade histórica de resposta visual. Ao longo das seções anteriores, ficou evidente que o excesso e o artifício não habitam o território da futilidade decorativa; antes, configuram-se como uma autêntica gramática de resistência que confronta, de maneira deliberada, o silenciamento sistemático imposto aos corpos dissidentes. Quando a norma social prescreve a invisibilidade como condição de tolerância, a resposta estética dessas visualidades se constrói justamente na chave da indiscrição e da espetacularização.

Metodologicamente, a transposição da análise de conteúdo para o domínio das imagens, conforme as premissas de Valle e Ferreira (2025) a partir do legado de Bardin, mostrou-se um desafio frutífero. A flutuação entre a pré-análise e a categorização empírica permitiu que as imagens não fossem tratadas como meras ilustrações de conceitos pré-moldados, mas como superfícies texturais onde a teoria ganha carne. Desse modo, as categorias que emergiram do *corpus* evidenciaram que o fenômeno do exagero visual atua como um vetor que desestabiliza as fronteiras tradicionais entre o estético e o político, transformando a visualidade em uma arena de disputa por cidadania e memória.

No primeiro eixo analítico, focado na gramática do excesso através da obra de Transälien, percebeu-se como o brilho, o cosmo e a indumentária exuberante funcionam como uma armadura de visibilidade. A monumentalidade cênica de sua produção inverte a lógica do enclausuramento histórico das identidades travestis e transgênero. O *camp*, nessa perspectiva, oferece os recursos formais para que a estranheza seja reivindicada não como patologia, mas como potência ficcional e espiritual, garantindo que a mera presença desses corpos nos espaços de legitimação artística assuma o caráter de um manifesto político vivo.

Por sua vez, a incursão sobre o trabalho de Laerte Coutinho demonstrou o potencial crítico do humor e do deslocamento irônico, traços constitutivos da sensibilidade *camp* mapeados desde Sontag (2020). Ao dissecar o cotidiano e satirizar os binarismos da cis-heteronormatividade, a charge opera

uma espécie de desmontagem pública dos absurdos normativos. O traço expressivo e a narrativa sequencial usam do exagero para expor a artificialidade dos papéis sociais de gênero, provando que o riso e o escárnio são ferramentas metodológicas sofisticadas de desconstrução de preconceitos secularmente naturalizados.

Finalmente, a dimensão documental e histórica recuperada através da figura pioneira de Kaká Di Polly expandiu a compreensão do *camp* para além dos limites das molduras institucionais, localizando-o no asfalto e no front da sobrevivência urbana. A performance de simular um desmaio para conter a repressão policial na Avenida Paulista em 1997 amarra, de forma definitiva, o título destas páginas. A estética drag, imbuída de glamour e exorbitância, converteu-se ali em um escudo tático. O corpo que se joga ao chão para abrir caminho para a primeira Parada manifesta a fricção exata entre a recusa ao silêncio e a exigência soberana de fazer-se ver.

Em suma, este estudo conclui que o *camp*, no contexto do ativismo queer brasileiro, ressignifica o próprio conceito de sobrevivência cifrada. Se em períodos pretéritos o artifício servia como um código secreto de proteção mútua nas margens sociais, a contemporaneidade o reposiciona como uma proclamação pública de direito à existência. Longe de propor respostas definitivas, as reflexões aqui reunidas sinalizam a urgência de continuar investigando as iconografias da dissidência, pois enquanto o mundo insistir em empurrar essas existências para as sombras do silêncio, o exagero visual continuará sendo a linguagem necessária para rasgar a noite e fundar novos horizontes de liberdade.

REFERÊNCIAS

ALTMAYER, Guilherme. Insurgências estético-políticas de dissidências sexuais e de gênero no Brasil no contexto dos levantes de 2013. **Revista Estado da Arte**, Uberlândia, v. 5, n. 2, 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaestadodaarte/article/view/74156>. Acesso em: 1 jun. 2026.

COUTINHO, Laerte. **40 anos do movimento LGBTQ+.** 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1842659212508801&id=1589605537814171&set=a.1638505646257493>. Acesso em: 14 de jun. 2026.

FAÇANHA, Astrid Sampaio. Decifra-me ou te devoro: o conundrum libertário da estética Camp. **Ide (São Paulo)**, São Paulo, v. 41, n. 67-68, p. 249-256, dez. 2019.

Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31062019000100023&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 8 jun. 2026.

GAMA, Conceição. Laerte Coutinho e a luta lgbt. **Guia da Semana**, 2014. Disponível em: <https://www.guiadasemana.com.br/famosos/noticia/laerte-coutinho-e-a-luta-lgbt>. Acesso em: 10 de jun. 2026.

GARZARO, Silvana. **A TRANSĂLIEN posando em sua instalação COSMOVERSE (2022)**. 1 fotografia, color. In: CASALINI, Giulia. **A revolução estética travesti no Brasil**. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2023. Disponível em: <https://bienal.org.br/a-revolucao-estetica-travesti-no-brasil/>. Acesso em: 13 de jun. 2026.

GRUNVALD, Vi. Lâmpadas, corpos e cidades: reflexões acadêmico-ativistas sobre arte, dissidência e a ocupação do espaço público. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 25, n. 55, p. 263-290, set./dez. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/horizontes/3851>. Acesso em: 3 jun. 2026.

MICHIDA, Milton. **15 anos da 1ª Parada do Orgulho LGBT de SP**. Estadão. S.d. Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/galerias/gerar/3252>. Acesso em: 18 de jun. 2026.

PINTO, Renato. Museus e diversidade sexual: reflexões sobre mostras LGBT e QUEER. **Revista Arqueologia Pública**, Campinas, SP, v. 5, n. 1[5], p. 44-55, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635750>. Acesso em: 13 jun. 2026.

RODRIGUES JUNIOR, Paulo de Oliveira. Notas sobre o queer e o camp na moda. **dObra[s]**, São Paulo, n. 41, p. 13-37, 2024. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1770>. Acesso em: 5 jun. 2026.

SOD, Adriano. Anos 1980: Drag, Parada e Alibás | Entrevista Kaká Di Polly. 2023. Disponível em: <https://tseles.wordpress.com/2023/09/01/blog-tudo-sobre-eles-entrevista-drag-kaka-di-polly/>. Acesso em: 8 de jun. 2026.

SONTAG, Susan. Notas sobre o camp. In: **Contra a interpretação**: e outros ensaios. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 [1964]

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, e49377, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?lang=pt>. Acesso em: 2 jun. 2026.

8

O ORGULHO LGBTQIAPN+

RESISTÊNCIA, CIDADANIA E INTERSECCIONALIDADES NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

Guilherme Rodrigues Viana

Márcio Evaristo Beltrão

INTRODUÇÃO

O mês de junho ficou mundialmente reconhecido como o “Mês do Orgulho LGBTQIAPN+¹”, representando um período de memória, resistência política e reivindicação de direitos. Mais do que uma celebração da diversidade sexual e de gênero, o orgulho constitui um movimento histórico de enfrentamento às múltiplas formas de discriminação que atravessam a vida de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, pessoas queer, intersexo, assexuais, pansexuais, não binárias e demais identidades dissidentes.

De uma perspectiva teórica, o conceito de orgulho pode ser compreendido como uma construção sociopolítica vinculada aos processos de reconhecimento e afirmação identitária em contextos marcados pela exclusão social. Conforme destaca Stuart Hall (2006), as identidades não são fixas ou naturais, mas produzidas historicamente por meio de relações culturais e discursivas. Nesse sentido, a emergência do orgulho LGBTQIAPN+ está associada à contestação de normas sociais que, durante longos períodos, legitimaram a marginalização de sujeitos cujas experiências de gênero e sexualidade divergiam dos padrões hegemônicos.

¹ [...] é uma sigla que abrange pessoas que são Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais. Disponível em <https://www.anamatra.org.br/images/LGBTQIA/CARTILHAS/Cartilha_Comiss%C3%A3o_LGBTQIAPN.pdf>

A ideia de orgulho, consolidada historicamente a partir das mobilizações que sucederam a Revolta de Stonewall², em 1969, surge como resposta direta a séculos de marginalização social, perseguição religiosa, criminalização jurídica e patologização médica. Nesse contexto, afirmar o orgulho significa reivindicar humanidade, dignidade e cidadania diante de estruturas sociais que historicamente produziram exclusão.

O presente capítulo discute a importância do orgulho LGBTQIAPN+ a partir de uma perspectiva histórica, sociológica e educacional, dialogando com autores que se tornaram referências nos estudos de gênero e sexualidade. Busca-se compreender como os marcadores de gênero, sexualidade e raça se articulam na produção das desigualdades contemporâneas e quais caminhos podem contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática.

DO SILÊNCIO À RESISTÊNCIA: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ORGULHO

A história da população LGBT é marcada por processos sistemáticos de invisibilização. Durante séculos, identidades dissidentes foram tratadas como pecado, crime ou doença. Foucault (1988) demonstra que os discursos sobre sexualidade não surgiram apenas para descrever comportamentos, mas para controlar corpos e regular populações. Segundo o autor, a sexualidade tornou-se objeto de vigilância institucional, sendo enquadrada por normas médicas, jurídicas e religiosas que definiam quais desejos seriam considerados legítimos. Nesse cenário, pessoas que não se adequavam ao modelo heterossexual dominante passaram a ocupar posições de marginalidade.

A mudança desse panorama ganhou força ao longo do século XX, especialmente após a Revolta de Stonewall, ocorrida em Nova York, em junho de 1969. O episódio se tornou símbolo da resistência LGBTQIAPN+ e inspirou movimentos em diversos países. Desde então, o orgulho passou a representar não apenas uma identidade coletiva, mas também uma estratégia política de enfrentamento à discriminação. Celebrar o orgulho, significa reconhecer que a existência de pessoas LGBT's não deve ser marcada pela vergonha, mas pela afirmação de seus direitos e de sua contribuição para a sociedade.

2 [...] operação policial no bar Stonewall Inn, clientes reagiram à mesma, ocasionando dias de tumulto, que posteriormente ficaram conhecidos como a Revolta de Stonewall. O evento marcou o nascimento da luta da comunidade LGBTQIA+ pelo reconhecimento de seus direitos a serem tratados como iguais e serem respeitados naquilo que são. Disponível em: <https://flucianofejiao.com.br/flf/wp-content/uploads/2024/01/A_REVOLTA_DE_STONE.pdf>

JUDITH BUTLER E A DESCONSTRUÇÃO DAS NORMAS DE GÊNERO

Entre os principais nomes dos estudos contemporâneos sobre gênero destaca-se Judith Butler. Em suas obras, especialmente “*Problemas de Gênero*”, a autora questiona a ideia de que gênero seja uma consequência natural do sexo biológico. Para Butler (2022), o gênero é produzido socialmente através de práticas, discursos e repetições culturais. Assim, aquilo que entendemos como masculino ou feminino não constitui uma essência natural, mas uma construção histórica continuamente reproduzida, como afirma Butler (2022):

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado.[...]Não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados (Butler, 2022, p. 27 e 56).

Essa reflexão possui profundas implicações para a população LGBTQIAPN+. Ao desafiar a crença de que existe apenas uma forma legítima de viver a sexualidade e o gênero, Butler contribui para ampliar as possibilidades de existência e reconhecimento social. A autora demonstra que a heteronormatividade opera como um sistema regulador que estabelece quais corpos e identidades são considerados aceitáveis. Consequentemente, aqueles que rompem com tais expectativas tornam-se alvos de exclusão e violência. Nesse sentido, o orgulho LGBTQIAPN+ pode ser compreendido como uma resposta política à imposição dessas normas, reafirmando a legitimidade das múltiplas formas de existência humana.

EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Quando estudantes LGBTQIAPN+ encontram ambientes escolares marcados por hostilidade, silenciamento ou violência simbólica, seu desenvolvimento educacional é diretamente afetado. A evasão escolar, o sofrimento psíquico e a exclusão social se tornam consequências recorrentes. A escola ocupa papel central na construção de uma cultura democrática. Embora frequentemente reproduza preconceitos presentes na sociedade, ela também possui potencial para promover transformações significativas.

Louro (2014) argumenta que os espaços educacionais participam ativamente da produção de identidades de gênero e sexualidade. Por essa

razão, discutir diversidade não significa introduzir temas estranhos à escola, mas reconhecer processos que já estão presentes em seu cotidiano. Por outro lado, instituições comprometidas com a inclusão contribuem para a formação de cidadãos mais conscientes, críticos e respeitosos das diferenças. A educação para a diversidade não busca impor identidades, mas promover o reconhecimento da dignidade humana em sua pluralidade.

Para a autora Louro (2014), “a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas ela também fabrica sujeitos”. Nesse sentido, os espaços educacionais participam ativamente da construção das identidades de gênero e sexualidade. Assim, discutir diversidade não significa introduzir temas estranhos ao ambiente escolar, mas reconhecer processos que já se encontram presentes em seu cotidiano. A educação comprometida com a inclusão contribui para a formação de sujeitos críticos, conscientes e respeitosos das diferenças.

O SIGNIFICADO POLÍTICO DO ORGULHO

Sempre surgem questionamentos sobre a necessidade da existência do orgulho LGBTQIAPN+. Esses questionamentos ignoram que o orgulho não nasce da busca por privilégios, mas da luta contra desigualdades históricas. Miskolci (2012) afirma que a sociedade contemporânea continua estruturada por mecanismos de normalização que classificam determinados sujeitos como legítimos e outros como desviantes. O orgulho surge justamente para confrontar essa lógica. Ao ocupar espaços públicos, realizar manifestações e reivindicar visibilidade, a população LGBTQIAPN+ rompe com séculos de silenciamento. Trata-se de uma prática de resistência que afirma o direito à existência sem medo da violência ou da discriminação.

O orgulho também possui dimensão coletiva. Ele fortalece redes de apoio, produz pertencimento social e contribui para que indivíduos historicamente marginalizados encontrem reconhecimento em suas trajetórias pessoais. A ampliação da presença LGBTQIAPN+ nos meios de comunicação representa uma conquista importante das últimas décadas. Entretanto, a representatividade não deve ser compreendida apenas como presença numérica.

Hall (2016) destaca que as representações culturais participam diretamente da construção dos significados sociais. Assim, a maneira como determinados grupos aparecem na mídia influencia a forma como são percebidos pela sociedade, para Hall (2016):

A representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. [...] Representação é a produção de sentido dos conceitos em nossa mente por meio da linguagem. É a ligação entre conceitos e linguagem que nos permite nos referirmos ao mundo “real” dos objetos, sujeitos e acontecimentos, bem como ao mundo imaginário dos objetos, sujeitos e acontecimentos fictícios (Hall, 2016, p. 31-34).

Hall (2016) argumenta que “a representação é uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura”. Nesse sentido, a maneira como determinados grupos aparecem nos meios de comunicação influencia diretamente a construção das percepções sociais acerca de suas identidades. As representações midiáticas não apenas refletem a realidade social, mas também participam ativamente da produção de sentidos sobre gênero, sexualidade e pertencimento.

Durante muito tempo, pessoas LGBTQIAPN+ foram retratadas através de estereótipos caricatos, frequentemente associados ao ridículo, à perversão ou à marginalidade. A ampliação de narrativas diversas permite romper com essas imagens limitadoras e possibilita a construção de novos referenciais de identificação. A representatividade torna-se especialmente relevante para jovens que buscam compreender suas identidades em contextos muitas vezes marcados pela exclusão.

INTERSECCIONALIDADE: QUANDO GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA SE ENCONTRAM

Não existe uma experiência única de ser LGBTQIAPN+. As desigualdades são atravessadas por diferentes marcadores sociais, entre eles raça, classe social, território e gênero. Kimberlé Crenshaw desenvolveu o conceito de interseccionalidade para explicar como os sistemas de opressão atuam simultaneamente sobre determinados sujeitos. Dessa forma, uma pessoa negra e LGBTQIAPN+ pode enfrentar desafios distintos daqueles vivenciados por uma pessoa branca pertencente à mesma comunidade. Assim, postula Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. [...] A interseccionalidade trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros

sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p. 177).

Crenshaw (2002) define a interseccionalidade como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”. A autora demonstra que sistemas de opressão, como racismo, sexismo e LGBTfobia³, não atuam de forma isolada, mas simultaneamente sobre determinados sujeitos. Dessa forma, uma pessoa negra e LGBTQIAPN+ pode enfrentar desafios distintos daqueles vivenciados por uma pessoa branca pertencente à mesma comunidade.

No contexto brasileiro, essa reflexão torna-se fundamental. O racismo estrutural influencia o acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho e à própria expectativa de vida. Quando combinado à LGBTfobia, produz formas ainda mais complexas de exclusão. As discussões sobre orgulho LGBTQIAPN+ precisam necessariamente dialogar com as relações étnico-raciais. Autores como Kabengele Munanga e Bell Hooks demonstram que as desigualdades raciais permanecem profundamente enraizadas nas estruturas sociais brasileiras. De acordo com Munanga (2004):

[...] o racismo não se limita a práticas individuais, mas integra mecanismos históricos de exclusão que afetam oportunidades educacionais, econômicas e políticas. O racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto e o físico e o cultural. [...] O racismo é uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas (Munanga, 2004, p. 7-8).

Conforme o autor, o racismo propaga “uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas”. Para Munanga (2004), trata-se de um fenômeno estrutural e histórico que ultrapassa atitudes individuais, produzindo desigualdades que persistem no acesso à educação, ao trabalho, à renda e à participação política. Nesse contexto, pessoas negras LGBTQIAPN+ ocupam uma posição particularmente vulnerável. Elas enfrentam simultaneamente os efeitos do racismo e da LGBTfobia, muitas vezes encontrando barreiras tanto em espaços tradicionais quanto dentro de movimentos sociais.

³ Para Andrade (2015), a palavra LGBTfobia faz referência ao sentimento de repulsa ou aversão, medo, intolerância ou ódio sobre as relações homoafetivas. (ANDRADE, Carlos Alberto Aparecido de. **A HOMOFOBIA NO BRASIL: Violência e discriminação**. Pará de Minas, 2015). Acesso em 04 de junho de 2026.

Sobre o racismo, vale ressaltar de Munanga (2003):

[...] o racismo é essa tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo, são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas. Mas o racismo e as teorias que o justificam não caíram do céu, eles têm origens míticas e históricas conhecidas (Munanga, 2003 p. 08).

Munanga (2003) destaca que o racista considera a inteligência e a moral de um grupo ou indivíduo está ligada a cor da pele, então, o que justifica o racismo, ou seja, as teorias que o descrevem não apareceram do nada, possui origens mitológicas e históricas.

Já Bell Hooks, ressalta, a importância de compreender as múltiplas formas de dominação que atravessam os sujeitos socialmente marginalizados:

O sistema imperialista, capitalista, patriarcal de supremacia branca molda a realidade social de todos nós. Desde o nascimento, os indivíduos são socializados para aceitar, participar ou resistir a essas estruturas de dominação (hooks, 2019, p. 27).

A autora demonstra que raça, gênero, sexualidade e classe social não podem ser analisados de forma isolada, pois integram sistemas de poder historicamente construídos. Dessa forma, compreender a realidade de sujeitos negros LGBTQIAPN+ exige reconhecer como diferentes formas de opressão se articulam e produzem desigualdades.

Construir uma sociedade verdadeiramente democrática exige reconhecer essas interseções e promover políticas públicas capazes de combater todas as formas de discriminação. O orgulho LGBT só alcança sua plenitude quando incorpora a luta antirracista, valorizando a diversidade étnica e cultural que compõe a sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O orgulho LGBTQIAPN+ representa muito mais do que uma celebração identitária. Trata-se de uma prática política fundamentada na defesa da dignidade humana, da igualdade de direitos e da valorização das diferenças. As contribuições de autores como Judith Butler, Michel Foucault, Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Stuart Hall, Kimberlé Crenshaw, Bell

Hooks e Kabengele Munanga demonstram que gênero, sexualidade e raça são construções sociais atravessadas por relações de poder. Compreender essas dinâmicas permite avançar na construção de espaços mais inclusivos, especialmente na educação, local privilegiado para a formação cidadã.

O orgulho, portanto, não se opõe à convivência social, ao contrário, fortalece a democracia ao reivindicar que todas as pessoas tenham o direito de existir, amar e viver plenamente suas identidades. Defender o orgulho LGBTQIAPN+ é defender a liberdade, a cidadania e os direitos humanos. É reconhecer que nenhuma sociedade será verdadeiramente justa enquanto determinados grupos continuarem sendo privados do direito fundamental de existir com dignidade.

“Não é o homossexual que é perverso; a perversão é o próprio dispositivo de prazer e de poder inventado pela sociedade.”

– **Michel Foucault**

“Não é crime ser homossexual, não é pecado e não é doença. É somente o preconceito.”

– **Luiz Mott**

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Alberto Aparecido de. **A HOMOFOBIA NO BRASIL: Violência e discriminação**. Pará de Minas, 2015.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard. **Teoria queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. São Paulo, 2003.

SOBRE OS ORGANIZADORES E AUTORES

ANGELO ROSA COLLIONI (AUTOR).



Tradutor e intérprete de Libras, atua no Centro Universitário CESUCA e na Secretaria Municipal de Educação de Gravataí, no Rio Grande do Sul. É especialista em Libras, Língua Brasileira de Sinais, pela Cruzeiro do Sul Educacional, graduado em Pedagogia Licenciatura, pelo Centro Universitário da Serra Gaúcha, e possui formação técnica em Tradução e Interpretação de Libras pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). É membro do GETTLibras, Grupo de Estudos de Tradução e Terminologia em Libras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sua atuação profissional concentra-se na acessibilidade linguística, na mediação comunicacional entre Libras e português e no apoio a práticas educacionais voltadas a estudantes surdos. Seus interesses de pesquisa incluem Libras,

aprendizagem de Libras como segunda língua, educação de surdos, tradução e interpretação de Libras-Português e tradução de materiais didático-pedagógicos voltados para estudantes surdos no ensino superior.

E-mail: angelotils10@gmail.com

ANTONIO HENRIQUE COUTELO DE MORAES (AUTOR).



Pós-Doutor em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor e Mestre em Ciências da Linguagem e graduado em Letras pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Graduado também em Pedagogia pelo Centro Universitário Internacional. Professor da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Área de atuação: inclusão, aquisição e ensino de línguas estrangeiras, ensino de inglês.

E-mail: antonio.moraes@ufr.edu.br

BRUNO RODRIGUES FERREIRA (AUTOR).



Jornalista e Psicólogo, Especialista em Gestão em Saúde pela Fiocruz e Gestão de Programas IST/AIDS, pela UFRN. Mestre em Saúde Coletiva, pela UFG. Servidor Público do SUS em Anápolis-GO, como Chefe do Núcleo de Gestão Pedagógica da Escola de Saúde de Anápolis. Coordenador e Professor no Curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de Anápolis. Colunista de Saúde Mental do Portal6.

E-mail: contato@psibruno.com

GUILHERME RODRIGUES VIANA (AUTOR).



Mestrando em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT), com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Especialista em Alfabetização e Letramento (UnibF, 2026), em Educação Infantil, Anos Iniciais e Psicopedagogia (UnibF, 2026) e em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Múltiplas Deficiências (UnibF, 2025). Graduando em Pedagogia pela UnibF. Graduado em Licenciatura Plena em Letras – Português/Inglês e respectivas Literaturas pela Universidade Estadual de Goiás (UEG, 2022).

E-mail: guilherme-viana18@outlook.com

LARISSA RIBEIRO ALBERTINI (AUTORA).



Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Iniciou sua trajetória acadêmica em março de 2025 e atualmente se dedica ao desenvolvimento de sua jornada de pesquisa e produção nas artes visuais.

E-mail: larissa_r_albertini@ufms.br

LUCAS SANTANA DELGADO (ORGANIZADOR).



Possui graduação em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pelo Centro Universitário de Várzea Grande (UNIVAG, 2025). Atua nas áreas de publicidade, design gráfico, diagramação editorial e marketing digital. Desde 2019, dedica-se também à acessibilidade comunicacional, com atuação em produções audiovisuais e projetos culturais, especialmente na elaboração de legendas descritivas para pessoas surdas e ensurdecidas (LSE).

E-mail: lucas48cnp@gmail.com

MÁRCIO EVARISTO BELTRÃO (AUTOR E ORGANIZADOR).



Doutor e mestre em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT), possui pós-doutorado em Ciências da Linguagem pela Universidade Católica de Pernambuco (PPGCL/UNICAP). É professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGEL/UFMT), integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Linguagem (NEPEL/UFMT) e é professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Desenvolve pesquisas na área de Linguística Aplicada, com ênfase em Formação Crítica de Professores de Línguas, Análise Crítica do Discurso, Alfabetização e Letramento, dedicando-se à investigação das relações entre linguagem, educação, identidades, práticas sociais e formação docente.

E-mail: marcioevaristobeltrao@hotmail.com

MAURÍCIO LOUBET (AUTOR E ORGANIZADOR).



Doutor em Estudos de Linguagens pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na área de concentração em Linguística e Semiótica. Mestre em Educação, na área de concentração em Educação Social pela UFMS. Atualmente é professor do quadro permanente da Faculdade de Educação na UFMS, onde ministra as disciplinas de Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para Surdos.

E-mail: mauricio.loubet@ufms.br

NOEMI LOPES DA SILVA (AUTORA).



Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na área de concentração em Linguística e Semiótica, com pesquisa na área de Letramentos Críticos e decolonialidade no ensino de língua inglesa. Mestre em Ensino de Línguas pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Especialista em Tradução pela Universidade Estácio de Sá e em Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros pela Faculdade Unyleya. Graduada em Letras – Inglês pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI).

E-mail: noemi.lete@gmail.com

SANDRO RODRIGUES DA FONSECA (AUTOR).



Professor do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atua nas áreas de Psicolinguística, Linguística das Línguas de Sinais e Estudos da Tradução. É doutor em Letras, com ênfase em Psicolinguística, e mestre em Letras, na área de Linguística Aplicada, pela UFRGS. Possui especialização em Deaf Studies pela Universidade de Bristol, no Reino Unido, e em Educação e Estudos Culturais pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). É bacharel em Letras, com habilitação em Tradução Português-Inglês, pela UFRGS, e licenciado em Pedagogia pela ULBRA. Atua como tradutor e intérprete de Libras-Português desde 2000. Desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão voltadas à formação de tradutores e intérpretes de Libras, à educação bilíngue de surdos e ao

estudo das relações entre linguagem, cognição e tradução em contextos bilíngues e bimodais. Seus interesses de pesquisa incluem bilinguismo bimodal, acesso lexical bilíngue, memória de trabalho, funções executivas, cognição tradutória e processamento lexical em línguas de sinais.

E-mail: sandrofnsc@gmail.com

VINICIUS MARTINS FLORES (AUTOR).



Professor do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), atua em disciplinas de tradução e interpretação de Libras, escrita de sinais e supervisão de estágios, além de integrar o Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS. É doutor em Letras, com ênfase em Psicolinguística, e mestre em Letras, na área de Linguística Aplicada, pela UFRGS. Possui especialização em Aquisição de Linguagem e Alfabetização pela FEEVALE. É graduado em Letras Libras, bacharelado, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e em Pedagogia licenciatura, pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Coordena o GETTLibras, Grupo de Estudos de Tradução e Terminologia em Libras, e o Polo UFRGS da Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, em parceria com o INES (Instituto Nacional

de Educação de Surdos). É membro dos grupos de pesquisas: LABICO/UFRGS e do GPEPI/UERGS. Desenvolve pesquisas sobre tradução e interpretação de Libras, terminologia bilíngue Libras-Português, bilinguismo bimodal, processos cognitivos na tradução e interpretação, aquisição e proficiência em Libras como segunda língua e formação linguística de docentes ouvintes.

E-mail: viniciusmartinsf@gmail.com

YURI NASCIMENTO PAES DA COSTA (AUTOR).



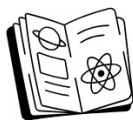
Advogado, especialista em Direito Urbanístico, Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB e pela Universidade Técnica de Dresden (Alemanha). É professor e pesquisador e tem como áreas de interesse: gênero e sexualidade, direito à moradia, habitação social, acessibilidade, inclusão e diversidade em projetos de arquitetura e urbanismo.

E-mail: yurinpdacosta@gmail.com

DEIXE SUA MARCA, PUBLIQUE COM A GUARÁ



TESES, DISSERTAÇÕES E TCC'S
Adaptamos seu trabalho para publicação,
levando seu trabalho para mais pessoas.



CAPÍTULO DE LIVRO
Transforme seu artigo ou trabalho acadêmico
em um capítulo de livro.



EBOOKS
Publique na versão digital e tenha seu
trabalho disponível em diversos dispositivos.

 @guaraeditora

 64 9 9604-0121

 contato@guaraeditora.com.br

 guaraeditora.com.br

